



JOÃO DE ALMEIDA REGO CAMPINHO

**O SINDICALISMO DIANTE DA PRIVATIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES
NO BRASIL E NA ARGENTINA**

Campinas-SP

2014



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

JOÃO DE ALMEIDA REGO CAMPINHO

**O SINDICALISMO DIANTE DA PRIVATIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES
NO BRASIL E NA ARGENTINA**

Orientador: Prof. Dra. Andréia Galvão

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
para obtenção do título de Mestre em Ciência
Política.

Este exemplar corresponde à versão
final da dissertação de mestrado,
defendida pelo aluno João de Almeida
Rego Campinho, orientado pela Prof.^a
Dr.^a Andréia Galvão e aprovada no dia
20/03/2014.

**Campinas-SP
2014**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

C456s Campinho, João de Almeida Rego, 1987-
O sindicalismo diante da privatização das telecomunicações no Brasil e na Argentina / João de Almeida Rego Campinho. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Andréia Galvão.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sindicalismo. 2. Neoliberalismo. 3. Privatização. 4. Telecomunicações - Brasil. 5. Telecomunicações - Argentina. I. Galvão, Andréia, 1971-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The unionism on the privatization of telecommunications in Brazil and Argentina

Palavras-chave em inglês:

Trade unionism

Neoliberalism

Privatization

Telecommunications - Brazil

Telecommunications - Argentina

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

Andréia Galvão [Orientador]

Armando Boito Junior

Sávio Cavalcante

Data de defesa: 20-03-2014

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 20 de março de 2014, considerou o candidato JOÃO DE ALMEIDA REGO CAMPINHO aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profª. Dra. Andréia Galvão

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Andréia Galvão", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Armando Boito Junior

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Armando Boito Junior", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Sávio Machado Cavalcante", is written over a horizontal line.

Resumo

Este trabalho busca comparar a ação sindical diante das privatizações das empresas de telecomunicações na Argentina e no Brasil, ocorridas em 1990 e em 1998, respectivamente, com o objetivo de entender diferentes posturas sindicais diante da privatização.

Nosso objetivo central é o de analisar as diferentes estratégias sindicais diante da privatização. Isto porque enquanto o FOETRA Buenos Aires (*Federación de Obreros y Empleados Telefónicos de la República Argentina*) buscou resistir à privatização por meio da mobilização dos trabalhadores, o Sintetel-SP (*Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo*) não mobilizou seus representados, seja por meio de greves, paralisações ou grandes mobilizações de rua. Ao invés de buscar impedir o processo de privatização, o sindicato brasileiro, em determinado momento, passou a conciliar com as empresas e governo.

Para compreender a adoção dessas diferentes estratégias, enfatizamos dois aspectos centrais: de um lado, a influência da estrutura sindical e da tradição sindical de cada país, bem como das experiências e características organizativas das categorias estudadas; de outro lado, os efeitos provocados pela reorganização e adaptação sindical ao contexto neoliberal nos dois países.

Dessa maneira, esperamos contribuir com o entendimento tanto da relação entre neoliberalismo e ação sindical quanto da relação entre sindicalismo e estrutura sindical.

Palavras-chave: sindicalismo; privatização; neoliberalismo; telecomunicações.

Abstract

This work analyzes the syndical action against the privatization of telecommunications companies in Brazil and Argentina, which occurred in 1998 and 1990 respectively, in order to understand different syndical positions during the privatization.

Our study aim to understand and compare actions, characteristics and motivations of different syndical strategies during the privatization. This is because while FOETRA (Federación de Obreros y Empleados Telefónicos de la República Argentina) Buenos Aires tried to resist the privatization through workers' movements, Sintetel (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo) did not organize the workers, through strikes, paralysis or protests to prevent the privatization process before began to reconcile with companies and government.

In order to better comprehend the different strategies adopted by each country, we will emphasize two central aspects. First, the influence in syndical action of consolidation form of trade unionism in each country, the characteristics of syndical structure and the experiences and traditions of the trade unions analyzed. Second, the effects of the neoliberal context over the syndical organization in both countries.

In this way, we hope to contribute to understand the relationship between neoliberalism and trade union action and the relationship between trade unionism and syndical structure.

Keywords: trade unionism; privatization; telecommunications; neoliberalism.

SUMÁRIO

Introdução	19
CAPÍTULO 1 – O CAPITALISMO NEOLIBERAL NO BRASIL E NA ARGENTINA	27
1.1 A ascensão da política neoliberal	27
1.2 O neoliberalismo na Argentina	32
1.3 O neoliberalismo no Brasil	39
1.4 A reestruturação produtiva	42
1.5 As telecomunicações em um contexto neoliberal	46
1.5.1 As telecomunicações na Argentina	49
1.5.2 As telecomunicações no Brasil	53
CAPÍTULO 2 – AS CARACTERÍSTICAS DO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL E NA ARGENTINA	57
2.1 Notas sobre a análise da ação e da estratégia sindical	57
2.2 O sindicalismo argentino e o FOETRA Buenos Aires	63
2.3 O sindicalismo brasileiro e o Sintetel	75
CAPÍTULO 3 – A PRIVATIZAÇÃO E A AÇÃO SINDICAL DO FOETRA BUENOS AIRES E DO SINTETEL	87
3.1 O sindicalismo argentino em um contexto neoliberal	87
3.2 O sindicato FOETRA Buenos Aires diante da privatização da ENTel	92
3.3 O sindicalismo brasileiro e as políticas neoliberais: a CUT e a Força Sindical	110
3.4 O Sintetel diante da privatização da TELESP	119
Considerações finais	129
Bibliografia	133

Aos trabalhadores em telecomunicações.

Agradecimentos

Aos meus pais, Gilda e Humberto, pelo apoio e valorização das minhas decisões. Aprendi com vocês a importância do conhecimento e a vontade de transformar nossa sociedade.

Aos meus irmãos, Fábio, Alexandre, Isabel e Beatriz. Cada um de vocês contribui de uma forma para as tarefas da minha vida. À Beatriz agradeço pela sensibilidade e carinho com que me trata no nosso convívio em casa.

À Julia, minha companheira, por trazer amor, alegria e leveza para minha vida.

Aos meus amigos de Jacareí, Pedro, Paulo, Francisco, Maria, Letícia e Carol, por acompanharem e alegrarem os principais passos da minha vida.

Aos amigos e amigas de Campinas, especialmente, Francini, Maria Emília, Bryan, Maira, Mario, Daniel Felipe, Biscoito, Helinho, João Manuel, Barba, Igor, Tessy, Fabrício, Rodrigo Ribeiro e Marcílio.

Aos amigos da Argentina pela companhia e apoio em momentos importantes da minha vida e desta pesquisa. Não posso deixar de destacar Santiago Camuñas, Diego Carrizo, Ignacio Sanchez, Ana Gabriela e sua família.

À Daniela Marinaro e Fiorella por abrirem com muito carinho suas respectivas casas para minha estadia em Buenos Aires.

Aos colegas de mestrado pelas discussões e apoios. Especialmente agradeço à Patrícia Rocha pela amizade e parceria construída durante todo o mestrado e pelo apoio dado nos momentos finais desta dissertação.

Ao Rodrigo Alves, agradeço a enorme disposição de ler e revisar esta dissertação.

À Andréia Galvão, minha orientadora, pela disposição incansável de ajudar na formação dos seus alunos e orientandos. Sua contribuição como orientadora desde a minha graduação tem sido fundamental para minha formação intelectual.

Ao professor Sávio Cavalcante, membro da banca de qualificação e de defesa, por acompanhar em diversos momentos este trabalho, apresentando interessantes críticas e

sugestões e me disponibilizando uma série de arquivos que ajudaram no desenvolvimento desta pesquisa.

À professora Patrícia Trópia pelas observações, sugestões e críticas apresentadas na banca de qualificação.

À professora Paula Varela, por sua completa disposição em me ajudar na elaboração desta pesquisa.

Ao professor Armando Boito, membro da banca de defesa, por contribuir com minha formação intelectual desde a graduação e por sempre incentivar o questionamento crítico.

Aos membros do grupo de pesquisa, "Política e classes sociais no capitalismo neoliberal", ligado ao Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), pelos debates e discussões tão importantes para esta pesquisa e para minha formação em geral.

Aos dirigentes, delegados e militantes sindicais do FOETRA Buenos Aires e do Sintetel pelas entrevistas concedidas e pela disponibilização de materiais dos sindicatos. Especialmente, agradeço à Paula Rey Fortes, dirigente do FOETRA Buenos Aires, pela incansável disposição em me ajudar a contatar sindicalistas, recolher materiais e até mesmo me localizar em Buenos Aires.

Aos membros do *Taller de Estudios Laborales*, especialmente Oscar Martinez, pela ajuda na busca da bibliografia e no entendimento do FOETRA Buenos Aires.

Aos trabalhadores e trabalhadoras da Unicamp, que em difíceis condições de trabalho colocam em funcionamento essa universidade.

À CAPES por proporcionar a bolsa de pesquisa, sem a qual não seria possível realizar esta pesquisa.

Lista de siglas e abreviaturas

ATE	Asociación de Trabajadores del Estado
BM	Banco Mundial
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
CGT	Confederación General del Trabajo
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CONAGRES	Comisión Nacional de Gremios Estatales
CPqD	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
CTA	Central de Trabajadores Argentinos
CTERA	Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENTel	Empresa Nacional de Telecomunicaciones
FMI	Fundo Monetário Internacional
FENATTEL	Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações
FITTEL	Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações
FOCA	Federación Obrera Cerveceros y Afines de la República Argentina
FOESITRA	Federación de Obreros, Empleados y Especialistas del Servicio y la Industria de las Telecomunicaciones de la República Argentina
FOETRA	Federación de Obreros y Empleados Telefónicos de la República Argentina
FS	Força Sindical

IBDT	Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações
LGT	Lei Geral das Telecomunicações
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PJ	Partido Justicialista
PL	Partido Laborista
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PPP	Programa de Propiedad Participada
PQTs	Programas de Qualidade Total
SINTETEL	Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo
SinTPq	Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa, Ciência e Tecnologia de Campinas e região
TELESP	Telecomunicações no Estado de São Paulo
UCeDé	Unión del Centro Democrático
UCR	Unión Cívica Radical
UOM	Unión Obrera Metalúrgica

INTRODUÇÃO

No dia 29 de julho de 1998, quem transitava pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, presenciou uma enorme repressão aos milhares de manifestantes contrários ao leilão de privatização da Telebrás, que ocorreu nesse mesmo dia. Oito anos antes, em 14 de setembro de 1990, cerca de seis mil telefônicos reunidos no estádio do Club Atlético Atlanta, em Buenos Aires, decidiram acabar com a greve e a mobilização da categoria que durante duas semanas tomaram conta da agenda política do governo Menem e dos noticiários argentinos.

Esses dois momentos simbolizam o desenlace final da resistência ao processo de privatização das empresas de telecomunicações no Brasil e na Argentina, cujas consequências afetaram tanto os trabalhadores e sindicatos do setor quanto a população e os países envolvidos.

O presente trabalho analisa comparativamente a atuação sindical diante do processo de privatização das empresas de telecomunicações no Brasil e na Argentina, com o objetivo de entender diferentes posturas diante da privatização.

Para isso, no caso da Argentina, analisaremos a privatização, ocorrida em 1990, da estatal ENTel (*Empresa Nacional de Telecomunicaciones*) e a atuação do sindicato FOETRA Buenos Aires (*Federación de Obreros y Empleados Telefónicos de la República Argentina*), que representa a maioria dos trabalhadores em telecomunicações de Buenos Aires capital e província¹. Já no caso brasileiro, analisaremos a privatização do sistema Telebrás, centrando-nos na TELESP, antiga estatal responsável pelos serviços de telecomunicações no estado de São Paulo, e o Sintetel-SP (*Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo*), que representa a maior parte dos trabalhadores de telecomunicações desse estado.

¹ Convém esclarecer que FOETRA Buenos Aires é uma entidade sindical distinta da Federação que abrange todo o território nacional e inclui entidades de base provinciais. Esta se chamava, até 1997, FOETRA e a partir de então passou a se chamar FOEESITRA (*Federación de Obreros, Empleados y Especialistas del Servicio y la Industria de las Telecomunicaciones de la República Argentina*). Desde 1999, o sindicato portenho não compõe essa Federação, apesar de continuar utilizando o seu antigo nome. Portanto, quando nos referimos, neste trabalho, ao FOETRA Buenos Aires estamos fazendo referência à entidade sindical de primeiro grau e não à Federação.

Em um plano geral, Brasil e Argentina são duas das mais importantes economias da América Latina, se localizam na periferia do capitalismo, como países dependentes, e passaram, durante a década de 1990, por uma intensificação dos processos de aplicação das políticas neoliberais, nos quais está inserida a privatização das empresas de telecomunicações.

Os sindicatos mencionados tiveram diferentes posturas e estratégias sindicais diante da privatização. Enquanto o FOETRA Buenos Aires resistiu à privatização por meio da mobilização dos trabalhadores, o Sintetel não mobilizou seus representados - através de paralisações, greves e mobilizações de rua - para impedir o processo de privatização e procurou, em determinado momento, conciliar com o governo e com as direções das empresas.

Os dois sindicatos são as mais importantes organizações sindicais de base do setor em ambos os países. Isto porque eles possuem as maiores bases de representação, grandes quantidades de sindicalizados e grandes estruturas financeiras e burocráticas. Além disso, eles se localizam nos centros econômicos e populacionais do Brasil e da Argentina, onde se concentram a maior parte dos serviços de telecomunicações e a maior rede de linhas telefônicas.

Em 1990, ainda antes da consolidação da privatização, FOETRA Buenos Aires possuía 20 mil representados, enquanto todo o sindicalismo do setor possuía 36 mil (CUPEIRO, 2000: 4). Possuía também por volta de 16 mil associados, o que significava uma taxa de sindicalização de 80% da base. Já o Sintetel, calcula-se que antes da privatização representava aproximadamente 45 mil trabalhadores (ROMBALDI, 2007). Por essa importância, suas ações durante o processo de privatização demarcaram as possibilidades e características da resistência sindical a este processo nos dois países.

Nosso objetivo central, portanto, é o de entender e comparar as características e as motivações de diferentes estratégias sindicais diante da privatização. Diante desse objetivo, tratamos de investigar por que, diante de contextos políticos e estruturas sindicais parecidas - o neoliberalismo e o corporativismo estatal respectivamente - os sindicatos escolhidos em cada país tiveram posturas e adotaram estratégias diferentes diante da privatização.

Essa pergunta envolve um conjunto articulado de variáveis. Para respondê-la, centramos nossa investigação em alguns aspectos principais: a história, tradição e experiência político-sindical da categoria telefônica e do sindicalismo nos dois países, a estrutura sindical e o neoliberalismo implementado no Brasil e na Argentina. Quanto a esses aspectos, nota-se que apesar de possuírem similaridades, apresentam também especificidades que produzem impactos diferenciados em cada país, o que tratamos de mostrar a seguir.

Esses aspectos principais analisados podem ser sintetizados nas seguintes perguntas que buscamos responder no decorrer da pesquisa:

1) De que maneira, a estrutura sindical e as tradições sindicais de cada país, articuladas às experiências e características organizativas das categorias estudadas, influenciaram ou delimitaram a ação dos sindicatos diante do processo de privatização?

2) Como a reorganização do movimento sindical argentino e as adaptações ocorridas no sindicalismo brasileiro – ambos os movimentos verificados na década de 1990, diante da ascensão do neoliberalismo e das transformações produtivas nas empresas – estiveram presentes na ação e estratégia desses dois sindicatos?

O estudo desses sindicatos - que são historicamente reconhecidos pelo Estado e não se organizam por fora da estrutura sindical oficial – permite uma interessante comparação sobre a influência da referida estrutura na atuação sindical durante os processos de privatização e a compreensão de como estes sindicatos se relacionam com a estrutura sindical de cada país.

Este aspecto é importantíssimo para nossa investigação, porque as estruturas sindicais são semelhantes nos dois países, apresentando características básicas do que a bibliografia denomina como sindicalismo de Estado (BOITO, 1991). Nos dois casos está estabelecida a necessidade do reconhecimento estatal para o pleno funcionamento do sindicato (investidura sindical) e o monopólio de representação sindical concedido aos sindicatos reconhecidos pelo Estado. No entanto, essa semelhança não impediu que os sindicatos agissem de diferentes maneiras diante da privatização, diferença que procuraremos explicar.

As diferenças na formação da estrutura sindical e nos aspectos político-ideológicos vinculados a ela produziram características distintas no sindicalismo em cada país. A presença de representantes sindicais nos locais de trabalho, o maior vínculo orgânico entre base e direção sindical e a formação de um sindicalismo de massa com maior participação dos representados são características que diferenciam o sindicalismo argentino do brasileiro e impulsionaram a participação e resistência dos trabalhadores de Buenos Aires à privatização, ao contrário do que ocorreu no Brasil.

Isso sem contar a importância que a luta pela estatização das empresas do setor teve para o FOETRA Buenos Aires, onde, ao contrário dos telefônicos paulistas, a bandeira pela “nacionalização” dos serviços acompanhou a consolidação do sindicalismo da categoria e estava vinculada aos direitos sociais conquistados pelas classes trabalhadoras e ao movimento peronista, hegemônico no interior do sindicalismo argentino.

Nesse sentido, as características gerais do sindicalismo de Estado impuseram limites máximos e mínimos à ação sindical do FOETRA Buenos Aires e do Sintetel, favorecendo a passividade do sindicato paulista, e dificultando a batalha do sindicato argentino contra a privatização da ENTel²².

Quanto à segunda pergunta apresentada acima, veremos que uma central neoliberal se constituiu e se consolidou durante a década de 1990 no Brasil. A Força Sindical buscou apoiar as medidas neoliberais e influenciou a atuação conciliadora do Sintetel durante o processo de privatização. A força e a forma com que esta nova central se estabeleceu explicam, em grande medida, a atuação conciliadora do sindicato paulista.

Já na Argentina, apesar de um setor da CGT (*Confederación General del Trabajo*), histórica central sindical do país, aplicar uma política de negociação com o neoliberalismo do governo Menem, esta postura levou à uma divisão do movimento sindical argentino na década de 1990. Isso resultou na fundação de uma nova central sindical, a CTA (*Central de Trabajadores Argentinos*) e em um movimento crítico à postura da CGT oficial, o MTA (*Movimiento de los Trabajadores Argentinos*). Essas organizações realizaram uma série de expressivas mobilizações contra a política de Menem

²² A ideia de que a estrutura sindical corporativista impõe limites máximos e mínimos às ações e estratégias sindicais foi sugerida pela Prof. Patrícia Trópia durante a Banca de Qualificação desta pesquisa.

e tinham participação dentro da diretoria do FOETRA Buenos Aires, o que refletiu na luta contra a privatização da ENTel.

Com o intuito de cumprir o objetivo proposto e tirar conclusões comparativas, devemos levar em conta um conjunto de variáveis que se articulam na definição da estratégia sindical e que serão contemplados em nossa análise: 1) a relação base e direção 2) o discurso e a ideologia das direções sindicais no período da privatização, 3) as características – métodos utilizados e objetivos enunciados - das mobilizações, 4) a forma de construção dos interesses coletivos e de uma identidade coletiva - corporativa ou de classe - dos trabalhadores, 5) a história, as tradições e as experiências de lutas da categoria e sua relação com o caráter estatal das empresas.

A comparação aqui proposta, ao não tratar um caso de maneira isolada, permite-nos refletir de modo mais aprofundado sobre as razões de diferentes ações sindicais. Permite pensar também em diferentes possibilidades de resistência às políticas neoliberais e às constantes transformações nas condições e relações de trabalho, que continuam na ordem do dia do movimento operário. Por outro lado, a adoção de uma perspectiva comparada nos possibilita analisar os resultados de diferentes estratégias. A comparação permite, portanto, o entendimento das particularidades, potencialidades e limites tanto dos agentes sindicais envolvidos nesses processos quanto da estrutura sindical na qual estão inseridos.

Para viabilizar a pesquisa, decidimos concentrar nosso estudo no que podemos chamar de período central do processo de consolidação da privatização em cada país. No caso argentino, a investigação se estende de 1989 a 1993. Esse período vai da eleição de Menem à mudança da direção do FOETRA Buenos Aires. Pois, em 1993, a direção sindical, que resistiu ao processo de privatização, perdeu as eleições do sindicato e deixou sua direção, retornando somente em 1997. No Brasil, nosso corte temporal tem início em 1992, ano em que se intensificaram as discussões sobre a privatização do setor, e se encerra em 1999, um ano após a efetivação da privatização.

Por se tratar de um estudo comparativo, buscamos articular a análise bibliográfica mais geral com a compreensão dos casos estudados. Isso foi feito através de um levantamento e análise bibliográfica de livros, teses, dissertações e artigos acadêmicos

sobre o sindicalismo, o neoliberalismo e suas características específicas em cada país, bem como sobre os casos estudados. Utilizamos também como fonte de pesquisa, a cobertura de alguns jornais (*Folha de S. Paulo*, *Página 12* e *Clarín*) sobre a privatização das empresas de telecomunicações.

Outro procedimento imprescindível da pesquisa foi o uso de fontes primárias, ou seja, os documentos sindicais produzidos pelos próprios sindicatos ou agrupamentos sindicais durante o período estudado. Analisamos uma série de panfletos, atas, jornais, revistas, estatutos, acordos e convenções coletivas produzidos durante o processo de privatização.

Por último, mas não menos importante, também realizamos entrevistas *semi-estruturadas* com trabalhadores, sindicalistas e delegados sindicais que estiveram envolvidos de alguma forma nos processos de privatização do setor no Brasil e na Argentina. Realizamos 8 entrevistas sobre o caso argentino e 4 relacionadas à privatização no Brasil.

A apresentação da nossa pesquisa nesta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o contexto no qual se inserem os processos de privatização das telecomunicações, e mostra como os serviços de telecomunicações são transformados nesse contexto de capitalismo neoliberal. As diferenças do neoliberalismo no Brasil e na Argentina, analisadas neste capítulo, são fundamentais para compreendermos a arena na qual se deu a ação dos sindicatos. Também apresentamos as características dos serviços de telecomunicações nos dois países e do processo de privatização do setor. Por fim, indicamos as características gerais da reestruturação produtiva do capital que acompanhou o neoliberalismo e trouxe várias consequências para o movimento operário.

No segundo capítulo, expomos alguns apontamentos sobre a teoria da ação sindical, retomando a visão de alguns autores clássicos do marxismo sobre os sindicatos, a fim de apresentar a perspectiva de estratégia sindical que está presente em nossa análise. Nesse capítulo desenvolvemos uma síntese das características gerais do sindicalismo e sua estrutura nos países estudados e a história e tradição político-sindical da categoria telefônica, do FOETRA Buenos Aires e do Sintetel, o que, como veremos, impactará na reação desses sindicatos diante da privatização. As características do movimento sindical de

cada país são apresentadas articuladamente com a história dos sindicatos e categorias estudadas, permitindo visualizar o quanto as diferenças e semelhanças do movimento operário argentino e brasileiro estiveram presentes na ação sindical do FOETRA Buenos Aires e do Sintetel antes mesmo da privatização. O entendimento dessas características é o que permite tirar conclusões comparativas que levam em conta as diferenças e semelhanças do sindicalismo em cada país, evitando dessa forma comparar o incomparável.

No capítulo 3, analisamos diretamente a ação e a estratégia sindical do FOETRA Buenos Aires e do Sintetel durante o processo de privatização. No entanto, antes de entrarmos na análise da ação sindical do FOETRA Buenos Aires e de suas consequências, fazemos um panorama do sindicalismo argentino no contexto neoliberal, nos centrando no período da primeira presidência de Menem (1989-1994), pois foi nesse contexto político-sindical que ocorreram as ações do sindicato diante da privatização, de modo que ele é fundamental para compreender essas ações.

Neste último capítulo também desenvolvemos alguns apontamentos sobre a influência das diferentes ações sindicais diante da privatização no atual contexto dos sindicatos e de que forma os sindicatos estão buscando enfrentar o novo contexto - privado, precário e heterogêneo – presente no setor de telecomunicações em escala mundial.

No caso brasileiro, seguimos a mesma ordem e enfoques, primeiro a situação do sindicalismo diante do neoliberalismo, centrando-nos no primeiro governo FHC (1994-1998). Em seguida, finalizando o capítulo, analisamos a postura do Sintetel durante o processo de privatização e suas consequências gerais.

Para finalizar a dissertação, sintetizamos nossas principais conclusões comparativas desenvolvidas no decorrer do texto.

CAPÍTULO 1 – O CAPITALISMO NEOLIBERAL NO BRASIL E NA ARGENTINA

1.1 A ascensão da política neoliberal

As mudanças nos serviços de telecomunicações se inserem em um contexto mundial de transformações econômicas, políticas e sociais que trouxeram enormes consequências para as relações e condições de trabalho, para os serviços públicos e para o sindicalismo. Elas foram motivadas por diversos fatores, sendo o principal a tentativa de recompor a taxa de lucro do capital que, a partir da década de 1970, decresceu de forma mais acentuada. Tal recomposição foi buscada de diversas maneiras, como a reestruturação produtiva das empresas, a expansão dos espaços de lucro do capital (ANTUNES, 2000: 29) e a política neoliberal.

Apesar de assumir características particulares em cada país, a política neoliberal promoveu a diminuição ou mesmo o fim das barreiras dos estados nacionais à circulação de capital e mercadorias, ou seja, a abertura comercial e financeira, a precarização dos serviços públicos, a privatização das empresas estatais, a precarização dos direitos sociais e trabalhistas³, além de atacar fortemente as organizações dos trabalhadores (GALVÃO, 2003).

Para uma compreensão mais precisa do neoliberalismo é necessário distinguir a teoria, a ideologia e a política neoliberais. Cada um desses aspectos possui características comuns e importantes diferenças. Conhecê-los e diferenciá-los é fundamental para a definição do modelo neoliberal, pois dessa forma não interpretamos o discurso neoliberal ou sua teoria como se eles traduzissem cabalmente a política neoliberal e podemos compreender o capitalismo neoliberal em suas várias dimensões.

A base da teoria neoliberal surgiu após a II Guerra Mundial, como resposta ao Estado de bem-estar social europeu que começava a ser construído e também ao *New Deal* estadunidense.

³ Como explica Marcelino (2008:92), precarização é “um termo que indica um movimento cujo parâmetro de comparação são as conquistas operárias do período do Estado de bem-estar social nos países de capitalismo desenvolvido, ou ainda, do desenvolvimentismo de alguns países de capitalismo dependente, caso do Brasil ” e também da Argentina.

Os primeiros teóricos dessa política (Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Walter Lipman etc.) se reuniram em 1947 e formaram a Sociedade de Mont Pèlerin⁴, que criticava veementemente as intervenções do Estado na economia, defendidas pelo keynesianismo e implementadas no Estado de bem-estar social europeu. De modo geral, argumentavam que a liberdade de mercado era essencial para a prosperidade política e econômica da sociedade (ANDERSON, 1995: 9-10).

Em síntese, para a teoria neoliberal, o livre mercado permitiria uma melhor distribuição dos recursos, definição dos preços e seleção das melhores empresas e serviços. Em outras palavras:

A intervenção do Estado na economia, mesmo que bem intencionada, dizem os neoliberais, provoca o desperdício e a ineficiência e forja uma configuração do aparelho produtivo inadequada ao perfil da demanda. Em resumo, provoca uma má alocação dos limitados recursos disponíveis, reduzindo a riqueza geral (BOITO JR, 1999: 26).

Nesse momento, no entanto, o contexto político-econômico não era favorável para que a teoria neoliberal fosse propagada e traduzida em uma política. A Europa vivia o auge da implementação do Estado de bem-estar social e a política econômica keynesiana era hegemônica. Na América Latina, o desenvolvimentismo e o populismo dominavam a política estatal que consolidou os direitos trabalhistas, fundamentalmente, para o setor urbano das classes trabalhadoras e estabeleceu o avanço da industrialização por meio da política de substituição de importações.

Somente 30 anos depois da elaboração teórica do neoliberalismo, em meio a um contexto de crises econômicas, essa teoria foi utilizada para a implementação de políticas governamentais, primeiro nos EUA e na Inglaterra, depois em quase todos os países do mundo.

Essa nova conjuntura se iniciou durante a década de 1970, com as crises do petróleo em 1973 e 1979, as variações cambiais do dólar e as altas inflacionárias. Uma grave crise atingiu as economias do capitalismo central, o que fez decrescerem as taxas de lucro do capital e trouxe um forte processo inflacionário, criando as condições econômicas para a aplicação dessa nova política (DUMENIL e LÉVY, 2004). Tal processo evidenciou

⁴ Mont Pèlerin é o nome da localidade suíça onde ocorreu a primeira reunião que fundou este grupo de defesa, formulação e propagação da teoria neoliberal.

para o capital a necessidade de modificar a política estatal e também de transformar o padrão de produção.

No final da década de 1970 foi eleito na Inglaterra o governo Thatcher, que começou a colocar em prática uma política contrária às conquistas do Estado de bem-estar social⁵, já que “aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivo, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais” (ANDERSON, 2000:12) e também aplicou um amplo projeto de privatização, seguindo assim a receita neoliberal.

Logo após, no início da década de 1980, Reagan foi eleito nos EUA e, mesmo apresentando grandes diferenças com relação aos governos Thatcher, também diminuiu os impostos sobre fortunas e elevou as taxas de juros, além de reprimir greves (ANDERSON, 2000:12).

No que diz respeito às telecomunicações, os governos Reagan e Thatcher também foram pioneiros na definição de uma nova política para setor. Isto porque foi no governo Reagan, em 1984, que se deu o fim do monopólio, o desmembramento e atuação em escala internacional da AT&T, empresa privada que detinha o monopólio das telecomunicações nos EUA. Na Inglaterra, o governo Thatcher acabou com o monopólio da British Telecom e privatizou a empresa através da venda das ações (LEAL, 2000: 29-30).

Em seguida, essa política ampliou-se por várias partes do mundo, com características particulares em cada país, e com o apoio dos organismos financeiros e comerciais internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

O estabelecimento da política neoliberal e a consolidação da sua hegemonia beneficiaram-se do contexto político de enfraquecimento do movimento operário e popular em geral e do movimento socialista em particular. A crise política e econômica vivida pela União Soviética, que resultou no seu fim, também provocou o desmoronamento da

⁵ O governo Thatcher foi o primeiro governo neoliberal no capitalismo central. Porém, em 1973, a Ditadura de Pinochet, influenciada pela escola neoliberal da Universidade de Chicago, já implementava uma política neoliberal. Além disso, como veremos a seguir, o golpe civil-militar de 1976 na Argentina também iniciou a aplicação de uma política neoliberal. Esses exemplos demonstram que, por parte da política neoliberal, não há o compromisso com o regime democrático.

influência ideológica e política que ela exercia sobre as classes trabalhadoras europeias (BOITO JR, 1999: 116-8).

Vale ressaltar que a política neoliberal descrita acima não corresponde integralmente ao que é defendido pelo seu discurso, por sua ideologia. Por isso, é fundamental destacar que:

A ideologia neoliberal contemporânea é, essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia (BOITO JR., 1999: 23).

Ao contrário do que propõe seu discurso, a política neoliberal não coloca em prática a não intervenção incondicional do Estado na economia e a livre concorrência. Como ressaltam e exemplificam Boito Jr. (1999: 28-9) e Galvão (2003: 78), vemos que na prática essa liberalização e não intervenção é um tanto quanto seletiva.

Os Estados, principalmente latino-americanos, intervêm intensamente no câmbio, na dívida externa e nos juros. Apesar de exigirem dos países periféricos a liberalização dos mercados, os países centrais somente realizam-na em alguns setores onde há vantagens econômicas. Ao mesmo tempo em que defende a contenção de gastos do Estado, o discurso neoliberal não vê problema nos enormes gastos públicos com os juros da dívida ou com o salvamento de bancos próximos à falência, algo que podemos ver claramente após a crise econômica iniciada em 2007⁶.

Além disso, a defesa da livre concorrência é, na prática, direcionada contra o monopólio estatal, e a política neoliberal favorece a formação e fortalecimento de monopólios privados. Um grande exemplo disso é a própria privatização dos serviços de telecomunicações no Brasil e na Argentina, que consolidou grandes monopólios e oligopólios privados do setor.

O que determina essa seletividade feita pela prática neoliberal é se determinada política favorece os interesses do capital monopolista, da burguesia financeira e do imperialismo. Partindo, portanto, do conjunto de políticas neoliberais e de seus principais beneficiados, podemos definir de modo geral que o modelo político e econômico neoliberal constitui uma ofensiva do capital financeiro internacional, dos países imperialistas e da

⁶ Nota-se aqui, o que é importante para nossa pesquisa, que o neoliberalismo tem características diferentes na periferia e no centro do capitalismo mundial.

burguesia monopolista para atacar o Estado de bem-estar social europeu, o desenvolvimentismo na América Latina, e aumentar a subordinação dos países periféricos aos países imperialistas. Isso com o objetivo de derrubar as conquistas do movimento operário e popular, que impunham restrições à exploração capitalista e às barreiras nacionais que haviam sido impostas ao avanço do imperialismo durante o século XX, especialmente após a Segunda Guerra (BOITO JR., 1999:30).

Por isso, o modelo político e econômico neoliberal é tipicamente reacionário, pois além de reagir às conquistas sociais e às barreiras nacionais ao imperialismo, retoma ideias do liberalismo econômico em um contexto completamente diferente, buscando restaurar o “capitalismo ‘puro e duro’ vigente no período anterior às revoluções e reformas do século XX” (BOITO JR, 1999: 30).

No entanto, apesar da política neoliberal atacar as conquistas do movimento operário e popular, parte da sua ideologia foi incorporada por amplos setores das classes populares. Um dos motivos para essa popularização é que o discurso neoliberal se utiliza de parte das demandas e reivindicações dos setores populares, direcionando-as de acordo com os seus interesses. No caso do Brasil, se utilizou, por exemplo, da má qualidade dos serviços públicos e da desigualdade nas condições de trabalho entre: trabalhador do campo e da cidade, público e privado, com carteira ou sem carteira.

A desigualdade nas condições de trabalho foi utilizada para justificar a diminuição dos direitos trabalhistas, propagando-se pelo discurso neoliberal que esses direitos eram “privilégios” de pequenos setores da sociedade como os funcionários públicos. A má qualidade dos serviços públicos e a desigualdade no seu fornecimento, o que a telefonia é um claro exemplo, foram utilizadas para justificar a privatização e a diminuição da intervenção do Estado, sempre contrapondo a ineficiência estatal à suposta eficiência do mercado (BOITO JR., 1999:222) (GALVÃO, 2003:86).

Em síntese,

O neoliberalismo, na voz dos políticos práticos e no discurso da mídia, aparece como um crítico dos privilégios, ou seja, das desigualdades. Aparece, portanto, à primeira vista, como partidário do igualitarismo. Ora, o neoliberalismo, do mesmo modo que o liberalismo clássico no qual ele se apoia, é um defensor doutrinário da desigualdade socioeconômica sem limitações, desigualdade que, de resto, ele identifica com a própria liberdade (BOITO JR., 1999: 224).

Essas mudanças na política governamental têm seu auge, tanto no Brasil como na Argentina, na década de 1990, período em que são privatizadas as empresas de telecomunicações nos dois países. Apesar de o contexto neoliberal ser o pano de fundo comum no qual se deram as privatizações e as ações sindicais analisadas nesta pesquisa, os dois países possuem grandes especificidades quanto à forma e ao conteúdo da aplicação da política neoliberal. Isso é o que explicaremos a seguir.

1.2 O neoliberalismo na Argentina

Na Argentina, os primeiros passos do neoliberalismo iniciaram-se já durante a última Ditadura (1976-1983). O regime militar iniciou a precarização dos direitos trabalhistas⁷ e também começou um processo, autointitulado de “privatização periférica”, no qual diversos serviços complementares fornecidos pelas empresas públicas começaram a ser concedidos a grupos privados⁸, por meio da terceirização. Um dos lemas do governo ditatorial, “Diminuir o Estado para aumentar a Nação”⁹, (BORÓN e THWAITES REY, 2004: 115), também demonstra a tentativa de propagação, impulsionada pelo regime, da ideologia neoliberal.

Para alcançar esse objetivo ou pelo menos aproximar-se dele, o governo militar impulsionou uma dura repressão ao movimento sindical e popular argentino. Os militares intervieram nos sindicatos e na *Confederación General del Trabajo* (CGT), histórica central sindical argentina, destituíram diretorias, assassinaram e prenderam milhares de diretores, delegados e militantes sindicais.

Além disso, as negociações coletivas foram suspensas, as associações sindicais foram proibidas de agruparem trabalhadores de níveis hierárquicos diferentes, as províncias

⁷ Para exemplificar o início da precarização do trabalho efetuado pela Ditadura Militar na Argentina, podemos citar duas medidas que desregulamentavam os direitos trabalhistas: contratação através de agências de serviço, abrindo a possibilidade de que as empresas utilizem mão-de-obra terceirizada e a diminuição do período de aviso prévio (BATTISTINI, 2000: 140 - 2).

⁸ Estes grupos locais de capitais privados internacionais e nacionais tiveram suas acumulações impulsionadas pelo governo ditatorial, seja por meio de diversos tipos de subsídios estatais, pela estatização das dívidas privadas ou mesmo pela “privatização periférica”, já citada. Estes grupos terão um importante papel durante o processo de privatizações, pois estarão presentes nos consórcios ganhadores das licitações das empresas públicas.

⁹ Todas as traduções presentes nesta dissertação são feitas pelo próprio autor.

e a Capital Federal foram impostas como área de representação sindical e foram proibidas as greves e mobilizações (BATTISTINI, 2000: 142- 5).

O objetivo era claro: debilitar ou, se possível, destruir as organizações dos trabalhadores que se opunham ou podiam se opor à política neoliberal para, a partir daí, permitir sua legitimação perante a sociedade e abrir o caminho para sua aplicação. Além de estabelecer as bases para a aplicação do neoliberalismo, a Ditadura Militar também deu início à política neoliberal, mas foi apenas com o início dos governos democráticos que as políticas neoliberais passaram a constituir parte importante da agenda política argentina.

Já no primeiro governo democrático de Raúl Alfonsín (1983-1989), membro do partido radical, *Unión Cívica Radical* (UCR)¹⁰, as políticas neoliberais começaram a ser propostas e discutidas pelo governo, pela mídia e pelos organismos financeiros internacionais. A situação econômica durante esse governo era de um processo hiperinflacionário e de um significativo aumento da dívida externa, que passava a corresponder a 60% do PIB em 1984 (BORÓN e THWAITES REY, 2004: 118 - 9).

Em meio a essa situação intensificaram-se as pressões internas e externas para o cumprimento da receita neoliberal e também aumentou a insatisfação com o governo. Os setores populares e sindicais estavam insatisfeitos devido à alta inflação e à falta de investimentos públicos. Os grupos internos privados reivindicavam menores impostos e maiores subsídios. Os credores internacionais exigiam o cumprimento dos acordos de empréstimos, que não eram pagos desde abril de 1988.

Nesse contexto, apareceram as primeiras propostas governamentais para a privatização da ENTel¹¹, da *Aerolíneas Argentinas* e do setor petrolífero nacional. Entretanto, a forte oposição a essa política impediu sua aplicação. O sindicalismo peronista, os setores de esquerda e o próprio Partido Justicialista (PJ)¹², que detinha maioria no

¹⁰ Fundada no final do XIX, a UCR é um partido de origem liberal.

¹¹ O recém-nomeado ministro de Obras e Serviços Públicos, Rodolfo Terragno, é quem esteve à frente das propostas de privatização apresentadas nesse momento. A seguir explicaremos em que consistia essa primeira proposta de privatização do setor de telecomunicações.

¹² Fundado por Perón em 1956, o PJ é um partido populista de massas e até 1958 chamava-se Partido Peronista. É um partido historicamente ligado ao movimento sindical e popular da Argentina (LEVITSKY, 2005).

Senado, por motivações políticas diferentes, estavam unificados contra a política privatista do governo radical.

A postura apresentada pelos senadores justicialistas durante um debate com o ministro de Obras e Serviços Públicos, Rodolfo Terragno, nome do governo de Alfonsín que estava à frente das propostas de privatização, demonstra como a posição diante da privatização era completamente diferente da apresentada por Carlos Menem no ano seguinte (BORÓN e THWAITES REY, 2004: 125). Eduardo Menem, irmão do futuro presidente, nessa ocasião afirmou:

Aqui se está dispondo do patrimônio nacional, se está afetando o poder de decisão da Nação a respeito de questões fundamentais (...), aqui há, além disso, um problema de soberania. Não se pode aceitar que o preço do mercado determine o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (...). E pergunto ao senhor ministro: - nesse preço de mercado, qual é o valor da soberania? Eu lhe respondo que a soberania nacional não tem preço, não se vende, não se aliena nem se deve colocar em perigo (...). Por que não se tentou captar capitais argentinos antes de recorrer ao estrangeiro? Por que não se propôs algum sistema de autogestão para que os argentinos controlem aqueles serviços públicos que se relacionam com a defesa nacional e o desenvolvimento do país antes de buscar gente no outro confim do mundo? (...), do que podem estar seguros é de que o justicialismo não colocou, nem colocará (as empresas públicas) jamais em leilão, porque está em jogo a soberania do Estado (Diario de Sesiones del Senado, 27 e 28 de abril de 1988 *apud* BORÓN e THWAITES REY, 2004: 125).

Em 1989, último ano de mandato do governo Alfonsín, produziu-se um grande processo inflacionário que acirrou os conflitos sociais¹³ e desestabilizou completamente o governo. Isso tudo devido às medidas governamentais, como a liberação do valor do dólar, e às posturas dos organismos financeiros internacionais. Nesse contexto, o governo decretou estado de sítio, porém a situação era insustentável e o mandato do partido radical terminou antecipadamente. Abriu-se assim o caminho para a eleição do candidato justicialista, Carlos Menem (PJ) e também para a disseminação da ideologia neoliberal e a legitimação de sua política (BORÓN e THWAITES REY, 2004: 127).

O contexto de intensa crise econômica e política, demonstrado pelos saques e conflitos sociais permanentes, pela hiperinflação, pelo atraso no pagamento da dívida e pelo

¹³ Os principais conflitos foram os saques a supermercados, ocorridos nas grandes cidades argentinas, em resposta ao grande aumento do preço dos alimentos. Mesmo após as eleições, em 1989, os saques continuaram. No auge desse conflito participaram cerca de 40.000 pessoas e a repressão foi tão grande que produziu a morte de 15 pessoas (BORÓN e THWAITES REY, 2004: 129).

conflito de interesses entre as frações da burguesia era o quadro perfeito para o estabelecimento de rápidas e profundas políticas neoliberais.

Durante os dois governos de Menem (1989-1999), a política neoliberal viveu seu apogeu na Argentina. No entanto, o candidato justicialista não apresentou propostas neoliberais durante a campanha eleitoral, como fez o candidato radical, Eduardo Angeloz. A campanha de Menem não apresentava propostas políticas claras, seu eixo era a chamada “Revolução Produtiva”, que propunha uma política de aumento do mercado interno através da redistribuição da renda e, portanto, do aumento do salário e do desenvolvimento da indústria, o que seria possível por meio da arrecadação gerada através do aumento da exportação de produtos primários (BORÓN e THWAITES REY, 2004: 129). Ao invés de um neoliberalismo puro, a política econômica proposta por Menem se aproximava de um modelo de neodesenvolvimentismo.

Porém, como sabemos, logo que assumiu o governo, Menem mostrou aos interessados nas contrarreformas neoliberais que buscaria implementá-las profunda e rapidamente.

Velasco e Cruz (2007: 339) descreve as expectativas depositadas na eleição de Menem:

O mandato que Carlos Menem recebia nessas circunstâncias não tinha nada de comum. Com efeito, não se esperava dele uma gestão eficiente, mas o comando de algo próximo de um governo de salvação nacional. Sua missão estava claramente designada: ele devia agir imediata e incisivamente para restaurar a ordem e restabelecer as condições para o funcionamento da economia. No entanto, para fazer isso suas decisões não poderiam estar subordinadas às formalidades e ao tempo próprio dos trâmites legislativos.

Com menos de 20 dias de governo foram aprovadas duas leis que permitiriam aprofundar a política neoliberal na Argentina.

A Lei de Reforma do Estado (nº 23.696/89), que supunha um estado de emergência no país, estabeleceu os Decretos de Necessidade e Urgência, que viabilizavam as privatizações sem a necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional; facilitou legalmente a demissão de trabalhadores estatais; possibilitou que os credores da dívida do Estado adquirissem ações das estatais como modo de pagamento da dívida; autorizou a intervenção e, claro, a privatização das empresas públicas; e, por fim, estabeleceu o *Programa de Propiedad Participada* (PPP), por meio do qual os trabalhadores estatais

poderiam participar das privatizações comprando ações das empresas privatizadas (BORÓN e THWAITES REY, 2004: 131-2; PIERBATTISTI, 2008: 28-9; GONZALEZ, - 1998: 200). Além disso, implementou também a Lei de Urgência Econômica (nº 23.697) que teve como principal medida a permissão da participação do capital internacional na compra das empresas que seriam privatizadas (PIERBATTISTI, 2008: 28-9).

Além dessas duas leis que abriam o caminho para o neoliberalismo na Argentina, o Congresso aprovou a proposta do governo de ampliar o número de membros da Corte Suprema, o que garantiu o amparo jurídico necessário às medidas econômicas que estavam a caminho (VELASCO e CRUZ; 2007: 339).

Dessa maneira, começou o processo de privatização na Argentina. Com muita rapidez, o governo privatizou praticamente todas as empresas estatais e uma parte significativa dos serviços públicos, começando por duas importantes empresas públicas, *Aerolíneas Argentinas* e a estatal telefônica ENTel (AZPIAZU e BASUALDO, 2004: 56), justamente as empresas cobiçadas durante o governo Alfonsín.

O processo de privatização na Argentina foi extremamente profundo. Foram privatizados os seguintes serviços: telefonia, água, gás, eletricidade, correio e saneamento. No setor de transporte de cargas e de passageiros, foram vendidos, concedidos ou desmantelados: a empresa nacional de transporte aéreo, *Aerolíneas Argentina*, o sistema férreo de transporte, os portos e aeroportos. A indústria siderúrgica, parte da petroquímica, as refinarias e a maior empresa de petróleo estatal (YPF) também foram privatizadas, assim como a exploração de recursos naturais como gás e petróleo (AZPIAZU e BASUALDO, 2004: 55).

Essa rapidez na aplicação da política neoliberal na Argentina não é uma casualidade. O partido peronista (PJ) era visto pelos grandes grupos econômicos como defensor de uma política estatista e muito ligado ao movimento sindical¹⁴. Portanto, o governo via como necessário mostrar rapidamente a negação desse passado e assim conquistar a confiança necessária para o apoio político de grandes frações burguesas.

¹⁴ Durante os governos de Juan Domingo Perón foram estatizadas a maioria das empresas públicas da Argentina e também se consolidou a legislação sindical e trabalhista no país.

Essas importantes frações da burguesia tinham interesses distintos, como já foi mencionado: de um lado, os grupos econômicos locais (estrangeiros e nacionais atuando na Argentina) exigiam a continuidade dos benefícios e subsídios que receberam durante a Ditadura Militar; de outro, os credores internacionais (representados pelos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o FMI) exigiam o pagamento da dívida.

As privatizações permitiram ao governo Menem tanto acabar com o medo do peronismo e mostrar claramente qual política desejava aplicar quanto unificar os interesses dessas frações da burguesia. Isso porque o processo de privatização permitia a utilização de títulos da dívida, o que atraía grandes bancos internacionais e garantia a presença dos grupos econômicos internos na compra das empresas privatizadas (AZPIAZU e BASUALDO, 2004: 56).

Em resumo, o processo de privatização argentino foi importantíssimo para a consolidação do modelo econômico neoliberal, como mostram Azpiazu e Basualdo (2004:66):

(...) o programa de privatização desenvolvido na Argentina padece de incontáveis falências – algumas de muito difícil reversão –, mas assumiu um papel protagonista e decisivo na consolidação de um modelo concentrador economicamente e excludente socialmente; funcional, em praticamente todas suas instâncias, à acumulação e reprodução de capital de um muito restrito número de grandes atores econômicos que passou a ocupar um papel hegemônico e decisivo na delimitação de um futuro caminho evolutivo da economia nacional.

Para concretizar essa política também era necessário assegurar a passividade dos trabalhadores estatais. Para isso, em abril de 1990, em meio aos conflitos com os trabalhadores ferroviários e telefônicos, o governo restringiu o direito de greve dos servidores públicos, através do Decreto nº 2184 (BATTISTINI, 2000: 162).

Paralelamente a essas medidas, o governo buscou retirar os direitos trabalhistas que foram consolidados durante os governos de Perón na década de 1940 e reunidos durante o governo peronista anterior ao golpe de 1976 em um conjunto de leis, chamadas Lei de Contrato de Trabalho (LCT).

O governo Menem iniciou então as transformações no direito trabalhista. No final do ano de 1991, foi aprovada a Lei Nacional do Emprego (nº 24.013), um programa político de emprego que tinha como principal medida a precarização, ou, segundo os

termos próprios ao vocabulário neoliberal, a “flexibilização” dos contratos de trabalho, como suposta medida de incentivo à geração de empregos. Essa lei permitia diversas formas de contratos temporários de trabalho, nos quais os empregadores eram beneficiados pela isenção ou diminuição de uma série de encargos trabalhistas¹⁵.

Outra importante medida que compõe a nova situação do trabalho na Argentina é o conhecido como “sistema de *pasantías*”. Aprovada em 1993, a *pasantía* permite, assim como os estágios brasileiros, o trabalho de estudantes em condições precárias. Com o argumento de proporcionar aprendizado e interligar o sistema educativo ao sistema de trabalho, as *pasantías* permitem ao empregador um contrato de trabalho com praticamente nenhum tipo de encargo trabalhista, com salários muito menores que o conjunto da categoria, e fora do Contrato Coletivo de Trabalho da categoria. O *pasante*, portanto, fica também sem representação sindical legal.

A lei de *pasantías* estabelecia uma jornada de trabalho de no mínimo duas horas e no máximo oito horas; e uma duração máxima de quatro anos (BATTISTINI, 2000: 177-8). Após modificações, no governo do presidente De la Rúa foi estabelecido o máximo de seis horas diárias de trabalho para os *pasantes* (GARRO, 2004).

Diante da mobilização dos trabalhadores contra as medidas de precarização do trabalho na segunda metade da década de 1990, o governo Menem em 1998, já no fim do seu mandato, aprovou uma nova transformação nos contratos de trabalho. Ao mesmo tempo em que foram revogados os contratos estabelecidos pela Lei Nacional do Emprego, foram reduzidas as indenizações por demissão e facilitadas as demissões com justificativa econômica (GALVÃO; ZARPELON, 2006: 8).

Para completar esse quadro de transformações, é necessário entender uma última medida. Como explicamos, no fim da década de 1980 e início da década de 1990, a Argentina passou por um processo inflacionário sem precedentes na história do país. Para combater a inflação e também garantir as mudanças exigidas pelos defensores do

¹⁵ Em nenhum desses novos tipos de contrato de trabalho os empresários ficaram isentos das contribuições patronais destinadas às *Obras Sociales*, que são órgãos administrados pelos sindicatos que fornecem assistência médica e são sustentados por contribuições dos trabalhadores e empregadores. Tanto os trabalhadores sindicalizados como os não filiados recebem assistência de saúde por parte das *Obras Sociales*. Porém, a maioria das *Obras Sociales* fornece alguns benefícios exclusivos aos trabalhadores sindicalizados (GALVÃO; ZARPELON, 2006: 2).

neoliberalismo, como a abertura do mercado e a reestruturação produtiva, o governo de Menem estabeleceu a paridade entre o valor do peso argentino e do dólar estadunidense, o que ficou conhecido como Plano de Convertibilidade (Lei nº 23.928/90¹⁶).

Esse Plano trouxe graves consequências para a sociedade argentina. Sua implantação facilitou a abertura comercial e também a renovação tecnológica das grandes empresas, já que a nova maquinaria tecnológica produzida nos países centrais passou a ter preços acessíveis. A abertura comercial, junto com a inovação tecnológica, produziu duas grandes consequências: o fechamento de diversas fábricas que não suportaram a competição; e a demissão de milhares de trabalhadores que passaram a ser dispensáveis com a instalação de novas tecnologias (PIERBATTISTI, 2008: 29-3). Era, portanto, um Plano que impulsionava a reestruturação produtiva exigida pelo capital.

1.3 O neoliberalismo no Brasil

A eleição para presidente de Fernando Collor de Mello em 1989, nas primeiras eleições diretas depois da ditadura militar, constitui o marco do neoliberalismo no Brasil, pois colocou no governo nacional a política de privatizações, desregulamentação do mercado e precarização dos serviços públicos¹⁷ (BOITO JR., 1999: 118).

Usando um discurso de luta contra os “privilégios” dos funcionários públicos, e buscando identificar sua candidatura como a que representava a “caça aos marajás”, Collor foi eleito e continuou a política neoliberal, já iniciada no governo Sarney. As medidas consistiram em abertura econômica e comercial e, além disso, início de um processo de reforma do Estado, por meio da criação de um Programa Nacional de Desestatização (PND), que nesse governo centrou as privatizações nos setores de siderurgia, fertilizantes e petroquímica (ALVES, 2002).

¹⁶ Esta lei também estabelece o fim da indexação de salários e preços.

¹⁷ Boito Jr. (1999: 119) ressalta a importância da grande polarização política ocorrida na eleição presidencial de 1989, na qual se confrontaram dois projetos políticos: o de Lula, que representava um reformismo democrático-popular e o neoliberal de Collor, para a unificação das diversas frações da burguesia em torno do neoliberalismo. O medo da burguesia diante da possível eleição do candidato do PT estava acima das divergências que possuía com relação ao conjunto da política neoliberal.

No entanto, a política neoliberal sofreu um primeiro contratempo com o *impeachment* de Collor. O governo Itamar Franco continuou com esta política, porém já não com a intensidade apresentada no governo anterior. Contudo, como ressalta Galvão (2003: 90-94), é no governo Itamar que se estabelece o Plano Real, peça fundamental para a consolidação do apoio de setores das classes trabalhadoras ao neoliberalismo no Brasil. O Plano Real trouxe, por um lado, a estabilização monetária, o controle da inflação e o aumento do acesso ao crédito, o que beneficiava principalmente o setor mais precarizado das classes trabalhadoras. Por outro lado, intensificava a abertura comercial, por meio da valorização da moeda e intensificação do acesso a produtos importados, o que atraía a classe média. Em contrapartida, este Plano também trouxe o aumento das taxas de desemprego, devido ao aumento das importações e da reestruturação produtiva, impulsionado pela abertura comercial e pela sobrevalorização da moeda¹⁸.

A implantação do Plano Real abriu caminho para a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Seus dois governos (1994-1998, 1999-2002) intensificaram a aplicação do neoliberalismo: ampliaram o número de privatizações, o que atingiu os setores de mineração, transporte, telecomunicações e energia elétrica; e adotaram uma forte política de abertura comercial e de altas taxas de juros, trazendo uma drástica redução da indústria nacional que não tinha condições de competir com os produtos das empresas internacionais, aumentando assim significativamente as taxas de desemprego. Foi também durante os governos de FHC que a reestruturação produtiva se acelerou no país (ALVES, 2002:77).

Podemos notar, como aponta Boito Jr. (1999:191), que no Brasil a política de privatização começou por empresas que não prestavam serviços essenciais ao conjunto da população (eletricidade, transporte, telecomunicações) ou não eram histórica e simbolicamente ligadas à soberania nacional (petróleo e mineração), evitando no início privatizar empresas que possibilitassem maior rechaço e resistência.

Quanto a isso, como vimos, o exemplo argentino é diferente, pois lá o processo de privatização se iniciou com um amplo espectro de empresas, tanto de serviços quanto de

¹⁸ Em um aspecto geral, podemos ver nos dois países que os planos monetários, o Plano Real e o Plano de Convertibilidade, foram importantes para implantação do neoliberalismo e possuem algumas semelhanças. Os dois planos, por meio da sobrevalorização da moeda, contiveram a enorme inflação do período e impulsionaram a abertura comercial e a reestruturação produtiva, provocando o aumento do desemprego.

setores estratégicos, começando por duas empresas de serviços (*Aerolíneas Argentina* e ENTel), exatamente as mesmas empresas que, devido à resistência, não haviam sido privatizadas durante o governo de Alfonsín.

Os casos da ENTel, privatizada em 1990, e a privatização do sistema Telebrás, que ocorreu somente em 1998, mostram bem essa diferença no plano de privatização aplicado no Brasil e na Argentina. Sem dúvida, a diferença na correlação de forças entre as classes e frações de classes, no fim da década de 1980 em cada país, estabeleceu planos diferentes de aplicação do neoliberalismo.

Enquanto no Brasil o programa neoliberal foi aplicado tardiamente se comparamos com a maioria dos países latino-americanos, a Argentina foi um exemplo de precocidade, rapidez e profundidade na aplicação da política neoliberal¹⁹.

Mas assim como ocorreu na Argentina, a mudança no padrão de produção foi apoiada pelo governo brasileiro, por meio das investidas contra os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores, o que ajudou no objetivo de diminuir os custos com a força de trabalho. O governo, devido à resistência de parte das organizações sindicais e populares, não pôde cumprir todo seu objetivo de retirada de direitos²⁰, mas pôde estabelecer contrarreformas que ajudaram na precarização do trabalho no Brasil.

Como mostram Galvão (2007) e Krein (2001) essas mudanças estabeleceram:

1) **a ampliação do contrato de trabalho por tempo determinado** para qualquer setor ou ramo de atividade. E este tipo de contrato não obriga o pagamento de verbas rescisórias no momento em que termina;

2) **o contrato em tempo parcial**, que reduz salários, custos trabalhistas e direitos;

3) **a suspensão do contrato por um período de dois a cinco meses**, não garantindo a volta do trabalhador ao emprego depois do fim da suspensão;

¹⁹ Alguns fatores que explicam essa diferença temporal na implantação do neoliberalismo, principalmente os referentes às condições do movimento sindical e popular, serão arrolados no segundo capítulo desta dissertação.

²⁰ O empresariado e os governos neoliberais têm como objetivo estabelecer que o negociado prevaleça sobre o legislado. Ou seja, que as negociações entre empresariado e trabalhadores possam estabelecer regras inferiores à legislação trabalhista. É pensando nesse objetivo que dizemos que ele não foi integralmente cumprido (GALVÃO, 2003).

4) **as comissões de conciliação prévia**, que transferem para o âmbito privado as resoluções dos conflitos trabalhistas, seja para o sindicato ou para a empresa;

5) **a introdução do Banco de Horas**, que permite que as horas excedentes da jornada de trabalho não sejam remuneradas como horas extras. O trabalhador deposita em um banco as horas a mais trabalhadas, que devem ser compensadas com redução de jornada ou com folgas durante o ano. Esta medida intensifica o ritmo de trabalho, já que possibilita à empresa aumentar a jornada semanal em momentos de alta na produtividade e diminuir a jornada ou conceder folgas (não remuneradas) em momentos de baixa na produção;

6) **a abertura dos comércios nos domingos**;

7) **a mudança na remuneração com a participação dos trabalhadores nos Lucros e Resultados da empresa (PLR)**. Esta medida, além de estabelecer uma remuneração variável de acordo com os lucros e produtividade da empresa, exigindo dos trabalhadores o aumento da produtividade para aumentar sua remuneração, também estabelece um tipo de remuneração sobre a qual não incidem os encargos trabalhistas (FGTS, contribuição previdenciária) e nem mesmo os direitos trabalhistas (férias, décimo terceiro salário etc.) e, por fim, estabelece negociações por empresa dividindo dessa forma as categorias.

1.4 A reestruturação produtiva

Em complemento a essas transformações políticas, também ocorreram modificações no padrão de produção, processo denominado de reestruturação produtiva do capital, que trouxe modificações no padrão de acumulação taylorista-fordista²¹ e tem como objetivo principal aumentar o tempo e o ritmo de trabalho no processo produtivo (ANTUNES, 2000:37). O padrão da produção controlada e cronometrada do modelo taylorista e da produção em série e de massa fordista foi modificado a partir da introdução

²¹ Para conhecer melhor os diversos padrões de produção do modo de produção capitalista ver o trabalho de Pinto (2007).

de elementos de uma “nova forma produtiva”, estabelecida na fábrica da Toyota no Japão na década de 1950: o toyotismo ou ohnismo²².

A produção passa a ser controlada pela demanda (por meio de mecanismos como: *just-in-time*, melhor aproveitamento possível do tempo de produção, e o *kanban*, placas e senhas que comandam a produção), produz-se o que o mercado necessita e, assim, diminuem-se significativamente os estoques da produção.

Essa “nova forma produtiva” é um ponto de apoio à ideologia neoliberal, já que exige que o operário seja multifuncional e saiba, portanto, operar diversas máquinas, o que, comparativamente ao modelo produtivo anterior, diminui a quantidade de trabalhadores necessários dentro da fábrica para a produção (ANTUNES, 2000) e modifica a fixa divisão do trabalho do modelo produtivo taylorista-fordista. A fábrica toyotista diminui também significativamente a produção de produtos “secundários”, dedicando-se ao que é central e mais lucrativo no seu processo produtivo. A partir daí, intensificam-se os processos de terceirização e subcontratação²³ da produção e do fornecimento de produtos e serviços “secundários”.

Por meio desse mecanismo de terceirização e subcontratação as empresas reduzem seus custos na compra da força de trabalho, porque passam para outras empresas os encargos trabalhistas dos contratos de trabalho e porque a maioria dos trabalhadores de empresas terceirizadas tem salários menores e trabalham em piores condições que o trabalhador não terceirizado, reduzindo assim os custos para o capital (MARCELINO, 2008).

Além dessa questão, a terceirização e as outras formas de subcontratação impulsionam uma maior divisão entre os trabalhadores, pois além de estabelecerem condições de trabalho muito diferentes, também ajudam na segmentação das negociações e

²² “Ohnismo” devido ao nome do engenheiro, Ohno, que elaborou as transformações na produção na fábrica da Toyota no Japão.

²³ Partimos da definição proposta por Marcelino (2008) de que a terceirização é apenas uma maneira de subcontratação, existem outras como dos trabalhadores autônomos ou da transferência para o trabalho domiciliar. Assim, define-se terceirização como a transferência dos riscos e parte dos custos dos contratos de trabalho de uma empresa para outra. Como explica Marcelino, “isso porque o contrato deixa de ser trabalhista (empresa X trabalhador) e passa a ser comercial ou civil (empresa X empresa)” (MARCELINO, 2008:44).

das organizações sindicais, pois os trabalhadores terceirizados negociam suas condições de trabalho com a empresa contratada e não com empresa contratante.

Toda essa modificação teve um grande apoio do desenvolvimento tecnológico, principalmente a robótica, a microeletrônica e a automação (ANTUNES, 2000), que proporcionam as condições materiais para a transformação na forma de produção.

O capital buscou e busca não somente modificar a estrutura da produção, mas também estabelecer novas bases para a exploração capitalista, presentes nos PQTs (Programas de Qualidade Total²⁴) e nos CCQs (Círculos de Controle de Qualidade). Por meio desses novos mecanismos de gerenciamento o capital pretende não somente explorar o trabalho manual, mas também o trabalho intelectual dos trabalhadores (WOLFF, 2005:170-81).

Uma das características dos PQTs para cumprir esse objetivo é a chamada “administração participativa”, que exige dos trabalhadores, além da polivalência ou multifuncionalidade já citadas, envolvimento e participação na produção. Os trabalhadores “são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho ” (ANTUNES, 2000:55). Em resumo, “o trabalhador, agora, além de agir, tem que pensar para o capital” (WOLFF, 2005:174).

A chamada “administração participativa” também impõe aos trabalhadores metas de produtividade que estão vinculadas à remuneração, ou seja, grande parte da remuneração passa a ser condicionada pelo cumprimento de metas, que podem ser individuais e/ou coletivas. A remuneração por meio do cumprimento de metas coletivas tem como objetivo, além de aumentar a produtividade e “envolver” os trabalhadores com os objetivos da empresa, estimular a competitividade e assegurar a vigilância entre os próprios trabalhadores, já que se um trabalhador não cumpre a meta, todos perdem na remuneração.

²⁴ Mostra Antunes (2000:50) que, apesar dessa nova forma de gerenciamento buscar convencer os trabalhadores e os consumidores de que o objetivo das mudanças no trabalho é a busca pela chamada “qualidade total” do produto, isso não é verdadeiro, pois o capital necessita cada vez mais diminuir o tempo de utilidade dos produtos para assim aumentar a produção e a circulação de mercadorias, aumentando dessa maneira os lucros do capital.

Por meio de um novo discurso gerencial os PQTs procuram ocultar dos trabalhadores “o fato de que a reunificação entre trabalho de execução e trabalho de concepção nada mais constitui que um tipo novo de expropriação e o consequente agravamento do homem-máquina” (WOLFF, 2005:175). Além disso, a empresa também busca, por meio do “trabalho em equipe” e os CCQ’s, sistematizar o conhecimento produtivo dos trabalhadores, que é informatizado em *softwares* e depois é incorporado à produção através de novas máquinas que irão impor aos trabalhadores a dinâmica e a velocidade do trabalho, intensificando assim seu ritmo.

A reestruturação produtiva do capital é, portanto, como define Antunes, “um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial e real é a intensificação das condições de exploração das forças de trabalho” (ANTUNES, 2000:53), buscando assim, como já se ressaltou no início, a recuperação das taxas de lucro do capital. Consequentemente, tal processo significa para a classe trabalhadora a precarização das suas condições de trabalho e um aumento significativo dos índices de desemprego.

É importante deixar claro que todas essas modificações nas relações e condições de trabalho não significaram o fim ou a transformação do modo de produção capitalista baseado na extração da mais-valia por meio da exploração do trabalho pelo capital. O que se transformou foi, como mostra Antunes (2000), o *padrão de acumulação* do capital. Por isso, esse processo é denominado de reestruturação produtiva do capital, já que são investidas do capital para transformar o padrão de produção mantendo sua essência, com os objetivos de aumentar a produtividade, diminuir os custos do trabalho e aumentar o controle sobre os trabalhadores.

A reestruturação produtiva está presente intensamente no setor de telecomunicações, que é o foco deste estudo, e se intensificou com os processos de privatização. Portanto, é nesse contexto de transformações econômicas e político-ideológicas que ocorrem as privatizações das telecomunicações no Brasil e na Argentina.

1.5 As telecomunicações em um contexto neoliberal

As telecomunicações assumiram em todo o mundo um novo papel, importantíssimo para a acumulação de capital e para sua internacionalização. Isso se deve à importância das telecomunicações para consolidar as mudanças nas relações de trabalho, à nova importância mercadológica²⁵ que adquiriu a velocidade na transferência e no controle de dados, capitais e informação e ao desenvolvimento tecnológico (CAVALCANTE, 2009).

Na produção, o desenvolvimento e o controle privado das telecomunicações ajudam o capital em sua investida para construir uma produção voltada para a demanda, aumentam o controle e a velocidade das informações mercantis e aumentam as possibilidades de terceirização e subcontratação, já que o desenvolvimento da transferência de dados permite a “exploração da força de trabalho global”, ou seja, a venda da força de trabalho por todo o planeta, independentemente da localização do trabalhador e da empresa (VENCO, 2003).

No setor financeiro e bancário, o desenvolvimento das telecomunicações permite o aumento da facilidade e da velocidade para a transferência de capital, além de permitir um controle virtual e imediato dos mercados e das transferências de capitais e ações, ajudando assim a expansão bancária e financeira, imprescindível para o capital.

Até a década de 1970, o principal serviço prestado pelo setor de telecomunicações era a telefonia fixa. Devido ao desenvolvimento tecnológico, hoje o setor abrange uma diversidade de serviços, como telefonia móvel, internet, telégrafo, telex e televisão a cabo.

Essa diversidade somente começou a aparecer com o desenvolvimento da tecnologia digital, que permitiu, na década de 1990, a mudança do sistema analógico (condução elétrica por metais) para o sistema digital (sinais de luz conduzidos por fibras ópticas) (CAVALCANTE, 2009).

²⁵ Para se ter uma ideia da nova importância mercadológica do setor, a parte da TELESP responsável pelos serviços de telefonia fixa foi comprada por US\$ 4,96 bilhões, sendo assim a empresa mais cara de todas as empresas privatizadas no Brasil (BIONDI, 1999: 41).

Outro desenvolvimento tecnológico importante é o da microeletrônica, que permitiu o aumento da velocidade no processamento de dados. Com essas modificações, o setor que somente abrangia a transmissão de voz passou a incorporar diferentes tipos de transmissões (LARANGEIRA, 2003:52). Em meio a esse desenvolvimento tecnológico estão inseridos os processos de reestruturação e privatização do setor.

Essa mudança na importância das telecomunicações, associada à necessidade do capital de lucrar em novas áreas e ao neoliberalismo, que critica a atuação do Estado enquanto produtor e prestador de serviços, levaram à privatização de muitas empresas de telecomunicações em todo o mundo. Até 2002, mais da metade dos países do mundo haviam privatizado suas antigas empresas estatais de telecomunicação e a renda dessas estatais correspondia a 85% da renda do mercado mundial do setor (LARANGEIRA, 2003:52).

As investidas do capital exigiram que fossem extintos na maioria dos países os monopólios nacionais sob os serviços de telecomunicações buscando, assim, extinguir ou diminuir os limites impostos ao mercado do setor pelas fronteiras e empresas nacionais. Larangeira faz uma clara síntese das transformações do setor:

As telecomunicações estruturavam-se em forma de monopólios (em muitos casos estatais²⁶) operavam em mercados nacionais protegidos, como o serviço de utilidade pública e as atividades comerciais restritas, fornecendo serviços de transmissão de voz. A globalização dos serviços requereu a reestruturação do setor com base na liberalização dos mercados e na privatização. As telecomunicações tornaram-se fornecedoras de uma mercadoria - a comunicação – altamente lucrativa, transformando-se em indústria de transformação e de fornecedoras de telefonia fixa em fornecedoras de telefonia celular, de suporte para tráfego de voz para o tráfego de dados (LARANGEIRA, 2003:82).

Também mostra Larangeira (2003) que os limites entre os diversos serviços prestados pelo setor (telefonia fixa e móvel, TV a cabo e banda larga) diminuíram, sendo cada vez mais comum o fornecimento de todos esses serviços através de uma única empresa ou grupos econômicos, aumentando assim o controle das multinacionais sobre esses serviços.

²⁶ A grande exceção ao modelo de monopólio de uma empresa pública era o caso dos EUA, onde o monopólio era exercido por uma empresa privada, a AT&T (LEAL, 2000: 29).

O Grupo Telefônica no Brasil, do qual faz parte a empresa de telefonia fixa Telefônica, é um exemplo disso, pois vende e concentra esses diversos serviços²⁷. Este grupo, além de controlar a telefonia fixa no estado mais rico do país, o estado de São Paulo, a partir de 2010 passou a deter a maior operadora de telefonia móvel do país, a empresa Vivo²⁸. Outro exemplo é o grupo Carso, de propriedade do mexicano Carlos Slim, do qual fazem parte a Telmex e a América Móvil, que dominam grande parte dos serviços de telecomunicações na América Latina. No Brasil, a Telmex controla a Claro, operadora de telefonia móvel, a Embratel, operadora de telefonia fixa e de longa distância, e a Net, fornecedora de TV a cabo e internet banda larga (CAVALCANTE, 2012: 137).

Essa concentração dos diversos serviços do setor nas mãos de grandes conglomerados demonstra que a defesa neoliberal da livre concorrência não passa de um discurso que não corresponde à realidade das políticas de privatização das telecomunicações, que favorecem a formação e consolidação de monopólios e oligopólios.

Essas mudanças produziram um novo quadro de atuação dos sindicatos do setor (LARANGEIRA, 2003), uma vez que, como apontam uma série de trabalhos²⁹, impulsionaram a ampliação e diversificação das empresas e serviços, o aumento da terceirização, da subcontratação e dos contratos fora do âmbito legal dos sindicatos, a heterogenização das negociações coletivas com o fim das negociações nacionais, a transformação do perfil dos trabalhadores do setor, as demissões massivas efetuadas durante e após os processos de privatização, a precarização do trabalho por meio de diversos mecanismos, como a gerenciamento baseado na produtividade e na competição, a mudança das relações e condições de trabalho do setor e a disputa legal e política pela representação dos trabalhadores, devido à diversificação e terceirização dos serviços.

²⁷ Disponível em www.telefonica.com.br (acesso em 5/04/09).

²⁸ O Grupo Telefônica adquiriu o controle da Vivo através da compra da participação acionária da Portugal Telecom. Essa transação envolveu cerca de R\$ 17 bilhões de reais.

²⁹ Podemos citar como exemplos de trabalhos que analisam essas transformações: Garro (2004 e 2008), Gonzalez (1998), Larangeira (2003), Montes Cató (2006), Nogueira (2006 e 2009), Oliveira (2004), Pierbattisti (2008), Rombaldi (2007), Uchima (2004), Venco (2003); Ximenez (1994), Wolff (2005).

1.5.1 As telecomunicações na Argentina

No dia 18 de março de 1948³⁰, durante o primeiro governo de Perón, foram nacionalizados os serviços de telecomunicações na Argentina, e, em 1956, foi fundada a ENTel, agrupando as empresas nacionalizadas anteriormente. Durante 34 anos a ENTel controlou o serviço de telecomunicações na maioria das províncias do país vizinho³¹ (BARANCHUK, 2005: 3).

Durante a última Ditadura Militar (1976-1983), o regime iniciou um processo chamado de “privatização periférica”. No caso das telecomunicações, alguns serviços (como reparação de linhas e serviços auxiliares) começaram a ser concedidos às empresas privadas através da terceirização (PIERBATTISTI, 2008: 47).

Os grupos econômicos que começaram a prestar serviços e fornecer produtos à ENTel durante o processo de “privatização periférica”, por meio de empresas como Siemens, Pecom-Nec (associada ao grupo local Perez Companc), Telettra e Italtel (pertencentes ao também grupo local, neste caso ítalo-argentino, chamado Techint), posteriormente fizeram parte dos consórcios ganhadores da licitação de privatização.

Esta política iniciou a diminuição do quadro de funcionários da ENTel: de 1975 a 1985 houve uma redução de 4.451 funcionários da empresa (PIÑARANDA, 2007:42). Além disso, naquele momento já era possível notar as péssimas condições de trabalho das empresas terceirizadas ou contratadas pela ENTel; seus trabalhadores já conviviam com a insegurança no trabalho, com a ausência de contratos de trabalho e com a permanente ameaça de demissão (DONADIO, 1997: 3).

Entretanto, foi durante o governo Alfonsín (UCR) que realmente apareceram propostas governamentais concretas de privatização da ENTel. Seu governo apresentou um

³⁰ 18 de março foi declarado, posteriormente, como o dia do trabalhador telefônico. Depois da privatização da ENTel, os trabalhadores telefônicos deixaram de receber nesse dia uma folga no trabalho. Sem dúvida, esta medida tinha o objetivo de eliminar da memória coletiva a época em que a empresa era estatal e o dia de sua nacionalização (XIMÉNEZ SAEZ, 1994: 5).

³¹ Na Argentina, antes da privatização, a prestação do serviço telefônico não era exclusividade da ENTel, também havia uma empresa privada *Compañía Argentina de Teléfonos* (CAT), controlada pela Ericsson, que operava em algumas províncias: Tucumán, Mendonza, San Juan, Santiago del Estero e Salta; e algumas cooperativas telefônicas. Mas a CAT e as cooperativas eram responsáveis por somente 6% de todo o serviço de telecomunicações no país, os outros 94% eram de responsabilidade da ENTel.

projeto de privatização no qual 40% das ações da empresa seriam vendidas para a espanhola *Telefónica España*, formando assim o que era chamado de “empresa mista”.

No entanto, como vimos, o governo Alfonsín não conseguiu concretizar esse projeto privatista. Além de seu governo passar por uma grande instabilidade político-econômica que acabou resultando na antecipação do fim do seu mandato, e que dificultava a concretização de uma medida tão polêmica, sua proposta de privatização recebeu a resistência dos trabalhadores e dos legisladores do Partido Justicialista (PJ) e opositores ao seu governo. Por isso - apesar de receber o apoio ativo de Julio Guillán, naquele momento secretário-geral do sindicato FOETRA Buenos Aires, - o governo não pôde concretizar a privatização. Porém, aumentou significativamente as concessões privadas de serviços antes prestados pela estatal (PIERBATTISTI, 2006: 9).

Outro fator importante para a resistência à privatização proposta por Alfonsín foi a ausência no consórcio liderado por *Telefónica de España* dos grandes grupos econômicos com atuação interna no setor, sejam grupos internacionais como Siemens, ou locais, como Pérez Companc. O que resultava na oposição de influentes frações burguesas a esta proposta de privatização (ABELES; FORCINITO; SCHORR, 2001: 54).

Esta proposta, apesar de fracassada, mostrou aos interessados na privatização quais deviam ser as articulações políticas e econômicas para o sucesso do projeto privatista. Demonstrou que era necessário vencer a oposição sindical, favorecer e envolver na privatização a grande burguesia local do setor e, por último, diminuir o processo parlamentar para sua aprovação, buscando assim evitar o surgimento de barreiras ou objeções à privatização, o que poderia inviabilizar ou atrasar o processo privatista (ABELES; FORCINITO; SCHORR, 2001: 55).

Foi durante o governo de Menem, em meio à situação política e econômica descrita anteriormente, que a ENTel foi privatizada. Logo que assumiu o mandato, Menem aprovou uma série de medidas que determinariam a maneira como seriam aplicadas e garantidas as políticas neoliberais. Uma dessas medidas era a nomeação de interventores

que passariam a administrar as empresas estatais com o objetivo de preparar a privatização³².

No caso da ENTel, Maria Julia Alsogaray³³, nomeada como interventora, foi quem aplicou a política de preparação da privatização da empresa. Para isso, ela, em conjunto com o governo, utilizou os seguintes mecanismos (PIERBATTISTI, 2008: 46-7):

a) precarização dos serviços, para assim dar maior sustentação aos argumentos de que as empresas estatais eram ineficientes e precárias e, por isso, deviam ser privatizadas³⁴;

b) diminuição do quadro de funcionários, por meio dos “Programas de Demissão Voluntária” e “aposentadorias antecipadas”;

c) a revogação ou substituição de uma série de itens da Convenção Coletiva de Trabalho, através do decreto nº 1.757/89, que estabelecia o aumento em uma hora da jornada de trabalho diária, a suspensão da estabilidade no emprego e o fim de benefícios para os trabalhadores, como os descontos nas tarifas telefônicas;

d) aumento exorbitante das tarifas telefônicas: o pulso telefônico foi aumentado em 8 vezes, garantindo, dessa forma, o lucro das empresas privadas que passariam a controlar o serviço;

e) e, por fim, forte repressão aos trabalhadores e sindicatos que buscavam resistir às mudanças que abriam caminho para a privatização já aprovada pelo governo.

Esta política intervencionista de preparação da privatização da ENTel desencadeou um grande conflito com os trabalhadores³⁵. Entretanto, com a vitória do

³² A denominação “interventores” foi dada pela própria Lei de Reforma do Estado (nº 23.696/89), que estabelecia a intervenção para a preparação da privatização das empresas estatais listadas na própria lei, entre elas a ENTel.

³³ María Julia Alsogaray é filha de Alvaro Alsogaray, uma das figuras mais representativas do liberalismo e da direita argentina e fundador da UCeDé (*Unión del Centro Democrático*). No início do governo Menem, Alvaro foi assessor para os assuntos relacionados à dívida externa. A nomeação de Maria Julia como interventora da ENTel mostrava a importância para o governo e para os defensores dos planos privatistas da consolidação da privatização dessa importante empresa.

³⁴ Em 1990, sob a administração de María Julia, foram colocadas em funcionamento 40 mil linhas de telefone, 70% menos que no ano anterior. Além disso, foi atrasado o plano de obras, reduzida a manutenção das linhas e ampliou-se a quantidade de linhas ociosas (BASUALDO, 2002: 24). Como veremos a seguir, no Brasil ocorreu um processo semelhante.

³⁵ Analisaremos mais adiante este importante conflito entre os telefônicos e a política de privatização do governo e de sua interventora.

governo no conflito com os trabalhadores telefônicos, consolidou-se a privatização da ENTel.

Por meio de dois decretos a empresa foi dividida e vendida em 4 partes: duas responsáveis pelos serviços básicos urbanos e interurbanos (uma na região norte do país e outra na região sul), uma que monopolizaria as ligações internacionais e outra responsável pelo setor de transmissão de dados³⁶. O monopólio sobre esses serviços teria duração até o ano 2000. Cada empresa teve 60% das ações vendidas para o grupo ganhador da concessão, 30% foi oferecido, posteriormente, na bolsa de valores e 10% concedido aos trabalhadores, por meio do *Programa de Propiedad Participada* (PPP), que estava sob a gestão das organizações sindicais (PIERBASTTITI, 2008: 48).

Saíram vencedores da licitação da telefonia fixa, que ocorreu em outubro de 1990, o grupo econômico *Telefónica de Argentina*, que passou a ser responsável pela telefonia fixa da região sul e o grupo *Telecom Argentina*, que passou a prestar também esse tipo de serviço para a região norte. Como explica Gonzalez (1998: 204): “os consórcios ganhadores ficaram constituídos por uma operadora estrangeira, um grupo econômico de capital nacional e um banco credor da dívida externa argentina”. O pagamento foi feito em dinheiro e com o uso de títulos das dívidas, para os credores da dívida argentina.

O grupo *Telefónica de Argentina* estava composto por um operador internacional, *Telefónica de España*, diversos bancos, entre eles Citibank, Manufacturers Hanover, Bank of New York, Banco Central da Espanha e o Banco Hispano-americano e três grandes grupos locais: Techint, Perez Companc e Soldati. No grupo *Telecom de Argentina* estavam presentes dois operadores internacionais, *France Cable et Radio*³⁷, Telecom Itália, o banco Morgan, e Pérez Companc. No caso de Pérez Companc sua participação nos dois consórcios se deu por meio de duas empresas diferentes (PIERBATTISTI, 2008: 51).

³⁶ Os serviços telefônicos da área urbana de Buenos Aires também foram divididos em duas partes. As empresas responsáveis pela transmissão de dados e ligações internacionais tiveram a propriedade dividida em partes iguais entre os consórcios ganhadores das regiões norte e sul. O que significava conceder às mesmas empresas tanto os serviços locais como os de longa distância (ABELES; FORCINITO; SCHORR, 2001: 67).

³⁷ Empresa da France Telecom.

Alguns aspectos do processo licitatório devem ser lembrados: os títulos da dívida externa argentina foram aceitos como parte do pagamento e, após ser atingido o preço mínimo estabelecido pelo governo, ganharia o leilão quem oferecesse o maior valor em títulos da dívida. Além disso, a empresa foi entregue sem nenhuma dívida, pois elas foram assumidas pelo Estado argentino (ABELES; FORCINITO; SCHORR, 2001: 74).

1.5.2 As telecomunicações no Brasil

No Brasil, o setor de telecomunicações esteve sob o controle de empresas privadas até a década de 1960. Em 1962, cerca de 80% das linhas telefônicas do país eram controladas pela Companhia Telefônica Brasileira (CTB), que tinha como maior acionista o grupo canadense *Light & Power*.

Esse controle privado das telecomunicações não satisfazia as necessidades do capital monopolista interessado na industrialização do país, já que o sistema privado do setor não fornecia a “infraestrutura necessária para sustentar o crescimento e a nova acumulação do capital”, além de não corresponder à política defendida pela Ditadura Militar de um sistema único que desse segurança e controle ao território, o que provocou mudanças no setor, iniciando sua estatização (CAVALCANTE, 2009: 36-7).

O início da mudança na política das telecomunicações se deu no governo Jânio Quadros, que criou o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) em 1961, com a função de desenvolver e regulamentar o setor. Mas a principal transformação ocorreu em 1962, com a criação do Código Nacional de Telecomunicações (Lei nº 4.117), que iniciou o processo que posteriormente resultou na estatização do setor e estabeleceu a sua regulamentação até o governo Fernando Henrique Cardoso. Em 1965, durante a Ditadura Militar, foi criada a Embratel, operadora estatal nacional responsável pelos serviços de comunicação interestaduais e internacionais (CAVALCANTE, 2009: 38-9).

E no início da década de 1970, foi criada a *holding* de economia mista, Telebrás (Telecomunicações Brasileira S.A.), que passou a coordenar as telecomunicações no Brasil,

agrupando 27 operadoras estaduais³⁸ - entre elas a TELESP, empresa responsável pelos serviços de telefonia fixa do estado de São Paulo - e um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) (UCHIMA, 2004), responsável por desenvolver tecnologia nacional para o setor. Os investimentos do Estado proporcionaram uma grande melhoria no sistema e antes do setor ser privatizado havia no Brasil 20 milhões de linhas telefônicas.

Não podemos deixar passar despercebido o fato de a Telebrás ser uma empresa de economia mista com capital aberto. Tinha, portanto, ações cotadas na bolsa de valores, pois isso demonstra a participação do capital privado no interior da estatal. Em 1997, antes da privatização, a União detinha 50,04% do capital votante, ou seja, a maioria das ações ordinárias com direito a voto. O restante das ações estava bem dividido entre Fundos de Pensão, empresas e bancos. Além de disso, havia uma grande pulverização das ações da Telebrás, pois a compra da linha telefônica funcionava através de um sistema de autofinanciamento, no qual o comprador adquiria a linha telefônica e também se tornava acionista da empresa (LEAL, 2000: 71).

No fim da Ditadura Militar e no início do governo Sarney, os investimentos no setor diminuíram e aumentaram as pressões para a privatização e a reestruturação produtiva de todo o sistema, iniciando-se então a preparação para a privatização.

Além da diminuição dos investimentos para o sistema Telebrás, primeiramente iniciou-se um processo de terceirização dos serviços de manutenção e limpeza internos, e posteriormente dos chamados serviços de rede - projeto, instalação e manutenção externos - , começando assim a diminuição do quadro de empregados para atrair empresas interessadas na privatização. Além disso, o CPqD começou a passar por um processo de diminuição na remuneração e de transferência de pesquisadores para outras áreas (ROMBALDI, 2007:32).

No início da década de 1990, seguindo as pressões dos organismos financeiros internacionais, o governo elaborou em conjunto com o Banco Mundial um documento que orientaria as ações governamentais com relação ao setor de telecomunicações: primeiro,

³⁸ Faziam parte também do sistema Telebrás as empresas: Serviços Comunitários de Telefonia de Londrina-PR, Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto-SP e a Companhia Telefônica de Borda do Campo - SP (CARDOSO AQUILES, 2007:11).

acabar com o monopólio do setor com a abertura do mercado para a iniciativa privada; depois, privatizar o sistema Telebrás (CARDOSO AQUILES, 2007).

E no começo do governo Collor, diversas empresas brasileiras formaram o IBDT (Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações³⁹), que defendia a redução da intervenção do Estado no setor e o fim do monopólio (CAVALCANTE, 2009: 105).

Nesse contexto, o primeiro passo concreto foi dado logo no início do governo FHC, através da elaboração da proposta de emenda constitucional que terminava com o monopólio da Telebrás nas telecomunicações. Em agosto de 1995, a proposta (chamada, posteriormente, de Emenda Constitucional n.º 8) foi aprovada pelo Senado e promulgada por FHC, abrindo o caminho para a privatização (CAVALCANTE, 2009: 55).

O segundo passo foi dado em 1996 com a aprovação da Lei Mínima (n.º 9.295), que estabelecia as normas para a concessão privada dos serviços “não essenciais”, mas mais lucrativos, principalmente a telefonia celular. Entretanto, antes mesmo do estabelecimento dessas mudanças, o governo, em janeiro de 1995, anulou 12 cláusulas de um Acordo Coletivo entre sindicatos do setor e a Telebrás, assinado no governo e anos anteriores, o que preparou mudanças no trabalho que atendiam aos interesses das empresas privadas (CAVALCANTE, 2009: 115).

Por fim, em 1997 o governo FHC aprovou a Lei Geral de Telecomunicações (LGT)⁴⁰, que estabelecia as novas regulamentações e normas para o setor, criava uma agência reguladora - Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) - e instituíam as regras para a venda do sistema Telebrás. Assim, em 1998, o governo FHC fragmentou e privatizou o sistema Telebrás.

No dia 29 de julho de 1998, no leilão de privatização do sistema Telebrás, o governo anunciou que arrecadou com a venda das estatais telefônicas 22 bilhões de reais,

³⁹ Como mostra Cavalcante (2009:105), faziam parte do IBDT grupos empresariais como Globo, Unibanco, Bradesco, N. Odebrecht, Andrade Gutierrez, Constram, Banco Safra, grupo Estado (O Estado de São Paulo), RBS, Splice do Brasil e Grupo Machline. Nota-se a presença de grandes grupos econômicos nacionais como Odebrecht e Andrade Gutierrez e de grupos tradicionalmente ligados aos serviços de comunicação, como Globo e o grupo Estado.

⁴⁰ A LGT não incluía a regulamentação em torno da radiodifusão.

sendo que, como mostra Biondi (2003), de 1996 a 1998 o governo investiu 21 bilhões de reais no sistema Telebrás, a fim de preparar a privatização⁴¹.

Antes da privatização, o sistema Telebrás em seu conjunto era a 15ª empresa telefônica do mundo e a maior da América Latina. Teve como lucro no ano anterior à privatização US\$3,9 bilhões, sendo naquele momento a empresa brasileira mais lucrativa⁴².

No que diz respeito à telefonia fixa, o Brasil foi dividido em 5 regiões. Cada uma delas passou a ser administrada por um dos grupos a seguir: *Telemar*⁴³, composto por Andrade Gutierrez, Inepar, BNDES Participações, Maçal, Seguradoras do Banco do Brasil; *Brasil Telecom*, formado por Itália Telecom, Banco Opportunity, Previ (Fundo de Pensão do Banco do Brasil); *Telefônica*⁴⁴, composto por Telefônica Espanha, 95,86%, Iberdrola Investimentos (Espanha), Banco Bilbao Vizcaya (Espanha); e MCI (Estados Unidos)⁴⁵ (CAVALCANTE, 2009: 65).

⁴¹ Esse investimento estava no marco do Paste (Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal), que buscava melhorar a estrutura da empresa para sua privatização.

⁴² “Telebrás: o maior leilão do mundo”, *Folha de São Paulo*, 25 de julho de 1998.

⁴³ A Telemar, atualmente, é a empresa Oi que, em 2009, fusionou-se com o consórcio Brasil Telecom.

⁴⁴ Em 2010, a Telefônica comprou a parte da Portugal Telecom e passou a ser a proprietária da Vivo, a maior operadora de telefonia móvel do Brasil.

⁴⁵ A MCI ganhou a concessão da Embratel e, posteriormente, vendeu-a para a Telmex.

CAPÍTULO 2 – AS CARACTERÍSTICAS DO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL E NA ARGENTINA

2.1. Notas sobre a análise da ação e da estratégia sindical

Neste item pensamos ser importante apresentar alguns apontamentos e questões presentes na análise do movimento sindical, o que permitirá a maior compreensão dos casos estudados e da visão que utilizamos para pensar o sindicalismo⁴⁶.

Para ajudar na análise da ação sindical do FOETRA Buenos Aires e do Sintetel, partimos da sistematização e classificação das estratégias sindicais feitas por Figueiredo (2007:61-66), na qual por meio da articulação de elementos presentes na ação sindical, é possível analisar e definir a estratégia sindical.

A partir do que é apontado por Figueiredo (2007), os elementos que formam a estratégia sindical foram pensados a partir dos seguintes termos: a relação entre base e direção sindical, a ideologia sindical, o discurso, as características – métodos utilizados e objetivos enunciados- das mobilizações, a forma de organização e de decisão, a forma de construção e o conteúdo da identidade coletiva – corporativa ou de classe – dos trabalhadores.

Por meio da análise da articulação entre esses elementos, há uma importante separação analítica entre táticas e estratégias sindicais. Essa diferenciação permite uma melhor caracterização política dos sindicatos, não se restringindo às formas de mobilização e luta de determinado sindicato, ou seja, não se restringindo às táticas utilizadas como, por exemplo, maior combatividade através de greves, mobilizações, paralisações e ocupações (“sindicalismo combativo”) ou o uso de espaços de negociação e a apresentação de propostas aos governos e patrões (“sindicalismo propositivo”). Essas táticas podem estar presentes em sindicatos com estratégias completamente diferentes.

Sem dúvida, e a autora leva isso em conta, as táticas utilizadas não estão completamente separadas da estratégia. Um bom exemplo disso é que estaria fora da

⁴⁶ Parte das questões desenvolvidas aqui está presente no artigo “Teorias da ação sindical: elementos para uma análise marxista” (CAMPINHO; LEMOS, 2012).

estratégia sindical socialista um sindicato que se recusa permanentemente, e não somente em conjunturas completamente desfavoráveis, à construção de mobilizações e greves, mesmo que este sindicato apresente um discurso socialista. Mas, por outro lado, um sindicato de estratégia reformista pode utilizar como meio de ação táticas combativas, como greves e paralisações, mas isso não faz com que deixe de ser reformista na sua estratégia de ação.

A autora traz então a proposta de uma tipologia das estratégias sindicais, que compreende três categorias: *estratégia sindical socialista ou classista*, *estratégia sindical reformista* e *estratégia sindical de colaboração*.

A *estratégia sindical de colaboração* não se preocupa com a democracia sindical e, ao invés disso, investe na profissionalização dos dirigentes sindicais e no seu afastamento da base de representação. Em termos gerais, os setores sindicais ligados a essa estratégia priorizam a prestação de serviços aos trabalhadores sindicalizados e os espaços institucionais de negociação, em detrimento da mobilização coletiva. Além disso, apoiam-se enormemente na intervenção no mercado e no meio empresarial, por meio do gerenciamento sindical de investimentos, empresas e serviços sociais, o chamado “sindicalismo de negócios” (FIGUEIREDO, 2007:62).

Quanto à *estratégia sindical reformista*, poderíamos dizer, de forma geral, que é a forma básica na qual se apresenta o movimento sindical: a da luta por melhores condições de trabalho e vida. Esta estratégia sindical parte de um objetivo imediato: a busca por melhores condições de vida da mercadoria força de trabalho. Suas ações são, portanto, caracterizadas pela resistência coletiva dos trabalhadores ante os efeitos do capitalismo e não pela luta contra as causas desses efeitos.

Nesse sentido, a ação sindical está enquadrada na ordem capitalista e surge da sua própria natureza (LENIN, 1979:46). Isto ocorre porque o próprio modo de produção capitalista possui características que possibilitam e favorecem a organização sindical, dentre as quais se destacam: o trabalho coletivo e socializado, a compra e venda da força de

trabalho por meio de um contrato, e a liberdade do trabalhador com relação ao contrato de trabalho⁴⁷ (BOITO JR., 2001: 77-104).

A *estratégia sindical reformista* prioriza, portanto, àquilo que Lenin define como luta econômica⁴⁸ (LENIN, 1978). A luta sindical ou econômica é, em si, como vimos, “a luta coletiva dos operários contra os patrões, para vender vantajosamente sua força de trabalho, para melhorar suas condições de trabalho e de existência” (LENIN, 1978: 33). Lênin ressalta que esta luta é consequência do próprio desenvolvimento espontâneo do movimento operário e que, devido às diferentes condições de trabalho nas diferentes categorias e profissões, possui um caráter forçadamente dividido em categorias. Além disso, outro aspecto da luta econômica é importante para Lênin: este tipo de luta está submetido à ideologia burguesa, pois é, como afirmamos, próprio da natureza do capitalismo⁴⁹.

Para Lênin, a luta econômica também pode possuir um caráter político como, por exemplo, por meio da luta por legislações que estabeleçam redução da jornada de trabalho ou melhores condições de trabalho. Isto não significa, na visão do autor, que a luta econômica tenha se transformado em uma luta política em seu sentido pleno, mas que a luta econômica ampliou seu terreno de atuação, exigindo reformas econômicas aos governos.

Em resumo, a *estratégia sindical reformista* não busca a abolição do capitalismo, seu objetivo é, por meio de reformas, melhorar as condições de trabalho e vida dos trabalhadores. Por mais que enxergue os diferentes interesses entre as classes sociais, essa estratégia sindical não vê esses interesses como antagônicos. Seus métodos de luta variam bastante, indo desde uma ênfase na negociação até o uso de métodos combativos, variando de acordo com as possibilidades de ganhos diante do governo e do patronato.

⁴⁷ Boito Jr. ressalta que essa liberdade do trabalhador diante do contrato de trabalho é limitada, pois o trabalhador pode escolher para quem vender sua força de trabalho, porém não pode decidir se vai vendê-la ou não. Além disso, a igualdade formal do trabalhador e do capitalista em relação ao contrato de trabalho “induz o trabalhador a perceber a exploração como uma relação contratual livre entre indivíduos iguais, ignorando sua própria situação de classe” (BOITO JR., 2001: 95).

⁴⁸ Lênin (1978) partindo de uma diferenciação feita por Engels no prefácio de 1874 do livro “A guerra dos camponeses alemães”, desenvolve o que seriam três formas ou direções da luta operária: econômico-prática (sindical), teórica e política.

⁴⁹ Nas três categorias de estratégia sindical apresentadas está presente o que Lênin chama de luta econômica. Isto ocorre porque a luta econômica é a forma básica do sindicalismo e, por isso, mesmo que com características diferentes esta forma de luta não é um atributo de uma única estratégia sindical e está presente no conjunto do movimento sindical.

Além disso, a estratégia reformista é primordialmente marcada pelo corporativismo de suas reivindicações e mobilizações, ou seja, sua ação é pautada centralmente pela identidade da categoria ou setor representado e não por uma identidade de classe.

Vimos acima, ao explicar a *estratégia sindical reformista*, que para Lênin a luta política constitui uma forma ou direção da luta operária distinta da luta econômica. Na nossa leitura, a luta política, em seu sentido pleno como definido por Lênin - é a luta entre as classes pelo poder político da sociedade. Em outras palavras, é a luta do movimento operário pela superação do capitalismo, que deixa de ser política quando se caracteriza pela segmentação ou corporativismo. Além disso, ainda que não se configure como uma luta exclusiva a questões operárias, configura-se como uma luta da classe e não de um setor isolado. Esta luta, segundo Lênin, deve levar em conta o conjunto das relações das classes entre si, com o Estado e com o governo.

Essas duas formas ou dimensões da luta das classes trabalhadoras podem estar articuladas nas *estratégias sindicais socialistas ou classistas*.

Marx, Engels e Lênin já apontavam essa possibilidade. As próprias palavras de Marx são esclarecedoras, nesse sentido:

Além de sua função imediata de reação contra as dúbias manobras do capital, os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas a sua radical emancipação. Devem ajudar todo movimento social e político de igual tendência (MARX; ENGELS, 1980: 14).

Os autores viam com clareza a importância da luta sindical tanto para a chamada “guerra de guerrilhas” cotidiana entre o capital e o trabalho, ou seja, a luta econômica, quanto para a luta pela abolição da sociedade de classes (LOSOVSKY, 1969: 9).

A luta sindical, na visão dos autores, é uma “escola de guerra”, uma “escola de socialismo”. Através da luta sindical e econômica, os trabalhadores podem passar a se ver enquanto classe e enxergar a oposição de interesses com as classes e frações de classes burguesas. Poderíamos dizer, portanto, em uma linguagem mais recente, que a ação sindical pode impulsionar a construção da identidade de classe. É nesse sentido que deve atuar a *estratégia sindical classista*, em contraposição ao sindicalismo marcado pelo corporativismo.

Lênin mostra esse papel ao analisar as greves:

Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial (LENIN, 1979: 49).

e ao analisar o papel da greve econômica para a Revolução russa de 1905:

Se a grande massa dos explorados não tivesse visto diante de si os exemplos diários de como os operários dos diferentes ramos da indústria obrigavam os capitalistas a melhorar, de modo direto e imediato, a sua situação, não haveria sido possível de modo algum atrair as referidas massas para o movimento revolucionário (LENIN, 1979: 259).

Para os autores, portanto, a luta sindical pode e deve estar articulada com a luta política. É essa articulação que permite que o sindicalismo supere as barreiras impostas por suas características. A articulação pode ocorrer de diversas formas e pode, em determinados momentos, ser tão profunda que constitua um todo inseparável⁵⁰.

É nesse sentido que Marx afirma na resolução de 1871 da Associação Internacional de Trabalhadores: “que na classe operária, o movimento econômico e a atividade política estão ligados entre si indissolúvelmente” (MARX *apud* LOSOVSKI, 1969: 12).

A *estratégia sindical socialista* distingue-se, portanto, pela ação sindical que deve visualizar como horizonte o fim da exploração do trabalho. Por isso, sua forma de organização e mobilização enfatiza os interesses de classe por cima dos interesses setoriais, buscando assim construir uma identidade de classe. Seu discurso é marcado pela ênfase dos aspectos políticos presentes na luta econômica e sindical. Além disso, seu método de organização e luta é marcado pela democracia, o que permite a participação dos trabalhadores e um maior vínculo entre direção e base, e também por mobilizações combativas que demonstrem a força das classes trabalhadoras e as contradições da ordem capitalista.

Mas se olharmos a luta política de forma mais ampla e sua relação com a luta econômica de forma mais fluida e articulada do que o é proposto por Lenin, veremos que também na *estratégia sindical reformista* podem estar presentes importantes elementos da

⁵⁰ Boito Jr. (1991: 229-35) mostra essa articulação, através de dois exemplos históricos: a Revolução Russa de 1905, na qual as greves econômicas de massa (método típico da luta econômica) se transformaram em insurreição política (método máximo da luta política) e a Revolução Sandinista em 1979, na qual a greve política de massa, contra a ditadura de Somoza, apoiou e fortaleceu a insurreição sandinista.

dimensão política da luta de classes, seja de forma explícita ou de forma latente, sem que os atores explicitem ou tenham consciência dessa dimensão.

Galvão (2003: 48) aponta a importância dessa inter-relação entre as dimensões política e econômica da luta de classes:

A separação entre luta sindical e luta política não permite perceber a relação entre os dois níveis, a articulação que se pode estabelecer entre a luta reivindicativa (sindical), luta para influir e participar do governo (luta política reformista) e luta pelo poder (luta política revolucionária). Essas dimensões não podem ser vistas como estanques, pois o caráter imediato das reivindicações sindicais não as torna menos importantes, não impede que elas se vinculem com objetivos mais amplos. É preciso pensar a luta de classes com um processo não linear, que articula as esferas econômica e política e passa por vários níveis. Assim, mesmo que a movimentação dos trabalhadores não seja consciente e organizada, que a resistência à dominação seja difusa, ela ainda pode provocar efeitos importantes para os desdobramentos da luta de classes.

Nesse sentido, a *estratégia sindical reformista* pode ser articulada com a luta política. Uma mobilização que busque aumento salarial pode assumir, em determinados contextos sociais e políticos, uma dimensão política de confronto contra um regime ditatorial e sua política econômica baseada no arrocho salarial, como foram as greves do ABC de 1978/80 (ANTUNES, 1988). Veremos a seguir outro exemplo dessa articulação com o caso de FOETRA Buenos Aires, no qual uma greve que se iniciou pelo pagamento do aumento salarial acordado, tornou-se, mesmo que isso não fosse assumido explicitamente por parte de alguns atores, uma resistência à privatização da ENTel.

Esses são alguns aspectos da estratégia sindical que nos auxiliam na análise do sindicalismo. Porém, a ação sindical real envolve outras variáveis e aspectos que somente uma análise empírica pode fornecer. Essa tipologia é apenas um ponto de apoio para a análise sindical. Na realidade, há diferenças e articulações dentro desse amplo espectro de estratégias sindicais.

Ademais, essas estratégias sindicais se concretizam em um terreno marcado por limitações estruturais e conjunturais, como a conjuntura política e econômica, a estrutura sindical⁵¹, a correlação de forças, a relação entre sindicatos, partidos e Estado e também a localização no capitalismo mundial – central ou periférica – do país onde se dá a ação sindical.

⁵¹ Entendemos estrutura sindical como: “A forma de organização e representação de interesses, juntamente com os mecanismos de negociação coletiva e a forma de resolução de conflitos” (GALVÃO, 2003: 50).

Por isso, é no quadro da história organizativa e política do sindicato, ou seja, no conjunto de experiências e tradições sindicais da categoria, que localizamos a reação dos telefônicos portenhos à privatização. No entanto, essas tradições encontram-se permeadas pela experiência do conjunto da classe trabalhadora argentina e pelas características do sindicalismo e da estrutura sindical do país. Nos próximos itens deste capítulo, nos deteremos na análise desses aspectos tanto para o caso brasileiro quanto para o argentino.

2.2 O sindicalismo argentino e o FOETRA Buenos Aires

Antes de entrarmos diretamente na descrição do sindicalismo argentino e na localização do FOETRA Buenos Aires em meio à estrutura e práticas sindicais do movimento sindical argentino, é importante esclarecer que entendemos a estrutura sindical corporativa como um modo de representação de interesses de classes e frações de classes, que tem o objetivo de controlar as organizações e as ações dos trabalhadores, sendo, portanto, um *método de dominação de classe* (GALVÃO, 2003; BOITO JR., 1991). Neste sentido, “A natureza da estrutura sindical corporativa não é, portanto, neutra: ela constitui um instrumento de controle sobre os trabalhadores, na medida em que impede sua livre organização sindical e impõe entraves a sua unificação” (GALVÃO, 2003: 61).

As características gerais do sindicalismo argentino se consolidaram durante a década de 1940, com a aprovação do decreto (nº 23.852), conhecido como *Ley de Asociaciones Profesionales*, impulsionado por Perón quando ele ainda ocupava a Secretaria do Trabalho (JAMES, 2010: 23).

Apesar das modificações posteriores, esta legislação ainda permanece atual e estabelece o reconhecimento estatal para o pleno funcionamento do sindicato e o monopólio de representação sindical, concedido aos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, por meio da *personería gremial*, características fundamentais do corporativismo de Estado também presentes no Brasil.

Os sindicatos, para serem legalmente reconhecidos, devem primeiramente se inscrever junto ao Ministério do Trabalho, obtendo assim sua *inscripción gremial*, um

registro do sindicato perante o Estado. Contudo, a *personería gremial*, que permite o pleno funcionamento do sindicato, somente é concedida para uma agremiação por categoria ou ramo econômico, no caso, para aquela organização sindical que, segundo o Ministério do Trabalho, tenha a maior representatividade na base (ABÓS, 1986: 138). Além disso, ao conceder a *personería gremial* o Ministério do Trabalho, define o âmbito de atuação territorial e setorial, ou seja, define qual região e categoria ou setor econômico o sindicato representará oficialmente. Portanto, na Argentina, a legislação permite o funcionamento de mais de um sindicato para uma mesma base de representação. Não obstante, somente um poderá representar plenamente e oficialmente os trabalhadores.

O sindicato com *personería gremial* possui direitos exclusivos, como o reconhecimento como representante dos trabalhadores diante do Estado e dos empregadores, a participação nas negociações coletivas, o maior amparo legal para a atividade sindical dos seus representantes e o controle sobre os recursos oficiais da organização sindical⁵².

Quanto ao financiamento, existem as *cuotas sindicales* cobradas dos trabalhadores filiados aos sindicatos, descontadas pelas empresas diretamente dos salários e destinadas aos sindicatos oficiais. Também são utilizados para o financiamento dos sindicatos os chamados *aportes de solidaridad*, cobrados compulsoriamente do conjunto dos trabalhadores representados, filiados ou não ao sindicato. Não são todas as categorias e sindicatos que possuem esse tipo de contribuição, que é definida nos convênios coletivos.

Além desses aspectos gerais da estrutura sindical argentina, outras características devem ser ressaltadas, como a atuação das comissões internas; corpos de delegados e delegados sindicais no interior dos locais de trabalho; a predominância nas

⁵² Duas decisões da Corte Suprema de Justiça questionaram as diferenças de tratamento legal entre os sindicatos que possuem *inscripción gremial* e aqueles que possuem *personería gremial*. As sentenças dos casos, conhecidos por “ATE contra Ministério do Trabalho” e “Rossi contra Hospital Naval”, questionaram a legalidade dessas diferenciações estabelecidas na *Ley de Asociaciones Sindicales* (nº 23.551). Essas duas decisões da Corte foram favoráveis à possibilidade de eleição como delegado sindical de qualquer trabalhador, mesmo este não sendo filiado à entidade sindical com *personería gremial* e de que a tutela sindical, ou seja, a garantia legal de estabilidade e proteção diante de possíveis represálias no emprego, seja estendida também para delegados sindicais vinculados a sindicatos que não possuem a *personería gremial* (“Otro paso hacia la ampliación de los derechos sindicales”, 10 de dezembro de 2009, *Página 12*). Estas decisões são pontos de apoio importantes para o avanço da liberdade sindical na Argentina. Não obstante, ainda não garantem o fim da diferenciação entre sindicatos *inscriptos* e entidades sindicais com *personería gremial*. Para isso ocorrer seria necessário a modificação da legislação sindical.

negociações coletivas, sejam com as associações empresariais ou com os órgãos do governo, das organizações sindicais de cúpula (federações, uniões, confederações e centrais sindicais), em detrimento dos sindicatos locais; a forte presença de sindicatos que se organizam nacionalmente⁵³; a organização do sindicalismo por setor econômico de atividade; a presença e controle sindical das chamadas *Obras Sociales*; a histórica atuação centralizadora e unificadora da CGT e a consolidação de um sindicalismo de massas.

Os delegados sindicais são representantes dos trabalhadores, sindicalizados ou não, no interior do local de trabalho. Portanto, diariamente representam os interesses dos trabalhadores no processo de trabalho, tratando dos diversos temas relacionados às condições e relações de trabalho. Como representantes dos trabalhadores, os delegados sindicais não necessariamente seguem a linha política da direção do sindicato, permitindo uma atuação diferente daquela defendida pela direção sindical. Mas, ao mesmo tempo, eles são a forma como aparece a organização sindical para o conjunto dos trabalhadores dentro do local de trabalho. O corpo de delegados é o nome dado ao conjunto de delegados de um local de trabalho. A comissão interna, semelhante às comissões de fábrica no Brasil, é a organização desse conjunto de delegados. Essa comissão deve se reunir periodicamente para discutir as questões dos locais de trabalho.

A presença da representação sindical no interior do local de trabalho é um aspecto fundamental do sindicalismo argentino⁵⁴ e de suma importância para nossa pesquisa, pois foi o conjunto de mecanismos de representação no local de trabalho que ajudou a impulsionar as mobilizações protagonizadas pelos telefônicos portenhos durante o processo de privatização da ENTel.

Na Argentina, os delegados sindicais possuem legalmente estabilidade no emprego e proteção contra possíveis represálias durante a candidatura, o mandato e um ano

⁵³ No sindicalismo argentino, importantes categorias, como metalúrgicos, ferroviários e trabalhadores da construção, se organizam em sindicatos nacionais, chamados geralmente de União, de forma não federativa. A seção local do sindicato é uma parte do sindicato nacional. Esta forma de organização pode significar uma maior centralização, concentrando as decisões nas mãos da direção eleita nacionalmente. No entanto, também possibilita uma maior unidade das ações da categoria no plano nacional.

⁵⁴ Atualmente, segundo a *Encuesta de Trabajadores en Empresas* (ETE), realizada pelo Ministério do Trabalho em 2005, apenas 12% das empresas possui algum tipo de representação sindical no local de trabalho. No entanto, 51% das empresas com 201 a 500 empregados e 61% das empresas com mais de 500 trabalhadores apresentam representação no local de trabalho.

após seu cumprimento, no caso dos delegados eleitos (BASUALDO, 2009; VARELA; LENGUITA, 2010). Isso não ocorre no Brasil, onde somente aqueles que possuem cargos nas diretorias e representações sindicais, excluindo assim os delegados sindicais, possuem estabilidade provisória, pois não podem ser demitidos sem motivação.

No caso brasileiro, como veremos, apesar do reconhecimento legal do direito de representação dos trabalhadores no interior dos locais de trabalho, em termos gerais, as organizações dos trabalhadores não conseguiram se estabelecer efetivamente no interior desses locais. Em contrapartida, na Argentina há uma grande tradição de organização e representação sindical no interior dos locais de trabalho (VARELA; LENGUITA, 2010), que cumpriu um significativo papel na consolidação de um sindicalismo de massas na Argentina⁵⁵.

Além disso, a organização no local trabalho apresenta a possibilidade da intervenção dos trabalhadores no próprio processo de trabalho. Adolfo Gilly enfatizou essa possibilidade, denominando esta característica do sindicalismo argentino de “anomalia argentina”:

Esta anomalia consiste em que a forma específica de organização sindical politizada dos trabalhadores no nível da produção não somente trabalha em defesa dos seus interesses econômicos dentro do sistema de dominação – quer dizer, dentro da relação salarial onde se engendra a mais-valia –, senão que tende permanentemente a questionar (potencial e efetivamente) essa mesma dominação celular, a extração da mais-valia e sua distribuição e, em consequência, por baixo o modo de acumulação e pelo alto o modo de dominação específico garantido pelo Estado (GILLY, 1985: 198-9).

Como podemos ver, Gilly dá uma grande importância política para as comissões internas, observando que elas podem cumprir um amplo papel, de questionamento à dominação capitalista, pois atuam no local onde ocorre a extração de mais-valia. Vemos também que Gilly chama a organização no local de trabalho de “organização sindical politizada”. Neste sentido, as comissões internas e os corpos de delegados são espaços onde o trabalhador estabelece contato com a política e que permitem sua participação direta⁵⁶ (VARELA; LENGUITA, 2010: 63).

⁵⁵ Souza (2008/2009) faz uma síntese comparativa das características do movimento sindical argentino e brasileiro.

⁵⁶ A tradição marxista possui um grande acúmulo teórico sobre o papel político das organizações nos locais de trabalho. Gramsci, por exemplo, no período em que foi editor do semanário *L'Ordine Nuovo* e no contexto italiano (1919-1920) de discussões em torno na relação entre sindicato, conselhos de fábrica e partido,

Nas suas palavras,

Desde 1944-1945 surgiram as comissões internas na Argentina, eleitas em assembleias gerais, os delegados de seção, o funcionamento dos corpos de delegados como verdadeiros parlamentos de fábrica. Mesmo com as inevitáveis deformações burocráticas, esse funcionamento foi a base da organização das grandes greves gerais e parciais, das ocupações de fábrica, da vida sindical do proletariado que era ao mesmo tempo a forma elementar da sua vida política dentro do movimento nacional – ou seja, não de classe – do peronismo. Na sua memória histórica, à essa vida e essas lutas – e não simplesmente às leis do governo peronista – estão ligadas as grandes conquistas sociais e nacionais, das férias, os salários, a aposentadoria, a previdência social até a política de nacionalização do governo” (GILLY, 1983: 59).

As conquistas das classes trabalhadoras argentinas estão, portanto, diretamente ligadas às atividades político-sindicais no interior dos locais de trabalho, por meio desse conjunto de organizações representativas no interior das fábricas, oficinas, portos, etc. Dentre essas conquistas, o autor assinala a política de nacionalização dos governos de Perón, o que permite observar que, as estatizações, incluindo as empresas de telefonia, fizeram parte de um conjunto de conquistas do movimento operário e popular argentino vinculado a uma tradição de representação e luta no local de trabalho.

Ademais, as organizações e representações nos locais de trabalho são fundamentais para a massificação do sindicalismo. Isto porque é por meio delas que é possível que a maior parte dos trabalhadores possa participar ativamente do sindicato, o que também ocasiona um maior vínculo entre a direção e a base de representação. Nesse sentido, a consolidação das comissões internas, corpos de delegados e delegados sindicais foi fundamental para estabelecer um sindicalismo de massas na Argentina⁵⁷.

Nesse sentido, consolida-se um sindicalismo marcado tanto pela forte regulação do Estado quanto por uma forte presença dos organismos de base.

Esta marca contraditória desde a origem sindical do peronismo consiste, por um lado, na consolidação de um modelo de sindicalismo estatizado e burocratizado que percorre o desenvolvimento do ator sindical e a luta de classes do século XX na Argentina, e por outro lado, no fortalecimento dos direitos operários e a expansão da sua organização sindical nos lugares de trabalho, que ampliou as possibilidades de autonomia das bases operárias (VARELA; LENGUITA, 2010: 60).

defendeu a importância dos conselhos de fábrica como organizadores dos trabalhadores enquanto produtores e também como órgãos característicos da democracia operária (GRAMSCI; BORDIGA, 1981).

⁵⁷ Segundo a *Encuesta de Trabajadores en Empresas* (ETE), realizada em 2005, 37,6% dos empregados no setor privado são sindicalizados. No entanto, a Argentina é reconhecida por manter historicamente altas taxas de sindicalização. No seu auge, a taxa de sindicalização chegou a mais de 50% dos trabalhadores, o que é comparável a alguns países europeus (LEVITSKY, 2005: 47).

O sindicalismo argentino é marcado pela presença das *Obras Sociales*, órgãos administrados pelos sindicatos, que fornecem assistência médica, bem como serviços relacionados ao lazer, à recreação e à formação do trabalhador. Isso permite aos sindicatos o controle de altas cifras financeiras e também constitui um atrativo para a sindicalização dos trabalhadores, pois no geral os sindicalizados possuem uma gama maior de serviços prestados pelas *Obras Sociales*. Além desses aspectos, as *Obras Sociales* vinculam o sindicalismo argentino ao fornecimento de serviços sociais, o que faz com que o papel do movimento não esteja relacionado somente à organização e mobilização dos trabalhadores, mas também à prestação de serviços, no caso, principalmente, o serviço de saúde.

As *Obras Sociales* são sustentadas por contribuições dos trabalhadores, sindicalizados ou não, e empregadores. Tanto os trabalhadores sindicalizados como os que não são filiados recebem assistência de saúde por parte das *Obras Sociales*. Porém, a maioria das *Obras Sociales* fornece alguns benefícios exclusivos aos trabalhadores sindicalizados. Até a década de 1990, as *Obras Sociales* estavam obrigatoriamente vinculadas somente aos sindicatos com *personería gremial*, ou seja, aos sindicatos com o monopólio da representação. Com as mudanças estabelecidas pelo governo Menem, diferentes *Obras Sociales* passaram a concorrer e o trabalhador passou a escolher a qual *Obra Social* se associar (DANINI, 2011).

Para uma maior compreensão da estratégia sindical do sindicato pesquisado, veremos um pouco da experiência histórica do FOETRA Buenos Aires, em conjunto com algumas observações sobre o movimento operário argentino. Esse sindicato telefônico é reconhecido por sua tradição combativa, reivindicativa e democrática⁵⁸. Isto porque o sindicato tradicionalmente utiliza como meio de reivindicação as greves, paralisações, manifestações e ocupações; e a Assembleia de filiados e o Plenário de delegados sindicais são dois dos seus principais órgãos de decisão. Além disso, fazem parte do cotidiano do

⁵⁸ Fazemos referência a essa tradição com base nas entrevistas, nos materiais do sindicato e na visão de outros pesquisadores. Utilizamos como critério para essa definição os seguintes aspectos: métodos utilizados nas mobilizações (greves, ocupações, manifestações de rua etc.), métodos utilizados para as decisões (assembleia, plenário de delegados sindicais) e a atuação de diferentes correntes sindicais no interior da categoria. No entanto, caracterizamos como uma tradição por sabermos que não é possível afirmar que esses métodos sempre estiveram presentes e também não foi possível apurar os detalhes da forma de funcionamento desses métodos.

sindicato a relação e discussão entre as diversas chapas e correntes que atuam através de delegados sindicais e se apresentam como candidatas à direção sindical durante as eleições.

Para entendermos um pouco melhor, descreveremos algumas características organizativas presentes no estatuto da entidade. Sabemos que algumas dessas características são mais utilizadas em alguns períodos que em outros, variando de acordo com a direção do sindicato e o contexto político, podendo até permanecer como letra morta. No entanto, sua presença estatutária já demonstra importantes diferenças com o sindicato brasileiro. Além disso, sabemos com base nos depoimentos e fontes utilizadas nesta pesquisa, que muitas dessas características estiveram presentes nas mobilizações que ocorreram no período da privatização.

O estatuto do sindicato FOETRA Buenos Aires estabelece as seguintes características que gostaríamos de ressaltar:

Primeiramente, a eleição direta e secreta de delegados sindicais realizada por todos os trabalhadores de um estabelecimento da empresa, além da permanente possibilidade de revogação do mandato desses delegados (que tem duração de dois anos) por meio de uma assembleia dos representados.. Em segundo lugar, a formação de uma Comissão Interna entre os delegados sindicais de uma mesma planta da empresa e a definição, por essa comissão, de um delegado geral da planta. Por último, a presença de um Plenário de delegados sindicais, composto por todos os delegados sindicais, que deve se reunir antes das Assembleias para poder submeter à votação e ao debate suas posições sobre os temas que serão tratados na Assembleia.

É interessante notar também que os delegados sindicais que não forem ao Plenário de delegados três vezes consecutivas, sem justificativa, ou cinco alternadas, são automaticamente destituídos da função de delegado. Trata-se de uma exigência de participação que busca dar organicidade ao Plenário de Delegados.

A tradição política do sindicato portenho remonta ao anarquismo e, desde seu início, é caracterizada por greves, mobilizações e pela permanente utilização das Assembleias como meio de decisão. A primeira organização sindical telefônica, na forma de federação, surgiu já em 1919, mas só passou a se chamar *Federación de Obreros y*

Empleados Telefónicos (FOET) em 1928. Com o nome de FOETRA, a federação se consolidou em 1950, durante o governo de Perón.

Como citamos anteriormente, a estatização das empresas e serviços na Argentina esteve vinculada ao processo de consolidação do sindicalismo de massas no país e às conquistas de direitos para as classes trabalhadoras. Neste caso não foi diferente e antes mesmo da estatização da telefonia em 1948, os telefônicos argentinos já levantavam a bandeira pela nacionalização do serviço telefônico (BENÍTEZ, XIMÉNEZ, 1992: 59-65).

Esse pequeno histórico dos telefônicos ainda antes da chegada de Perón ao governo em 1945 ilustra as diferenças na forma de consolidação da estrutura sindical no Brasil e na Argentina. Murmis e Portantiero (1973) ressaltam essas diferenças que fazem com o peronismo possua características diferentes do que genericamente é chamado de “populismo”.

Não pretendemos desenvolver a polêmica em torno dos distintos conceitos de populismo e as diferenças e semelhanças entre peronismo e varguismo. No entanto, a argumentação, apresentada por Murmis e Portantiero (1973) de que já havia na Argentina um movimento operário organizado representativo, nos ajuda a compreender algumas diferenças entre o movimento e a estrutura sindical nos dois países.

Ressaltamos as seguintes diferenças apontadas pelos autores:

No getulismo, a classe operária é integrada ao regime diretamente, através das organizações estatais; não são os sindicatos, mas as repartições do ministério do Trabalho que são o canal direto para as relações entre trabalhadores e Estado. A sequência que leva os operários a participar do movimento nacional-popular é mediada primeiro pelo Estado que, desde o princípio, controla a mobilização e organiza, de cima, os sindicatos, que funcionam como mero apêndice do poder. No peronismo, a situação não é equivalente, nem sequer no ponto de chegada. Mesmo se o movimento operário é integrado no Estado; mesmo se, inclusive, o poder que assumem os organismos públicos para a efetivação do processo é decisivo, os sindicatos, na medida em que, como aparelho institucional, são preexistentes ao governo populista, cumprem uma função de mediação entre trabalhadores e poder político, que lhes é abertamente reconhecida (MURMIS; PORTANTIERO, 1973: 92).

A própria formação do Partido Laborista (PL), da qual os telefônicos cumpriram papel importante, sinaliza esta maior força do movimento operário no período anterior à posse de Perón, como apontam os autores:

O processo que leva à criação do Partido Laborista foi descurado pela maioria dos pesquisadores, sendo, no entanto, chave para qualquer análise das características diferenciais que assume o nacionalismo popular na Argentina com relação a

outras manifestações políticas similares – caso do getulismo – na medida em que a participação operária é, nesse caso, veiculada por um partido autônomo no qual se expressam as velhas tradições reformistas do sindicalismo (MURMIS; PORTANTIERO, 1973: 81).

Luis Gay, dirigente do FOETRA, foi presidente do PL no momento da sua fundação em novembro de 1945 e, posteriormente, presidente da CGT no início do primeiro governo de Perón. Antes disso, também esteve presente, como membro do Comitê Nacional de Greve, na histórica greve geral e mobilização do dia 17 de outubro de 1945. Quando milhares de trabalhadores tomaram as ruas de Buenos Aires para exigir a liberdade de Perón (DOYON, 2003: 226).

O PL foi uma tentativa, no contexto de grande mobilização sindical e popular de 1945, de consolidar uma organização política autônoma semelhante aos partidos operários europeus. O novo partido, inclusive, sob a influência do trabalhismo inglês, possuía o mecanismo de filiação direta das organizações sindicais e teve um grande papel nas eleições de Perón em 1946. No entanto, por ordem de Perón, nesse mesmo ano, o PL foi dissolvido e surgiu o *Partido Único de la Revolución Nacional* (DOYON, 2006: 173-186) que posteriormente se transformou em Partido Peronista.

Luis Gay foi eleito presidente da CGT em 1947, e entrou em conflito com Perón, por defender a independência do sindicalismo com relação ao governo contra a ingerência do movimento sindical articulada pelo então presidente. Nesse conflito, Gay ficou isolado e renunciou, junto com a direção da CGT, à presidência da central sindical (DOYON, 2006: 225-232).

Com o golpe militar ao segundo governo de Perón e o estabelecimento da autodenominada “Revolução Libertadora”, em 1955, e, com isso, a proibição do peronismo e o exílio de Perón, FOETRA teve papel ativo na chamada “Resistência Peronista” (1955-1959), que buscava na clandestinidade permitir a legalização do peronismo e a volta de Perón.

Mais do que isso, a “Resistência Peronista” constitui em um intenso processo de lutas do movimento operário para defender os direitos estabelecidos durante os governos de Perón e deter a investida do empresariado para aumentar o ritmo e, automaticamente, a produtividade do trabalho em um contexto no qual o peronismo estava proscrito. Esta resistência se deu principalmente no âmbito dos locais de trabalho, através de comissões

internas e delegados sindicais muitas vezes clandestinos, que organizavam paralisações, greves, boicotes, sabotagens e também atentados⁵⁹ (JAMES, 2010: 84-143).

Durante todo esse período de ilegalidade do peronismo e de intensas lutas sindicais (1955-1973), formou-se a maioria dos dirigentes sindicais que estiveram na direção do FOETRA Buenos Aires durante a privatização da ENTel.

Em meio à “Resistência Peronista” surgiu o agrupamento sindical telefônico *Marrón*, que, como veremos, hegemonizou a direção do sindicato até às vésperas da privatização, quando assumiu uma atitude de colaboração com o processo privatizador, o que resultou em novas divisões e reagrupamentos. Quando se formou, a organização sindical *Marrón*⁶⁰ não aceitou a intervenção no sindicato do regime militar, estabelecido com o golpe de 1955. A ação política dessa organização estava pautada pela defesa da “autonomia do sindicato e na manutenção da identidade peronista” (BENÍTEZ; XIMÉNEZ, 1992: 61).

Acompanhando o ativismo do movimento operário desse contexto, em 1957, os telefônicos organizaram uma greve de 72 dias, na qual a corrente sindical *Marrón* se envolveu plenamente. Além das reivindicações salariais, a greve era contrária às punições aos delegados e ativistas sindicais (BENÍTEZ; XIMÉNEZ, 1992: 61).

Esta reivindicação não era um caso isolado dos telefônicos, pois diversas categorias se mobilizavam na defesa dos delegados sindicais, presos ou demitidos, durante a “Resistência Peronista” (JAMES, 2010: 94-97). Ademais, a defesa das empresas estatais e a oposição aos contratos de exploração de petróleo da estatal petrolífera (YPF) com grandes multinacionais foram reivindicações presentes em grandes mobilizações do movimento operário do período.

⁵⁹ Foi durante a chamada “Resistência Peronista” (1955-1959) que surge, em 1957, uma das principais organizações sindicais do movimento operário argentino, chamada de “62 Organizaciones”. Com a intervenção na CGT, os sindicatos peronistas formaram as “62 Organizaciones”, que se tornou, com o exílio do Perón e a proibição do PJ, a principal voz do movimento peronista naquele período tanto no terreno sindical quanto no político (JAMES, 2010: 111-112). Isto demonstrava o papel do sindicalismo para este movimento.

⁶⁰ O principal dirigente telefônico desse período é Juan Jonsch, que foi também dirigente das “62 Organizaciones”, onde assumiu a posição conhecida, dentro do movimento sindical peronista, como “linha dura”, defendendo uma posição de maior enfrentamento com o governo de Frondizi e de crítica às negociações feitas pelo vandonismo com o poder político, ao qual nos referimos na página seguinte. É importante ressaltar que essa posição era marcada pela defesa das orientações políticas dadas por Perón (JAMES, 2010: 273-288).

O caso mais emblemático foi a greve e ocupação do *Frigorífero Nacional Lisandro de la Torre*, contra sua privatização. Nacionalizado no governo de Perón, o frigorífero teve sua privatização proposta pelo governo de Frondizi⁶¹ (1958-1963) e aprovada pelo Congresso (JAMES, 2010: 94-97). Assim que se efetivou a privatização, os trabalhadores ocuparam o frigorífico. A resposta do governo veio através da repressão policial à ocupação. Com o protagonismo das comissões internas, um movimento nacional de paralisações e greve, em solidariedade à ocupação, tomou conta do país. A intensificação da repressão e a prisão de dirigentes sindicais aceleraram a derrota do movimento⁶² (JAMES, 2010: 158-166).

Uma parte do movimento sindical, liderada pelo dirigente metalúrgico Augusto Vandor⁶³, apoiou o golpe militar de 1966, que colocou Onganía na presidência, e assumiu uma estratégia de mobilizar para negociar com o governo. O sindicato portenho se unificou ao setor sindical que defendia a resistência aberta ao regime e ajudou a impulsionar no movimento operário a oposição à ditadura e, por isso, teve a *personería gremial* cassada pelo regime militar e esteve à frente da organização da chamada CGT *de los argentinos* ou CGT *Paseo Colón*, em 1968⁶⁴.

Em 1973, após o fim do regime ditatorial imposto em 1966 e em um contexto de retomada do processo democrático, de um novo governo peronista e de ebulição da luta de classes, FOETRA Buenos Aires assumiu uma posição reivindicativa diante do governo peronista e se aproximou dos setores que defendiam a autonomia com relação à Perón. Nesse contexto, FOETRA impulsionou a exigência da revogação dos contratos estabelecidos durante a Ditadura de Onganía, entre a ENTel e algumas empresas, como *Standard Electric* e *Siemens*. Benítez e Ximénez (1992: 63) nos explicam as motivações

⁶¹ Frondizi era membro da UCRI (*Unión Cívica Radical Intransigente*), foi eleito em 1958, ainda sob a proibição do peronismo.

⁶² Saúl Ubaldini, que na década de 1980, como veremos, foi secretário-geral da CGT, participou como delegado das mobilizações no *Frigorífero Nacional Lisandro de la Torre* (GONZÁLEZ; BOSCHER, 2009: 120).

⁶³ Augusto Timoteo Vandor, dirigente da UOM (*Unión Obrera Metalúrgica*), foi assassinado em 1969 por grupos guerrilheiros peronistas.

⁶⁴ Em 1968, em um Congresso para normalizar a CGT, as diferentes posturas diante da Ditadura de Onganía produziram a divisão da central. Por um lado, surgiu a CGT *Paseo Colón* ou CGT *de los argentinos*, da qual Raimundo Ongaro, do sindicato de gráficos, era secretário geral; por outro, com Vandor à frente, surgiu a CGT *Azopardo*. Julio Guillán, dirigente telefônico, participou ativamente da CGT *de los argentinos*.

dessa reivindicação dos telefônicos e suas propostas para o setor de telecomunicações naquele momento:

O sindicato os considerava lesivos [os contratos acima citados] para os interesses da empresa e do país. Além disso, denunciava diferentes formas de corrupção e negociações que se realizavam com sua guarida. A ação de FOETRA junto a outros setores da sociedade determinou a anulação desses contratos por parte do governo nacional. As soluções alternativas propostas pelo sindicato davam ênfase à nacionalização do fornecimento de materiais telefônicos, à participação dos trabalhadores na condução da empresa e à formação de um laboratório para a criação de tecnologia nacional por meio de acordos entre a Universidade e a ENTel.

Essa visão e a forma de gestão das telecomunicações defendida pelo sindicato são assim definidas pelo seu estatuto: “Propugnar a socialização das empresas a fim de que se convertam em propriedade dos trabalhadores com participação dos usuários na administração, para conseguir o cumprimento integral da justiça redistributiva e a leal atenção dos interesses sociais”. Apesar dessa bandeira não ser clara, pois não explica o que se entende por “socialização”, podemos perceber que nela está contido o desejo de uma empresa gerida pelos trabalhadores, com participação dos usuários e pautada pelos interesses da população e não por interesses privados.

Aqui um aspecto deve ser ressaltado, e diz respeito à relação, mostrada através dos exemplos anteriores, dos telefônicos com o caráter estatal da ENTel. “Para FOETRA e a maioria dos trabalhadores telefônicos, a defesa da ENTel constituiu, desde a sua criação, a expressão de um compromisso com um projeto político nacional e popular para a Argentina” (BENÍTEZ, XIMÉNEZ, 1992: 115). Nesse sentido, a identidade que se construiu dentro da categoria estava vinculada, clara e explicitamente, à importância do caráter estatal da empresa para um projeto político mais amplo, no caso, o projeto “nacional e popular” do movimento peronista.

Sabe-se que nesse movimento convivem diferentes ideologias e projetos políticos, alguns até antagônicos. Para os objetos desta pesquisa nos interessa aqui apontar alguns elementos centrais presentes na ideologia peronista que são importantes para pensar a ação sindical do FOETRA Buenos Aires e da categoria telefônica. Esses aspectos são aqueles que tradicionalmente marcaram esse movimento na arena sindical. O primeiro desses elementos é que o movimento sindical peronista não está marcado pela oposição ao capitalismo. Ao invés disso, sua ideologia defende a “justiça social” e a “soberania

nacional”. A primeira delas entendida como uma divisão mais justa dos lucros da produção entre o capital e o trabalho, uma divisão que não permitisse a superexploração do trabalho e assegurasse qualidade de vida ao trabalhador (JAMES, 2010: 128-131). A “soberania nacional” é enxergada como uma oposição ao capital estrangeiro e à oligarquia ligada a ele. No entanto, o capital de origem nacional é visto como um possível aliado em favor dos interesses da nação (JAMES, 2010: 254). Forma-se, assim, a ideia de um modelo de Estado governado pelo peronismo, segundo a qual “o Estado assegurava a harmonia social, moderava os excessivos interesses de classe, protegia a soberania nacional” (JAMES, 2010: 131).

Na última Ditadura Militar argentina (1976-1982), os telefônicos tiveram um papel de resistência e sofreram as consequências da repressão aplicada neste período. Em março de 1977, momento em que a Ditadura impunha uma sangrenta repressão, o regime fixou o aumento da jornada de trabalho dos telefônicos, passando de sete para oito horas diárias. Devido a isso, os trabalhadores iniciaram uma mobilização - através de um abaixo-assinado e do abandono do trabalho após o cumprimento das sete horas - contra o aumento das horas de trabalho. Essa mobilização resultou na demissão de aproximadamente quatro mil telefônicos.

Além disso, nesse período o sindicato sofreu intervenção, o que fez com que dirigentes sindicais, delegados de base e trabalhadores da categoria sofressem uma série de perseguições, prisões, desaparecimentos e demissões⁶⁵. O próprio secretário-geral do sindicato, Julio Guillán, ficou preso durante a última Ditadura Militar. Muitos dos dirigentes sindicais que estavam na direção do FOETRA Buenos Aires, durante o processo de privatização, sofreram perseguições e prisões durante a Ditadura, inclusive, Héctor Esquivel, o secretário-geral daquele momento.

2.3 O SINDICALISMO BRASILEIRO E O SINTETEL

Quanto ao caso brasileiro, o Sintetel foi reconhecido como sindicato oficial em 1942. Antes disso era uma Associação Profissional dos Trabalhadores em Empresas

⁶⁵ Quarenta e seis telefônicos foram assassinados durante a Ditadura Militar de 1976.

Telefônicas do Estado de São Paulo. Até a década de 1980, o sindicato tinha um caráter tipicamente pelego⁶⁶, já que, como diversos sindicatos no Brasil, dependia da estrutura sindical corporativista e sua atuação priorizava o assistencialismo, ficando em segundo plano a mobilização por conquistas para os trabalhadores.

Os chamados sindicatos pelegos defendem e dependem da estrutura sindical corporativista em que o Estado concede o monopólio de representação sindical, determina a forma de organização do sindicato e julga os conflitos sindicais. Estes sindicatos se financiam por meio do imposto sindical obrigatório, e, por isso, muitos surgiram e sobrevivem sem nenhuma representação e participação dos trabalhadores. Em consequência disso, não organizam ou mobilizam os trabalhadores por suas reivindicações. Sua orientação política, devido à dependência do Estado, é a defesa dos governos, independentemente da política governamental⁶⁷ (TRÓPIA, 2004:1).

Isso se deve à estrutura sindical brasileira, criada no período varguista, que busca enfraquecer as organizações autônomas dos trabalhadores, já que não permite que os próprios trabalhadores definam a forma das suas organizações sindicais. Apesar de ter passado por mudanças como na Constituição de 1988, a base desta estrutura continua atual e se caracteriza, como foi sintetizado acima, pela necessidade do reconhecimento estatal para o pleno funcionamento do sindicato, pelo monopólio sindical concedido pela Justiça do Trabalho a um sindicato por categoria ou ramo profissional em uma base territorial que pode corresponder, no mínimo, a um município, por contribuições compulsórias de todos representados e pela intervenção da Justiça do Trabalho no julgamento dos conflitos sindicais (BOITO JR., 1991).

Mesmo com as transformações no sindicalismo e com as mobilizações dos trabalhadores iniciadas no fim da década 1970, a Constituição de 1988, que reformulou a

⁶⁶ “Pelego” é uma expressão criada pelos trabalhadores brasileiros em meio à luta política para se referir às organizações sindicais e aos dirigentes que buscam negociar com os patrões e “amortecer o conflito entre capital e trabalho” (TRÓPIA, 2004:1).

⁶⁷ Boito Jr. (1991: 132) atenta que esse apoio do sindicalismo pelego a qualquer governo, apesar de amplo, não é completamente incondicional. Não ocorre nos casos nos quais a política do governo coloca em risco a sobrevivência do sindicato oficial ou nos quais o governo avança em mudanças contra a burguesia monopolista, o imperialismo ou a concentração de terra, pois essas medidas são contrárias à tradicional política conservadora do peleguismo.

estrutura sindical após a Ditadura Militar, manteve a base do sindicalismo corporativo, estabelecida por Vargas.

Apesar de a nova Constituição ter estabelecido a não intervenção do Estado nos sindicatos, por meio da cassação de diretorias sindicais e da imposição de um estatuto padrão, ela estabeleceu como norma constitucional a unicidade sindical (prevista na CLT) e manteve o imposto sindical obrigatório e a taxa assistencial, além de impor outra contribuição compulsória (a confederativa), continuando assim com o financiamento dos sindicatos que gozam do monopólio de representação. A Constituição também conservou a estrutura de intervenção e arbitragem da Justiça Trabalho tanto na definição do sindicato oficial e no conjunto de conflitos sindicais quanto na negociação coletiva, através dos dissídios coletivos. Por esses motivos a nova constituição, apesar de ter introduzido algumas mudanças, garantiu a continuidade da estrutura sindical corporativa brasileira (BOITO JR., 2005: 115).

Como se sabe, o imposto sindical é recolhido de todos os trabalhadores, mesmo daqueles que não estão sindicalizados, e corresponde ao salário de um dia de trabalho. Sua arrecadação é controlada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que detém 10% do valor e distribui o restante entre os sindicatos (60%), as federações (15%), as confederações (5%) e, desde 2008, as centrais sindicais (10%). A taxa assistencial e a contribuição confederativa têm seus valores definidos em Assembleia e também incidem tanto para os filiados quanto para aqueles que não estão filiados. Nestes casos, porém, a contribuição pode ser contestada na Justiça (GALVÃO, 2012: 191).

Nota-se, portanto, que quanto a alguns aspectos fundamentais do sindicalismo corporativista, a estrutura sindical brasileira é semelhante à argentina, pois nos dois casos está estabelecido: a investidura sindical, ou seja, a necessidade do reconhecimento estatal para o pleno funcionamento do sindicato, a unicidade sindical, ou seja, o monopólio de representação sindical que é concedido a um único sindicato pelo Estado e a presença de contribuições sindicais obrigatórias para o conjunto dos trabalhadores.

Essa semelhança entre as bases da estrutura sindical nos auxilia, como veremos, na compreensão da ação dos sindicatos estudados, ainda que elas tenham sido distintas. Isto

porque essa estrutura dificultou a resistência do FOETRA Buenos Aires à privatização e favoreceu a estratégia de colaboração do Sintetel.

Voltando ao Sintetel, Rombaldi (2007: 58) descreve da seguinte forma a ação sindical desse sindicato até a década de 1980:

As práticas sindicais até meados da década de 1980 caracterizavam-se essencialmente por funções administrativas e burocráticas na administração das entidades sindicais e com pouco enfrentamento da gerência da Telesp quanto aos temas de remuneração e outros direitos sociais.

Não há, portanto, uma tradição de combatividade e de participação democrática da base de representação nas instâncias de decisão do sindicato. Além disso, ao contrário da Argentina, a estatização das empresas de telecomunicações no Brasil não era uma reivindicação que fez parte da construção da categoria telefônica.

Osvaldo Rossato, dirigente do Sintetel durante o processo de privatização e trabalhador do setor antes mesmo da estatização⁶⁸, ao ser perguntado sobre a existência de uma mobilização ou reivindicação pela estatização, disse desconhecer qualquer iniciativa do sindicato a favor da estatização do setor. Sua resposta foi: “não [houve uma campanha a favor da estatização], que eu saiba não, porque o governo militar chegou, estatizou e pronto: está estatizado”. O que indica uma postura completamente diferente do FOETRA Buenos Aires, segundo a qual a luta pela estatização, nas palavras do sindicato, pela nacionalização, fez parte da consolidação do movimento sindical do setor⁶⁹.

A característica de afastamento da direção do Sintetel de sua base de representação, em outras palavras, de uma ausência de mobilizações e organizações que tenham uma participação ativa da maioria da base de representação, não é uma particularidade isolada deste sindicato. É, para além do sindicato estudado, um atributo geral do sindicalismo brasileiro. Mais do que isso, é uma característica da prática sindical do sindicalismo de Estado brasileiro (BOITO JR., 1991: 90).

Esta prática sindical é marcada pelo fato de não haver um vínculo orgânico entre direção e base e, também, como já mencionamos, pela ausência da representação dos trabalhadores no local de trabalho. O movimento sindical brasileiro é historicamente

⁶⁸ Entrevista com Osvaldo Rossato (17 de junho de 2012). Rossato, hoje aposentado, nasceu em 1947, entrou na CTB em 1966 e foi presidente do Sintetel de 1987 a 1997.

⁶⁹ Entrevista realizada pelo autor em 17 de junho de 2012.

marcado por ser um sindicalismo de porta de fábrica e por não conseguir mobilizar a massa de trabalhadores. Isso se deve à estrutura, descrita acima, e à ideologia sindical que articuladas à prática sindical, formam o sistema do sindicalismo de Estado (BOITO JR., 1991).

A ideologia do sindicalismo de Estado no Brasil “se caracteriza pela submissão voluntária ao conjunto de normas jurídicas que regulamentam a organização e as formas de ação sindical no Brasil” (BOITO JR., 1991: 65) e constitui uma manifestação, no terreno sindical, da ideologia populista.

A ideologia populista, na visão de Boito Jr. (1991: 66-92), é uma forma de fetiche do Estado burguês protetor, ou seja, uma ideologia que enxerga o Estado como instituição sem caráter de classes e que por isso pode aplicar uma política que proteja e defenda os trabalhadores da exploração capitalista. No terreno sindical, esta ideologia se manifesta através da espera passiva por uma ação do Estado que proteja os trabalhadores. Como neste caso o sindicato é parte do aparelho de Estado, é também do próprio sindicato que os trabalhadores esperam a salvação⁷⁰.

Além disso, a “ideologia da legalidade sindical” (Boito Jr., 1991) também aparece através da valorização da estrutura sindical corporativista, tanto pelos trabalhadores quanto pelos dirigentes sindicais, pois através desta estrutura o Estado garantiria a unidade, o financiamento e as conquistas dos sindicatos. Tudo isso por meio, respectivamente, da unicidade sindical, das contribuições compulsórias e da intervenção da Justiça do Trabalho (BOITO JR., 1991: 93-169).

Boito Jr. (1991: 249) assim sintetiza as consequências desse sistema sindical para as ações e estratégias sindicais no Brasil:

O sindicalismo de Estado mantém os trabalhadores dispersos: não os organiza nos locais de trabalho e, ao contrário de infundir-lhes a concepção de que precisam contar com as suas próprias forças, induz os trabalhadores ao culto populista do Estado. Mesmo que chegue a estimular o sentimento de oposição ao patronato, o faz reforçando a expectativa de se recorrer à ação protetora do Estado. Desse modo, o sindicalismo de Estado mina a acumulação de forças que

⁷⁰ Sabemos que há um intenso e importante debate em torno do conceito de populismo. Não pretendemos desenvolver essa polêmica, o que nos desviaria do foco desta pesquisa. Para nossos objetivos é suficiente reforçar que utilizamos o conceito retomado e desenvolvido por Boito Jr. (1991) a partir da conceituação desenvolvida por Francisco Weffort. Para este conceito o populismo é uma forma de estatismo pequeno-burguês, no qual sua ideologia aparece sob a forma do fetiche do Estado burguês protetor.

poderia ser propiciada pela atividade sindical. Afasta os trabalhadores das concepções revolucionárias: antagonismo de classes, caráter de classe do Estado e debilita sua luta reivindicativa (BOITO JR., 1991: 249).

Em resumo, o sindicalismo de Estado brasileiro possui algumas características centrais que produzem efeitos na ação e na estratégia sindical hegemônicas no movimento sindical do país. Características e efeitos que nos ajudam a entender a história do Sintetel e também sua atuação diante da privatização das telecomunicações.

A primeira delas é, como vimos, a investidura sindical, a necessidade do reconhecimento do sindicato pelo Estado, o que torna o sindicalismo regulado pelo Estado. Essa regulação, como vimos, estabelece a unicidade sindical, em outras palavras, o monopólio de representação e também as contribuições compulsórias.

Estes dois elementos fazem com que o sindicalismo de Estado seja independente da organização e mobilização dos trabalhadores. Com essa independência, há uma tendência de distanciamento entre direção e base sindical, o que resulta em uma forma de organização vertical, a partir da qual a base não tem grandes participações nas decisões do sindicato. Diferentemente da Argentina, onde há tradição de organização no local de trabalho, essa estrutura dificulta a construção de um sindicalismo de massa.

Além disso, como é a Justiça do Trabalho que determina o sindicato oficial, há um intenso conflito judicial entre sindicatos em torno da representação oficial, seja para incluir uma categoria ou uma base territorial (VARELA; GALVÃO, 2011: 254). Conflito intensificado no setor com a privatização das telecomunicações, devido à ampliação do número de empresas e a diversificação da categoria. Esta disputa judicial e o fato de que a decisão de formação, funcionamento e financiamento dos sindicatos não depende dos trabalhadores, ao contrário do que dizem os defensores da estrutura sindical corporativista, fazem com a unicidade sindical resulte na fragmentação das classes trabalhadoras em diversos sindicatos. No Brasil, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego de 2013, existem 10.369 sindicatos registrados⁷¹.

No fim da década de 1970 e durante a década de 1980, a situação política e sindical nacional de avanço do sindicalismo reivindicativo e combativo e de reorganização

⁷¹ Disponível em http://www3.mte.gov.br/cnes/painel_atualizacao.asp# (Acesso em 8 de fevereiro de 2014).

do movimento sindical e popular brasileiro⁷² também trouxe consequências para o sindicato, já que pela primeira vez organizou grandes mobilizações por reposições salariais e renovou sua direção. A categoria e o sindicato, acompanhando o avanço do movimento sindical e popular, assumem um ativismo por melhores condições de trabalho.

As greves e mobilizações dos metalúrgicos do ABC paulista, “a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos dos índices de sindicalização” (ANTUNES, 1995:11) levaram ao surgimento do “novo sindicalismo”.

Agrupando um conjunto de sindicatos, tendo à frente o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e os sindicatos bancários, o “novo sindicalismo” questionava a burocracia e o peleguismo das organizações sindicais atreladas à estrutura corporativa do Estado, herança do período varguista e buscava, atuando dentro da estrutura sindical oficial, transformá-la.

O “novo sindicalismo” em conjunto com um setor centralmente organizado nas *oposições sindicais* às direções pelegas, que enfatizava a construção de organismos de base, principalmente as comissões de fábricas e agrupava correntes da esquerda e militantes da esquerda católica, fundaram a CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1983 (ANTUNES, 1995:43-7).

Além de assumir um discurso de crítica à estrutura sindical oficial, por meio da bandeira de “*liberdade e autonomia sindical*”, a CUT defendia a representação e organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, por meio de organismos de base como as comissões de fábrica (TRÓPIA, 2004:40). Trópia mostra o papel da CUT na década de 1980:

O sindicalismo combativo, após a criação da CUT, tornou-se a principal força política do movimento popular reivindicativo. A atuação da CUT foi marcada pela participação de suas lideranças na organização de ações de massa contra o modelo econômico implantado no País, pela conquista de inúmeros sindicatos pelegos e por uma prática sindical reivindicativa, agressiva e grevista. A central

⁷² Este avanço do movimento sindical e popular brasileiro na década de 1980 estava na contramão da tendência de refluxo do sindicalismo nos países capitalistas centrais nesse mesmo período. Refluxo demonstrado por alguns fatores centrais: diminuição das taxas de sindicalização, diminuição da atividade grevista e um avanço dentro do movimento sindical de posições mais conciliadoras (BOITO: 1999:202).

organizou, na década de 80, as quatro greves gerais de protesto contra a política econômica e procurou ampliar a participação de segmentos de trabalhadores menos ativos e reivindicativos como comerciários, trabalhadores da indústria têxtil, ferroviários, eletricitários, entre outras, e expandir as greves para regiões com menos tradição sindical (TRÓPIA, 2004:40).

Este contexto de mobilização popular e sindical de fins da década de 1970 e de toda a década de 1980 no Brasil é um importante elemento explicativo das motivações da implantação tardia das políticas neoliberais no país, quando estabelecemos comparação com a Argentina, por exemplo. A privatização das empresas de telecomunicações é um exemplo dessa diferença temporal, pois, como vimos, na Argentina ela ocorreu em 1990 e no Brasil em 1998. No fim da década de 1970, enquanto o Brasil iniciava a situação descrita acima, na Argentina o movimento operário vivia o período repressivo mais intenso da sua história (1976-1978). Já no final da década de 80, enquanto vivíamos o processo da Constituinte de 1988, no país vizinho apareciam as primeiras propostas de privatizações por parte do governo de Alfonsín⁷³.

As transformações desse contexto também estiveram presentes no setor de telecomunicações e, em 1986, a junção de alguns sindicatos estaduais permitiu a fundação de outra federação, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (FITTEL), filiada à CUT (BOITO JR., 1999).

Até esse período, o sindicalismo do setor no país era composto por sindicatos estaduais, geralmente chamados Sintetel, e uma Federação Nacional de Trabalhadores em Telecomunicações (FENATTEL), compostas por esses sindicatos. A Federação e os sindicatos eram dependentes da estrutura sindical corporativa do Estado e eram caracterizados por uma prática sindical assistencialista e não de confronto reivindicativo, configurando uma estratégia sindical de colaboração.

Embora a FITTEL seja interestadual e a FENATTEL nacional, ambas vivem um conflito pela representação e filiação dos sindicatos em telecomunicações, o que mostra que o sindicalismo brasileiro consolidou a unicidade sindical na base, ou seja, nos sindicatos, e o pluralismo na cúpula, ou seja, entre federações, confederações e centrais sindicais. Se por um lado, nas entidades de primeiro grau a disputa pela representação é

⁷³ Devoto e Fausto (2004: 453-465) descrevem comparativamente o período de transição para a democracia no Brasil e na Argentina.

judicial, nas organizações de segundo e terceiro grau a disputa é pela filiação dos sindicatos às federações, confederações e centrais sindicais.

Esse novo contexto permitiu a unificação de dois setores sindicais opostos, agregando, em 1984, na direção do sindicato, desde dirigentes ligados à CUT até setores da esquerda que, nesse momento, defendiam o sindicalismo oficial e corporativista, como o MR-8, o PC do B e o PCB (ROMBALDI, 2007: 95). Acompanhando a ascensão dos índices de greves e mobilizações no Brasil, esse período foi marcado por uma forte greve telefônica em 1985⁷⁴.

No entanto, de 1985 até a metade da década de 1990, as principais bandeiras e mobilizações do sindicato eram em torno de questões econômico-corporativas, como o reajuste mensal dos salários, o estabelecimento ou melhoria de algumas gratificações, como adicionais no salário e na aposentadoria devido ao tempo de trabalho na empresa (ROMBALDI, 2009:96).

Nesse período, o sindicato se associou à recém-fundada CGT⁷⁵ (Central Geral dos Trabalhadores), que tinha como liderança Luis Antônio Medeiros, o que demonstrava que apesar da nova conjuntura, a direção do sindicato mantinha práticas políticas do sindicalismo oficialista e grandes diferenças com o sindicalismo cutista. A ligação do sindicato com o setor colaboracionista do sindicalismo brasileiro, ligado a Luis Antônio Medeiros, é também posteriormente demonstrada pela adesão do Sintetel à FS depois da fundação dessa central, o que analisaremos a seguir.

Luis Antônio Medeiros, que se tornara presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Antônio Rogério Magri, que naquele momento era presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, lideraram o autodenominado “sindicalismo de resultados” (ANTUNES, 1995:65).

⁷⁴ *Linha Direta* em Revista, julho 2010 – Ano IV.

⁷⁵ Um setor do sindicalismo não participou da fundação da CUT. Este setor, composto pelo sindicalismo pelego e por alguns setores sindicais vinculados ao PCB, PCdoB e ao MR-8, fundou, em 1986, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) (ANTUNES, 1995:59). Posteriormente, esta central passou por um processo de divisão, devido às disputas e divergências políticas dos seus setores internos. Uma parte vinculada ao PCdoB e ao PCB, no fim da década de 1980 e início da década de 90, se somou à CUT e outro setor fundou a Força Sindical.

Magri⁷⁶ foi formado pelo sindicalismo estadunidense, participando dos cursos de formação sindical impulsionados pelo governo norte-americano, difundindo no Brasil o sindicalismo de negócios (*business unionism*) e de colaboração daquele país.

Medeiros adquiriu expressão nacional em 1986, quando assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, derrotou duas chapas cutistas nas eleições desse sindicato em 1987; e depois assumiu a presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. O governo, o empresariado e a imprensa deram todo o apoio e espaço para Medeiros se construir como figura sindical nacional e divulgar as propostas do “sindicalismo de resultados”⁷⁷ (TRÓPIA, 2004:46).

Vito Giannotti (2002: 52-3) sintetiza a forma de ação sindical defendida por Medeiros, o que nos ajudará a entender tanto a atuação da Força Sindical quanto do Sintetel. O autor explica que não é somente a característica negociadora que define esse tipo de atuação, mas também a posição assumida pelo sindicato na negociação:

Medeiros enfatiza o caráter negociador dos sindicatos. **Mas sua visão de negociação é uma visão onde a classe trabalhadora entra em posição subordinada.** Subordinada aos interesses globais da classe dominante. **E uma negociação onde, em troca de pequenas vantagens, Medeiros aceita e faz aceitar os planos gerais do empresariado.** É um sindicalismo extremamente pragmático. Pouco importa como se consegue esta ou aquela reivindicação. Essa visão de negociação de Medeiros será um dos fatores determinantes na sua identificação como um interlocutor confiável. Isso levará ao enorme investimento do empresariado e do governo no líder desse sindicalismo que visa o consentimento dos trabalhadores para que seus interesses sejam submetidos aos interesses gerais da burguesia⁷⁸.

O autodenominado “sindicalismo de resultados”, defendia, portanto: “um sindicalismo sem confronto, conciliador, de parceria entre capital e trabalho, francamente pró-capitalista e voltado, tão somente, para a conquista de melhorias econômicas” (TRÓPIA, 2004:46). Para o “sindicalismo de resultados” o movimento sindical deve crescer com o desenvolvimento da economia capitalista. Este tipo de sindicalismo propagava, então, a negociação e não o confronto entre capital e trabalho (TRÓPIA, 2004).

⁷⁶ Magri, posteriormente, foi Ministro do Trabalho do governo Collor.

⁷⁷ Medeiros foi, durante os governos de Lula, secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e até hoje possui uma relação estreita com a direção do Sintetel.

⁷⁸ Grifos nossos.

Marcado por esse sistema sindical, influenciado pelo “sindicalismo de negócios”, com a categoria sem tradição de organização nos locais de trabalho, o Sintetel entrou na década de 1990, período em que se intensificaram as pressões pela privatização do setor.

CAPÍTULO 3: A PRIVATIZAÇÃO E A AÇÃO SINDICAL DO FOETRA BUENOS AIRES E DO SINTETEL.

3.1 O sindicalismo argentino em um contexto neoliberal

A década de 1990 constitui o auge da aplicação da política neoliberal na Argentina, o que trouxe uma série de reagrupamentos e novas adaptações para o sindicalismo daquele país. Como vimos, a política neoliberal começou a ser implantada durante a última Ditadura Militar (1976-1982) e foi nessa época que o terreno para o aprofundamento desse tipo de política foi preparado através de uma intensa repressão política. A Ditadura interveio nos sindicatos, destituiu diretorias, prendeu e assassinou milhares de delegados, dirigentes e militantes sindicais⁷⁹.

É nesse quadro de enfraquecimento do movimento sindical e popular que se iniciou o governo de Alfonsín (UCR) em 1983, e um conjunto de propostas políticas neoliberais apareceu de forma mais intensa na discussão da agenda política argentina, entre elas a privatização da ENTel. Os conflitos gerados por essas propostas já antecipavam as linhas gerais dos caminhos que os sindicatos e suas categorias iam seguir no momento em que se intensificou o plano neoliberal, com a posse de Menem.

Boa parte da direção CGT, ligada ao peronismo, manteve uma postura confrontacionista diante do governo do partido radical (UCR). Essa posição é demonstrada pelas treze greves gerais realizadas pela CGT durante o governo de Alfonsín⁸⁰ (MURILLO, 1997: 426). Isso não impediu que dentro da central surgisse um grupo, chamado *Grupo de los 15*⁸¹, que se aproximou do governo, por meio de uma estratégia colaboracionista⁸².

⁷⁹ Para o relatório da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep), mais da metade dos desaparecidos (8.960 registrados) pela Ditadura eram trabalhadores perseguidos principalmente por suas atividades políticas e sindicais (SOUZA, 2008/2009: 97).

⁸⁰ Não podemos deixar de ressaltar que durante esse governo já eram predominantes as greves no setor público, representando 67% das paralisações do período (GODIO, 2000: 1168), tendência que continuaria durante os governos de Menem, o que já indicava uma maior resistência dos trabalhadores do setor público às políticas neoliberais.

⁸¹ Posteriormente, o *Grupo de los 15* passou a compor também o chamado *Movimiento Sindical Menem Presidente*, que agrupava os sindicatos que apoiavam a candidatura de Menem.

Mas somente com a eleição de Menem, membro do PJ, partido historicamente vinculado ao sindicalismo argentino, que se consolidaram as diferentes posições sindicais diante da política neoliberal.

Assim que Menem apresentou suas principais medidas políticas neoliberais, a CGT dividiu-se em duas centrais: a CGT-Azopardo e a CGT-San Martín. Essa divisão era consequência de diferentes posturas diante do novo governo. De um lado, a CGT-San Martín agrupava os setores mais próximos ao presidente e, portanto, adeptos de uma *estratégia sindical de colaboração*. De outro, na CGT-Azopardo⁸³ concentrava-se o diversificado setor sindical que buscava manter uma independência frente ao governo para poder enfrentar algumas de suas políticas neoliberais.

Na CGT - San Martín havia duas tendências colaboracionistas principais que representam as duas principais correntes hegemônicas do sindicalismo durante o governo Menem: um setor menemista, que apoiou amplamente esse governo, assumiu cargos governamentais e se beneficiou com o processo privatizador⁸⁴; e outro setor que buscou manter uma autonomia relativa diante do governo, aproveitando-se dos espaços empresariais impulsionados pelas políticas neoliberais⁸⁵ (GODIO, 2000: 1228). Seu objetivo era manter, dessa forma, as bases da estrutura sindical argentina: o monopólio da representação, o controle sindical das *Obras Sociales* e a preponderância das cúpulas sindicais – das federações, confederações e uniões - nas negociações coletivas.

Além disso, as próprias reformas neoliberais proporcionaram aos sindicatos novas possibilidades de intervenção empresarial. A privatização da previdência pública e

⁸² Os principais sindicatos e categorias presentes nesse agrupamento eram: SMATA (*Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor*), Luz y Fuerza, sindicatos dos petroleiros, FOECYT (*Federación de Obreros y Empleados de Correos y Telegrafos*) e o sindicato do comércio (GODIO, 2000: 1171).

⁸³ Como veremos a seguir, a direção sindical do FOETRA Buenos Aires, no período da privatização, estava próxima à CGT - Azopardo.

⁸⁴ Compunham essa corrente sindical de ligação mais orgânica com o governo Menem, por exemplo: a União de trabalhadores do setor gastronômico, dirigida por Luis Barrionuevo que foi nomeado por Menem como diretor da *Administración Nacional del Seguro de Salud* (ANSSAL), órgão que controla as contribuições às *Obras Sociales*; a União dos trabalhadores da indústria de materiais plásticos, dirigida por Jorge Triaca, que se tornou Ministro do Trabalho durante os dois primeiros anos do mandato de Menem. Triaca estava à frente do Ministério quando se iniciaram os processos de privatização. Foi durante seu mandato que se consolidou a privatização da ENTel.

⁸⁵ Posteriormente, este setor, que agrupava os seguintes sindicatos: UOM, SMATA, FAECyT, Luz y Fuerza, Asociación Bancária, passou a ser chamado de *los gordos*. Isso por conta do enorme tamanho da base de representação e da estrutura financeira e organizativa de cada um desses sindicatos.

solidária consolidou um espaço de ingerência dos sindicatos como administradores dos fundos de pensão e aposentadoria. O sistema de controle sindical sobre as *Obras Sociales*, uma das principais características do sindicalismo argentino, e as modificações estabelecidas por Menem, que permitiam a livre concorrência entre as diferentes *Obras Sociales*, impulsionaram sua administração como verdadeiros planos de saúde privados. Por último, não foram poucos os sindicatos que durante os processos de privatização conformaram empresas prestadoras de serviços para as empresas privatizadas, transformando-se, assim, de representantes dos trabalhadores em patrões (PALOMINO, 2005: 404 e MURILLO, 1997: 432).

A CGT-Azopardo era dirigida por Saúl Ubaldini, dirigente sindical da FOCA (*Federación Obrera Cerveceros y Afines de la República Argentina*) e em seu conjunto não assumiu uma postura completamente opositora ao governo. Apesar de algumas grandes manifestações e de declarações públicas de rechaço às políticas do governo, a CGT-Azopardo não impulsionou uma política sindical que formulasse um conjunto de táticas e/ou uma estratégia contra os planos neoliberais. Mas foi no interior dessa central que se agruparam os sindicatos que enfrentaram as políticas do governo nos dois primeiros anos de mandato⁸⁶.

O principal instrumento organizativo de luta contra as políticas de Menem era a *Comisión Nacional de Gremios Estatales* (CONAGRES), que agrupava a maioria dos sindicatos dos servidores públicos e de trabalhadores das empresas estatais, justamente aqueles que, de imediato, eram os mais afetados pelas políticas neoliberais, como a privatização das estatais, a redução do número de servidores e trabalhadores estatais e a precarização dos serviços e empresas públicas. Na CONAGRES estava reunida uma série de sindicatos que enfrentariam processos privatizadores, entre eles: o FOETRA Buenos Aires, alguns sindicatos ferroviários, sindicato dos trabalhadores de obras sanitárias, sindicato da empresa *Gas del Estado* e o sindicato de aeroviários.

⁸⁶ Faziam parte da CGT-Azopardo principalmente os seguintes sindicatos ou federações: ATE, CTERA, UOM, UTA, La Fraternidad (sindicato de maquinistas ferroviários), sindicato dos trabalhadores do Judiciário, dos trabalhadores das Universidades, FOCA, sindicato dos caminhoneiros, sindicatos dos trabalhadores das obras sanitárias (BOSOER; GONZÁLEZ, 1999: 30).

Foram essas categorias e sindicatos que se mobilizaram, no início do governo Menem, contra sua política econômica e privatista. Impulsionada por reivindicações econômicas - em um contexto marcado pela hiperinflação e, portanto, por uma diminuição significativa do poder real de compra dos trabalhadores -, a CONAGRES conseguiu em alguns momentos construir uma frente sindical que questionava, para além das reivindicações econômico-corporativas, a política privatista de Menem⁸⁷. A maior manifestação impulsionada pela CONAGRES mobilizou, segundo o jornal *Clarín*, cerca de 50 mil pessoas (BOSOER; GONZÁLEZ, 1999: 39).

No entanto, essas mobilizações agrupavam somente um setor do sindicalismo argentino, e a CGT-Azopardo negava-se a tomar a frente do movimento e impulsionar uma greve geral que unificasse as diversas categorias, tanto em suas lutas econômico-corporativas quanto nas suas lutas contra a privatização e a redução dos serviços públicos.

Essa postura da CGT-Azopardo levou ao seu desmantelamento e à reunificação da CGT em 1992. Entretanto, antes disso, em oposição à postura vacilante da CGT-Azopardo frente ao governo Menem, um setor sindical a deixou e, em 1991, fundou o *Congreso de los Trabajadores Argentinos* (CTA)⁸⁸, que, em 1997, passou a se chamar *Central de Trabajadores de la Argentina*.

O documento produzido pelo Congresso de 1991 estabelecia os seguintes eixos para o setor sindical agrupado em seu entorno:

- 1)Autonomia sindical com respeito ao Estado, os patrões e os partidos políticos,
- 2)Democracia sindical, rechaçando as divisões estereis e o sectarismo,
- 3)Abertura a outras organizações sociais que expressem as múltiplas demandas dos setores populares e que reflitam a realidade dos cinco milhões de argentinos com problemas de emprego,
- 4)Revalorização da ética gremial atacando a corrupção e o pseudo pragmatismo com que as direções caducas terminam legitimando o ajuste (Declaración de Buzarco, 1991).

A CTA, portanto, reivindica um sindicalismo, como mostra Palomino (2005: 410), “autônomo, independente do Estado, dos partidos políticos e das empresas”. Formada por um setor do sindicalismo peronista oposto às políticas neoliberais e por um setor dos

⁸⁷ “Convocan a una marcha contra la privatización”, *Clarín*, 20 de fevereiro de 1990; “Las quejas van en trenes”, *Página 12*, 20 de fevereiro de 1990; “Paro de estatales ubaldinistas”, *Clarín*, 15 de março de 1990.

⁸⁸ No final de 2010, a CTA se dividiu em duas partes: um setor que tem como principal dirigente, Pablo Micheli, sindicalista da ATE, e outro setor dirigido por Hugo Yasky, representante do CTERA, sindicato dos docentes.

partidos de esquerda, a CTA agrupa importantes sindicatos de servidores públicos – entre os mais importantes estão: a *Asociación de Trabajadores del Estado* (ATE) e a *Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina* (CTERA)⁸⁹ – além de sindicatos de base pertencentes a federações. Diante disso, percebe-se que a nova central foi forjada em meio à luta contra a política neoliberal de Menem, baseando-se na resistência de setores de trabalhadores estatais à privatização e precarização dos serviços públicos, em que se destacaram os trabalhadores vinculados à educação.

As grandes inovações na forma organizativa da CTA foram a incorporação no interior da nova central de movimentos sociais e associações populares, como associações de aposentados e desempregados, a possibilidade de associação individual à central e o voto direto nas eleições da diretoria (PALOMINO, 2005: 410).

Outro setor que deixou a CGT na década de 1990, mas que, diferentemente da CTA, continuou durante essa década articulando com a central algumas atividades sindicais com a perspectiva de uma nova unificação, foi o chamado *Movimiento de los Trabajadores Argentinos* (MTA).

Nas palavras de Palomino (2005: 407),

A visão do MTA permaneceu fixa na sua orientação em direção ao Estado, típica do sindicalismo peronista, mas diferentemente deste não subordinou sua ação ao PJ, já que no seu seio existem tanto dirigentes que aderem a diferentes partidos, como outros que sustentam posições autônomas. Predominava na sua direção a expectativa de reformulação do papel do Estado mais próximo a tradição peronista, ou seja, um Estado intervencionista na economia, capaz de mediar as relações entre capital e trabalho e orientador de políticas de redistribuição dos ingressos favoráveis aos assalariados.

O MTA era composto principalmente por sindicatos de trabalhadores dos serviços de transporte, entre eles: a *Unión de Tranviarios Automotor* (UTA), que possui como principal figura Juan Palácios, e o sindicato de caminhoneiros dirigido por Hugo Moyano.

Toda essa configuração do sindicalismo argentino durante a década de 1990 se refletiu na atuação do FOETRA Buenos Aires durante o processo de privatização, o que será visto a seguir.

⁸⁹ Confederação composta principalmente por professores de escolas primárias (PALOMINO, 2005: 410).

3.2 O sindicato FOETRA Buenos Aires diante da privatização da ENTel

Em 1983, com a abertura democrática, os dirigentes sindicais presos durante a Ditadura foram libertados e milhares de demitidos foram reincorporados à ENTel. Neste contexto, em 1984, realizaram-se eleições sindicais na maioria dos sindicatos argentinos. No FOETRA Buenos Aires, saiu vencedora das eleições a chapa *Frente Gremial Telefónico*, liderada pela histórica corrente sindical *Marrón* e por Julio Guillán. Neste momento, Guillán e seu grupo sindical assumiram a direção nacional da Federação dos trabalhadores do setor.

No início, esta organização aplicou uma política de resistência ao neoliberalismo - principalmente através de mobilizações e paralisações contra as primeiras tentativas de “privatização periférica” do governo Alfonsín, no caso a proposta de terceirização de alguns serviços da ENTel. Mas, paulatinamente, a *Marrón* foi se aproximando desse governo, bem como do setor sindical que apoiou as mudanças neoliberais.

Benítez e Ximénez (1992: 100) descrevem da seguinte forma esta mudança na posição da corrente sindical *Marrón*:

Em uma modificação sutil, mas marcada nos conteúdos dos próprios discursos. Pouco a pouco começa a relativizar alguns postulados; insinua-se a possibilidade de flexibilizar posições; se aceita a necessidade da ‘transformação’ da empresa; se retira a importância da [da resistência à] privatização; a consigna de uma ‘ENTel estatal, monopólica e eficiente’ começa a se ausentar dos comunicados oficiais (especialmente nos da Federação, na qual o guillanismo tem um maior controle da situação⁹⁰); defende-se a necessidade da modernização e de se adequar aos novos tempos etc” (BENÍTEZ, XIMÉNEZ, 1992: 100).

Vemos que com um discurso de modernização, dos novos tempos e da necessidade de posições flexíveis, a *Marrón*, aos poucos, buscou tirar da pauta principal da categoria telefônica a luta pelo caráter estatal da empresa. A política de colaboração da *Marrón* não parou por aí. Quando, já no fim do seu governo, Alfonsín, por meio do Ministério de Obras e Serviços Públicos, apresentou a proposta de privatização da ENTel

⁹⁰ No sindicato FOETRA Buenos Aires, como veremos, havia uma resistência maior a essa mudança de postura por parte da direção.

com a venda de 40% das suas ações para a *Telefónica de España*, Guillán esteve à frente das negociações para que isto ocorresse⁹¹.

No entanto, esse processo de adaptação da corrente sindical *Marrón* não ocorreu sem resistência por parte da categoria, principalmente dos telefônicos de Buenos Aires. No caso do sindicato FOETRA Buenos Aires, essa nova posição da direção, de aceitação do processo de privatização, produziu diversos conflitos com os trabalhadores e delegados sindicais. Como o sindicato portenho possui uma tradição de grande participação dos trabalhadores nas instâncias de deliberação, não foram poucos os momentos nos quais a base enfrentou a direção ou mesmo conseguiu deliberar resoluções contrárias à direção nas assembleias ou Plenários de delegados sindicais (BENÍTEZ, XIMÉNEZ, 1992: 101).

Enquanto Guillán se articulava para impulsionar a privatização proposta pelo governo em acordo com a *Telefónica de Espanha*, as assembleias e plenários de delegados do sindicato buscavam reafirmar a defesa de uma “ENTel estatal, monopólica e eficiente”. Isso tanto por meio de comunicados quanto por meio de uma mobilização e paralisação no dia 17 de março de 1988. Um desses comunicados afirmava: “esta organização sindical – por resolução da Assembleia geral de filiados – rechaça qualquer tipo de empresa que não seja estatal e monopólica” (BENÍTEZ, XIMÉNEZ, 1992: 76-78).

Com a chegada de Menem à presidência em 1989 e em meio à intervenção na ENTel, Guillán, ainda como secretário-geral do sindicato, foi nomeado Subsecretário das Comunicações e participou das discussões que definiram a privatização da empresa. A política aplicada por seu grupo político no sindicato de Buenos Aires e na Federação foi, diante disso, um alicerce para a aplicação da privatização e das mudanças no trabalho decorrentes desta (ARUGUETE; DUARTE, 2005: 3).

Esta postura da corrente *Marrón* produziu novas divisões e reagrupamentos no interior dos grupos sindicais do FOETRA Buenos Aires e também a eleição de uma nova direção sindical. Primeiramente, um setor que passou a se chamar *Celeste y Blanca* abandonou a *Marrón*. Este setor - no qual estava o futuro secretário-geral do sindicato,

⁹¹ Nesse período, Guillán foi um dos impulsionadores do já citado *Grupo de los 15*, setor sindical que se aproximou do governo Alfonsín.

Héctor Esquivel⁹² - deixou a *Marrón* com críticas a sua aproximação ao governo de Alfonsín e ao seu projeto privatista.

Dois outros importantes grupos se desmembraram posteriormente da *Marrón*, com críticas semelhantes às aquelas feitas pela *Celeste y Blanca*: a *Agrupación Telefónica Eva Perón*, que possuía como uma de suas figuras, Roberto Varone; e a *Corriente Telefónica Peronista 18 de marzo*, na qual estava Fernando Montero⁹³. Com esses desmembramentos da *Marrón* consolidou-se uma nova chapa para as eleições do sindicato, a *Celeste y Blanca*. Composta, centralmente, pelo grupo do qual vem seu nome e pelas correntes sindicais telefônicas citadas anteriormente.

Tendo como sua principal bandeira “Uma ENTel estatal, monopólica e eficiente”⁹⁴, a *Celeste y Blanca*, com Héctor Esquivel como secretário-geral, venceu as eleições sindicais em 1989⁹⁵, derrotando a *Marrón* e mostrando, com isso, o rechaço da maioria dos sindicalizados à uma política sindical que buscou a conciliação com o projeto privatizador. Tudo isso em meio à proposta de privatização de Menem e à intervenção da ENTel, o que abriu uma nova etapa no sindicato FOETRA Buenos Aires, uma etapa de oposição à privatização, à direção da empresa e à Federação.

Como podemos perceber, os principais dirigentes da *Celeste y Blanca*, mesmo que possuindo algumas diferenças internas, faziam parte do campo peronista. O próprio secretário-geral do FOETRA Buenos Aires, Héctor Esquivel, era um reconhecido sindicalista peronista. Isso demarcou a estratégia sindical frente ao processo de privatização impulsionado pelo governo peronista de Menem. Isto porque na visão de muitos dirigentes

⁹² Héctor Esquivel, hoje aposentado, entrou na empresa em 1952. Peronista histórico, ficou preso durante a Ditadura (1978-1982), fez parte da *Marrón* junto com Guillán e rompeu com essa agrupação por críticas à sua aproximação ao governo de Alfonsín. Esquivel era o secretário-geral do FOETRA Buenos Aires pela *Celeste y Blanca* em 1989, durante a greve telefônica e a privatização da empresa. (Entrevista realizada pelo autor em 2 de maio de 2012).

⁹³ Fernando Montero está aposentado e entrou na empresa em 1972. No início da década de 1980, quando a direção do FOETRA Buenos Aires se aproximava da proposta de privatização do governo Alfonsín, foi expulso do agrupamento *Marrón*. Montero foi membro da direção da *Celeste y Blanca*, e ainda como dirigente do FOETRA fez parte da fundação da CTA.

⁹⁴ No programa de propostas da chapa *Celeste y Blanca*, o primeiro item é: “Priorizar a defesa irrestrita da empresa estatal e nossa fonte de trabalho, contra toda tentativa de privatização parcial, periférica ou total”. (Panfleto, *Lista Celeste y Blanca*, 1989)

⁹⁵ A *Celeste y Blanca* venceu as eleições com 54% dos votos (7.058), contra 32% (3.754) da segunda colocada, chapa *Marrón*, de um total de 12.378 votantes (BENÍTEZ, XIMÉNEZ, 1992: 98).

do sindicato, após a derrota dos planos de privatização de Alfonsín, uma possível vitória de Menem nas eleições presidenciais, traria, se não o fim das ofensivas privatistas, pelo menos um novo e importante obstáculo. Ou seja,

(...) a maioria dos sindicalistas peronistas, tanto do oficialismo como da oposição [neste caso, oficialismo é a *Marrón* e a oposição inclui a *Celeste y Blanca*], tinham grandes expectativas em um triunfo eleitoral do candidato justicialista, Carlos Menem. Uns e outros consideravam que se Menem chegasse à presidência teria que respaldar nos aspectos fundamentais as posições dos telefônicos. Os membros da oposição, como Esquivel, por exemplo, pensavam inclusive que um triunfo de Menem havia de definir o conflito interno contra Guillán (BENÍTEZ; XIMÉNEZ, 1992: 124).

Como apontam Benítez e Ximénez (1992: 128), a interpretação sindical sobre a eleição de Menem revela que não tinha se consolidado uma visão da privatização como parte de um projeto neoliberal do grande capital monopolista e das nações imperialistas, que também correspondia aos interesses de diversas frações burguesas atuantes na Argentina. A consolidação dessa perspectiva, que enxerga os grandes interesses de classes e frações de classe no neoliberalismo, mostraria que este projeto, mesmo que apresentasse matizes em determinado governo ou fosse contido, dificilmente deixaria de reaparecer em algum momento. O que colocaria a necessidade de somar forças, para além do sindicato e do movimento operário, em torno de um projeto alternativo de manutenção da empresa estatal.

A posição da maioria da direção da *Celeste y Blanca* é demonstrada pelo panfleto intitulado “Carta aberta ao presidente Menem”, que a chapa divulgou assim que Menem assumiu a presidência e quando o governo já demonstrava sua ofensiva privatizadora. Nesta carta, a *Celeste y Blanca* defendia a manutenção do caráter estatal da ENTel, critica seus contratos com empresas privadas e propunha algumas formas de melhorar a eficiência da empresa. No entanto, seu tom era ameno diante de Menem e terminava com a seguinte saudação: “Cumprimentamos o companheiro presidente com nosso maior respeito e consideração”.

A ofensiva privatista de Menem e a política aplicada pela intervenção na ENTel levam o FOETRA Buenos Aires a assumir uma postura mais confrontacionista, apesar da ausência de uma estratégia definida para enfrentar a privatização. No primeiro semestre de 1990, acompanhando as assinaturas de Menem dos decretos que iniciavam a privatização

de ENTel, FOETRA Buenos Aires organizou uma série de manifestações e paralisações contra a privatização e por aumentos salariais. Com grande poder de mobilização e alta adesão, os telefônicos portenhos, sempre acompanhados de bandeiras que exigiam “uma ENTel estatal, monopólica e eficiente”, mostravam sua insatisfação com a privatização⁹⁶. Um de nossos entrevistados exemplifica esse momento: “No momento do conflito nós fizemos uma mobilização de 15 mil pessoas no Congresso. Nós rodeamos o Congresso para que não se assinasse o decreto de Menem que habilitava a privatização”⁹⁷.

Paralelamente a isso, também se mobilizavam contra a política de privatização de Menem alguns sindicatos de trabalhadores ferroviários⁹⁸, trabalhadores da *Aerolíneas Argentina*, da empresa *Gas del Estado*, obras sanitárias, bancários estatais e outros sindicatos reunidos na CONAGRES, entre eles ATE. Apesar do grande poder de mobilização demonstrado pelas manifestações organizadas em conjunto, não se elaborou, como já explicamos, uma agenda e estratégia conjuntas de longo prazo para enfrentar as privatizações. Tampouco se logrou o apoio de outros setores das classes trabalhadoras e do próprio movimento operário para impedir o avanço das privatizações e o sucateamento dos serviços públicos. Um exemplo claro disso é a recusa da CGT-Azopardo, dirigida por Ubaldini, em convocar uma greve geral contra as privatizações.

Nesse contexto, enquanto se preparava a restrição ao direito de greve, o governo Menem buscava impedir as greves, utilizando-se dos mecanismos legais já existentes. Por isso, FOETRA Buenos Aires e alguns sindicatos ferroviários foram ameaçados de perder a *personería gremial* por conta das paralisações. Os dirigentes do sindicato telefônico chegaram a ser ameaçados de prisão, pois o Ministério do Trabalho

⁹⁶ “Realizan paro en FOETRA”, *Clarín*, 8 de janeiro de 1990; “ENTel: paro contra la privatización”, *Clarín*, 9 de janeiro de 1990; “Paros sorpresivos”, *Clarín*, 26 de janeiro de 1990; “Paro en ENTel contra la privatización”, *Página 12*, 7 de janeiro de 1990, “En la Capital, la privatización de ENTel se quedó sin tono”, *Página 12*, janeiro de 1990.

⁹⁷ Entrevista (18 de abril de 2012) com Julian Carlos Ruiz. Em 1990, Ruiz era delegado sindical geral de uma das maiores oficinas da ENTel em Buenos Aires, o *Taller de Liniers*, onde trabalhavam cerca de dois mil telefônicos. Ruiz era membro do Partido Comunista Argentino.

⁹⁸ Na Argentina, os sindicatos ferroviários são divididos por ofício. No caso das mobilizações contrárias à privatização estavam presentes os sindicatos representantes dos maquinistas (*La Fraternidad*), dos sinaleiros (*Asociación Señaleros Ferroviarios Argentinos*) e dos empregados com cargos hierárquicos. Porém, não estava presente o maior sindicato de ferroviários do país, a *Unión Ferroviaria*, que adotou uma política de colaboração com a privatização. No entanto, algumas correntes sindicais ferroviárias opositoras à direção do sindicato, apoiando-se nos seus delegados sindicais, mobilizaram-se contra a privatização.

acusou judicialmente seus dirigentes de terem atentado contra a segurança dos meios de transporte e comunicação.

Além de portarias emitidas pelo Ministério do Trabalho que suspendiam a *personería gremial*, tanto dos sindicatos ferroviários opositores à privatização quanto do FOETRA Buenos Aires e da ameaça ou efetivação da demissão daqueles que faziam paralisações, alguns aspectos da estrutura sindical argentina eram utilizados como forma de pressão sobre o sindicato telefônico: a predominância nas negociações da Federação em detrimento do sindicato local, o que permitiu a negativa da empresa e do governo de negociar com o sindicato da capital argentina; a declaração, pelo Ministério do Trabalho, da conciliação obrigatória que estabelece a proibição da greve durante a sua vigência; e, em decorrência disso, a declaração da ilegalidade da greve pelo mesmo Ministério.

Foi no segundo semestre de 1990, quando já estava aprovada a privatização e consumada a licitação privatizadora da ENTel, que se intensificou o conflito dos telefônicos portenhos com o governo e com a interventora da empresa. Como veremos, o sindicato e seus representados foram impulsionados pelo próprio governo para o conflito.

Desde março desse ano, em um contexto de alto processo inflacionário, os telefônicos tinham seus salários congelados. Isso porque, apesar do estabelecimento de acordos salariais entre a empresa e a Federação, estes acordos não eram aprovados pelo Ministério da Economia, que seguia uma política de redução de custos e arrocho salarial, o que inviabilizava a efetivação do acordado. Neles estavam estabelecidos: 55% de aumento salarial em média, com 35% de aumento do piso salarial, e uma bonificação em compensação ao congelamento de salários desde março⁹⁹.

Com a insistência do Ministério da Economia de não aprovar o acordado entre a empresa e a Federação, as mobilizações e paralisações dos telefônicos, tanto da capital como de algumas províncias do interior, ampliaram-se. Tudo isso dentro do período de conciliação obrigatória, o que colocava na ilegalidade as paralisações e trazia, assim, a ameaça de demissão e também da retirada da *personería gremial* do sindicato. As ameaças

⁹⁹ A compensação foi paga logo após uma paralisação impulsionada pelas comissões internas e delegados sindicais, tanto do sindicato da capital como de algumas seções do interior, no caso do FOETRA Buenos Aires com assembleias espontâneas de telefônicos (“La furia de los telefónicos”, *Página 12*, 17 de agosto de 1990).

de demissão e a declaração de ilegalidade do conflito pelo Ministério do Trabalho fizeram com que os sindicatos do interior, que de forma espontânea também tinham iniciado paralisações, voltassem ao trabalho, o que levou ao isolamento dos telefônicos de Buenos Aires.

Após uma semana de manifestações e paralisações de braços cruzados, a interventora da ENTel intensificou as ameaças de demissão dos envolvidos na paralisação e o Ministério do Trabalho voltou a atacar o sindicato. Por meio de duas portarias (704 e 711), lançadas nos dias 30 e 31 de agosto de 1990, o Ministério do Trabalho apresentou: a) uma solicitação judicial de retirada da *personería gremial* do sindicato telefônico da capital; b) novamente um pedido de julgamento por possíveis delitos contra os meios de transporte e comunicação; c) uma solicitação, como medida preventiva, da suspensão da direção do FOETRA Buenos Aires e o estabelecimento de um interventor no sindicato¹⁰⁰; d) a suspensão da *inscripción gremial* do sindicato, até a finalização das ações abertas, o que na prática significa a retirada da *personería gremial*, inviabilizando assim o funcionamento pleno do sindicato; e e) a suspensão do desconto em folha, pelos empregadores, das contribuições sindicais dos trabalhadores filiados ao sindicato (OIT, 1992).

É importante ressaltar que todas essas medidas foram justificadas com base na *Ley de Asociaciones Sindicales* (n ° 23.551), principalmente com base no artigo 56 que estabelece que a concessão da *personería gremial* é de responsabilidade do Ministério do Trabalho e lhe incumbe também de pedir ao Judiciário o cancelamento ou suspensão da *personería gremial* e a intervenção no sindicato, quando o sindicato não cumprir algumas das tarefas estabelecidas pela lei.

Estas medidas mostram na prática como uma estrutura sindical fundada na necessidade do reconhecimento estatal para o pleno funcionamento dos sindicatos e no controle do Estado sobre as finanças dos sindicatos – como são as estruturas sindicais do Brasil e da Argentina - pode limitar a luta dos trabalhadores. Boito Jr. (1991: 39-40) resume a elasticidade dessa limitação imposta pela estrutura sindical sobre a ação sindical:

¹⁰⁰ A intervenção não foi aprovada pela Câmara do Trabalho.

A estrutura e seus efeitos são dotados de uma elasticidade relativa, eles estreitam ou ampliam os limites dentro dos quais podem agir os sindicalistas de acordo com as circunstâncias históricas. Mas esses limites nunca rompem a barreira que é imposta pela própria lógica da estrutura: se é o Estado que outorga a representação sindical, é ele que, obrigatoriamente, regula-a.

É nesse sentido que dizemos que a base da estrutura sindical corporativista dificultou um avanço da luta do FOETRA Buenos Aires contra a privatização. Logo que se torna necessário, o Estado, por meio do Ministério do Trabalho, lança mão de sua ingerência legal sobre o sindicalismo para não permitir que os telefônicos avancem em sua luta, colocando na ilegalidade o FOETRA Buenos Aires e a greve telefônica.

Diante dessa ofensiva governamental, o Plenário de delegados sindicais decidiu, no dia 31 de agosto de 1990, pela suspensão da paralisação até o dia 5 de setembro, véspera do fim do prazo da conciliação obrigatória. Suspender a greve até o fim da conciliação obrigatória deixaria o sindicato livre das pressões legais que buscavam impedir a paralisação durante a sua vigência e davam respaldo à demissão por justa causa dos trabalhadores paralisados. A decisão do Plenário buscava, por um lado, evitar as demissões, pois havia um compromisso informal tanto da direção da empresa quanto do Ministério do Trabalho de que não haveria demissões caso os trabalhos na ENTel voltassem à normalidade; por outro, garantir o pagamento dos salários de agosto nos primeiros dias de setembro¹⁰¹.

A decisão não teve tempo de surtir efeito: horas depois do Plenário, a interventora da ENTel já assinava as cartas de demissão, em clara provocação aos trabalhadores, que não tiveram outra alternativa além de iniciar a greve pela reincorporação dos demitidos. Com a deflagração da greve, o conflito se intensificou. Isso tudo quando faltavam apenas 40 dias para a transferência da ENTel para mãos privadas.

O incentivo à intensificação do conflito pelo governo e pela empresa mostrava que havia um interesse em debilitar o sindicato, pois isso facilitaria a introdução de mudanças nas condições e relações de trabalho que acompanhariam a privatização. De certa forma, enfraquecer o sindicato era uma garantia para as empresas compradoras. Nesse sentido, o conflito possuía um claro conteúdo político: debilitar um sindicato com grande

¹⁰¹ “Tregua con cables cruzados”, *Página 12*, 1 de setembro de 1990, p. 6; “Teléfono descompuesto”, *Página 12*, 2 de setembro de 1990, p. 5.

poder de mobilização, que se opunha à privatização e que representava uma categoria historicamente vinculada à defesa da empresa estatal. Buscava-se, com isso, demonstrar ao conjunto dos trabalhadores, através de um caso modelo, que o processo que se iniciava na ENTel era inevitável, atingiria todas as empresas estatais e teria os contornos definidos pelo governo e pelas novas empresas.

Durante todo o conflito com os telefônicos, o governo Menem enfatizou o caráter político da greve telefônica, afirmando que o real objetivo dos telefônicos em greve era barrar os planos políticos de privatização do governo (BENÍTEZ; XIMÉNEZ, 1992: 131). Nesse sentido, em meio à greve, Menem declarou: “tenham a segurança de que aqui não há nenhuma possibilidade de nos deter e muito menos de dar um passo atrás”¹⁰².

Nota-se também a semelhança na repressão dispensada pelos governos neoliberais aos sindicatos e na construção de verdadeiros casos modelos de derrota do movimento operário e de avanço das políticas neoliberais. O maior exemplo disso é a greve dos mineiros ingleses de 1983/1984, fortemente reprimida pelo governo Thatcher. Outro exemplo é a greve dos controladores de voo nos EUA, em 1981. Por fim, aqui no Brasil, a greve dos petroleiros em 1995, quando ocorreu o mesmo processo repressivo (ROMÃO, 2006). No caso da Argentina, os telefônicos portenhos e os ferroviários é que foram alvo de um processo repressivo semelhante¹⁰³.

Para entendermos a perspectiva dos telefônicos portenhos e do FOETRA Buenos Aires diante do conflito, algumas observações são necessárias.

Primeiro, como vimos, não havia se consolidado uma estratégia sindical para enfrentar a privatização, o que poderia dar sustentação para um avanço da combatividade num momento propício e um recuo nos momentos mais desfavoráveis, sempre pautado por essa estratégia e não pelas provocações do governo¹⁰⁴. Além disso, o momento de maior

¹⁰² “Menem quiere la rendición”, *Página 12*, 11/09/1990, p. 2-3.

¹⁰³ Posteriormente à greve telefônica, em 1991, os ferroviários continuaram a mobilização contra a privatização das linhas de trem. Novamente, a intransigência do governo foi grande. Em meio à greve, o governo fechava os ramais paralisados e os deixava inoperantes até a efetivação da privatização. Nas palavras de Menem: “*Ramal que para, ramal que cierra*”. O resultado dessa política foi a demissão de três mil e quatrocentos trabalhadores devido à greve ferroviária (GONZÁLEZ; BOSCHER, 1999).

¹⁰⁴ Um de nossos entrevistados (entrevista com Fernando Montero, 19/04/2012) demonstra, com a seguinte frase, que a greve não foi algo planejado com base em uma estratégia: “Meio que a história nos foi levando a ir para greve por tempo indeterminado”.

possibilidade de avanço da luta contra privatização tinha sido o primeiro semestre, quando o sindicato, além de impulsionar mobilizações e paralisações claramente contrárias à privatização, fazia parte de uma frente de sindicatos estatais que, para além da luta econômico-corporativa de cada categoria, também se unificara contra a política privatista do governo. No segundo semestre, essa tentativa de conformação de uma grande frente de luta contra a política privatista já havia se desmantelado.

Nesse contexto, sem muitas alternativas, a direção sindical, os delegados sindicais e o conjunto da categoria, decidiram entrar em greve pela incorporação dos demitidos. A oposição à privatização deixou de estar no centro da luta, tanto que os dirigentes sindicais já evitavam a caracterização política do conflito e explicitavam que a luta era, no seu início, salarial e agora pela readmissão dos demitidos (BENÍTEZ; XIMÉNEZ, 1992: 131).

Porém, por mais que os dirigentes buscassem, em resposta à imprensa, retirar o rótulo político do conflito, o contexto no qual ele estava inserido – menos de dois meses antes da efetivação da privatização -, a oposição do conjunto da categoria à privatização, a defesa do direito de greve através da luta pela reincorporação dos demitidos, o objetivo do governo de debilitar e submeter o sindicato para, assim, convertê-lo num caso exemplar faziam com que a greve dos telefônicos tivesse um importante caráter político¹⁰⁵.

Em resumo, esse caráter político estava presente, pois a greve telefônica, mesmo que de forma não explicitada, representava uma resistência ao projeto de privatização, bem como ao conjunto das políticas neoliberais, de modo que a efetivação da privatização era fundamental para a continuidade do projeto neoliberal. Entender e explicitar essa dimensão política eram importantíssimos para o sindicato poder enfrentar o governo.

¹⁰⁵ Entendemos a greve telefônica como política, seguindo a definição proposta por Antunes (1988: 199): “Um greve *política* é aquela que, numa das suas dimensões, contrapõe-se de alguma maneira ao aparato de Estado, quer por ferir-lhe a base material, quer por buscar reivindicações que chocam diretamente a sua superestrutura jurídico-política”. É contra a superestrutura jurídico-política que se chocava a greve telefônica, por resistir, mesmo que de forma não explícita, à privatização e defender o emprego daqueles que participaram da paralisação impulsionada pelo sindicato, contra a medida do Estado de declarar a greve como ilegal.

Com a retomada da greve e com grandes manifestações de rua, ampliaram-se as demissões, chegando já no dia 1 de setembro a 257 demitidos. Os serviços de telefonia de Buenos Aires e os serviços que necessitavam de operadores telefônicos, como as ligações internacionais, ficaram quase completamente fora de funcionamento, o que deixou o país incomunicável. A partir desse momento, o governo interveio por meio das Forças Armadas para tentar garantir o funcionamento dos serviços telefônicos e diminuir o impacto da greve. Membros do Exército passaram a substituir os trabalhadores na operação das linhas telefônicas ¹⁰⁶ (CUPEIRO, 2000: 8).

Durante a greve, novamente tiveram um importante papel para a mobilização e organização as comissões internas e os delegados sindicais. Em um conflito no qual a cada dia a situação se alterava, era necessário mobilizar e organizar os trabalhadores através dos delegados e comissões internas. Além disso, as novas informações sobre as atitudes do governo e da empresa e as decisões do plenário de delegados e da direção sindical eram transmitidas também por meio desses organismos. A importância dos delegados sindicais para a greve telefônica pode ser mensurada pela frequência com que se reuniu o plenário de delegados nesse período. As decisões que decidiram os rumos da greve foram tomadas por esse plenário e não pela direção sindical.

Além disso, a maioria das paralisações e greves desse período, impulsionadas pelo FOETRA Buenos Aires, tinha a metodologia dos “braços cruzados”, conhecida na Argentina como “*brazos caídos*”. Isso demonstra uma grande capacidade de mobilização e organização, pois nesse tipo de greve os trabalhadores comparecem ao local de trabalho e de lá impulsionam a greve, sem abandonar, portanto, os postos de trabalho. A adesão é tão grande que a melhor tática é impulsionar a greve dentro do próprio espaço de trabalho, ao invés de fazer piquetes que busquem convencer os trabalhadores a não entrarem nos locais de trabalho (LEITE, 1988: 37-8). É importante ressaltar que a presença de delegados sindicais com estabilidade e a tradição organizativa no local de trabalho garantem a organização da greve e também a defesa dos trabalhadores, que ficam mais expostos às pressões da chefia neste tipo de paralisação.

¹⁰⁶ As páginas dos jornais também mostraram a intervenção militar na ENTel: “Hay un sargento en la línea”, *Página 12*, 7 de setembro de 1990, p. 4-5; “No diga hola, diga afirmativo”, *Página 12*, 7 de setembro de 1990, p. 5.

As ameaças aumentaram e, após 10 dias de greve, o total de demitidos era de 437 trabalhadores, muitos deles delegados sindicais. O quadro era realmente desfavorável. No auge da preparação da privatização da ENTel, os trabalhadores se viram sem o funcionamento pleno de sua organização sindical, restringida pela justiça, e sem o direito de exercer o seu principal instrumento de pressão: a greve. O governo se negava a negociar com o sindicato de Buenos Aires, conversando apenas com a Federação, que apoiava a privatização e, por isso, não dava respaldo às mobilizações dos telefônicos da capital. Além disso, a situação era de total isolamento, tanto com relação ao conjunto da categoria telefônica quanto ao conjunto do movimento operário. Apesar do pedido, a CGT Azopardo, dirigida por Ubaldini, negou-se a impulsionar uma paralisação em apoio aos telefônicos. Nem mesmo o setor sindical mais confrontacionista com o governo de Menem, como a ATE, propôs alguma iniciativa concreta de solidariedade.

Um de nossos entrevistados nos mostra o isolamento da categoria:

(...) nós fizemos uma luta muito solitária. Ubaldini prometeu solidariedade e nos deixou na mão. O movimento operário organizado olhou para outro lado. E é verdade que a maioria dos dirigentes das centrais desse momento estava envolvida com as pré-vendas, as privatizações das empresas do Estado. Já havia acontecido uma luta importante dos ferroviários. Depois da perda da nossa luta, foram caindo, como em dois minutos, as empresas do Estado em mão privadas¹⁰⁷.

A situação não dava muitas alternativas. Além de todos esses aspectos adversos, a grande imprensa, interessada na privatização e apoiadora das medidas do governo, não media forças para prejudicar a imagem da ENTel e dos telefônicos. Imagem que havia se consolidado como negativa por conta do amplo processo de precarização dos serviços da empresa e da ampla demora na instalação de linhas telefônicas. A baixa qualidade do serviço ajudava no estabelecimento da ideia de que com a privatização haveria uma ampliação e um aumento da qualidade dos serviços telefônicos.

Em síntese,

O descontentamento que havia conquistado boa parte da chamada ‘opinião pública’ a respeito do mau funcionamento da ENTel tinha –não se pode negar– sua própria sustentação objetiva. No fim da década de 1980, a capacidade de planejamento de longo prazo da empresa telefônica estatal se encontrava profundamente deteriorada e a qualidade da prestação do serviço estava distante de satisfazer os usuários. De fato,

¹⁰⁷ Entrevista com Julian Carlos Ruiz, 19 de abril de 2012.

considerando-se os padrões internacionais de qualidade, o serviço prestado pela ENTEL apresentava, entre outras coisas, o dobro de ligações ineficientes do que internacionalmente se admitia como normal e evidenciava um índice de reclamações por linhas instaladas que quadruplicava os parâmetros aceitos nos países desenvolvidos (...). Registrava, além disso, uma elevada quantidade de demanda insatisfeita, que se manifestava nos prolongados atrasos que deviam enfrentar os usuários para a instalação de novas linhas telefônicas” (ABELES; FORCINTO; SCHORR, 2001: 42).

Em meio a esse panorama, após 10 dias de greve, o plenário de delegados decidiu suspendê-la, confiando que, com a suspensão, seriam abertas as negociações para a reincorporação dos demitidos. Essa confiança era baseada na garantia dada pelo bispo de San Justo, Rodolfo Bufano, designado pelo próprio FOETRA Buenos Aires – a pedido do secretário-geral do sindicato, Esquivel, e do secretário-geral da CGT Azopardo, Ubaldini – como mediador do sindicato com o governo¹⁰⁸.

A suspensão foi decidida com a condição de que se as negociações não avançassem na reincorporação dos demitidos, os telefônicos entrariam novamente em greve. A resposta do governo à suspensão não tardou em chegar e o próprio Menem declarou: “Quero deixar bem claro que uma coisa é a suspensão das medidas [de força] e outra é o seu término. Nós somente dialogaremos no caso de que se levantem as medidas; com suspensão seguiremos onde estamos”¹⁰⁹. Além disso, a própria interventora, durante a suspensão da greve, continuou com as ameaças de ampliar as demissões caso não houvesse a declaração de fim da greve sem nenhum tipo de condição. Essas posturas governamentais não levavam em conta nem mesmo a postura da maioria dos deputados que aprovaram, na Câmara, uma resolução solicitando ao governo a reincorporação dos demitidos e a revogação das sanções ao FOETRA Buenos Aires¹¹⁰.

Após essa decisão, os trabalhadores e o sindicato já não voltaram a se mobilizar de forma efetiva e, no dia 14 de setembro, os telefônicos reunidos em Assembleia no estádio do Club Atlético Atlanta declararam o fim da greve¹¹¹. Há uma série de polêmicas

¹⁰⁸ A mediação do bispo, no entanto, não era reconhecida por parte do governo e pela interventora da ENTEL. Além disso, os depoimentos dos entrevistados e as notícias do jornal indicam que o bispo atuou fundamentalmente no sentido de acabar com a greve.

¹⁰⁹ “Menem quiere la rendición”, *Página 12*, 11 de setembro de 1990, p. 2-3.

¹¹⁰ “Diputados desafían a Menem”, *Página 12*, 13 de setembro de 1990, p. 3.

¹¹¹ Essa Assembleia, conhecida como a Assembleia de Atlanta, reuniu cerca de seis mil telefônicos. É interessante notar que nela estiveram presentes funcionários do Ministério do Trabalho que fiscalizavam a

em torno dessa Assembleia que decidiu o retorno aos trabalhos e as distintas posições ali defendidas até hoje dividem os diferentes agrupamentos sindicais telefônicos do sindicato portenho. Segundo os depoimentos colhidos nesta pesquisa, diante da divisão da Assembleia entre continuar ou não a greve, foi de Roberto Varone, secretário-adjunto do sindicato, a decisão de declarar o fim da greve, sem a contagem dos votos.

Independentemente das discussões em torno da Assembleia, havia uma grande divisão quanto ao que fazer, tanto no conjunto da categoria quanto no interior da própria direção. As pressões eram tão grandes que uma parte expressiva da categoria e da direção já não via perspectivas de continuidade da greve. Segundo os depoimentos colhidos, na reunião da direção do sindicato que antecedeu a Assembleia houve um empate nos votos sobre a continuidade ou não da greve. A posição da direção pela continuidade teria sido definida através do voto de desempate do secretário-geral, Héctor Esquivel.

Com o fim da greve, reiniciaram as negociações com o governo e a empresa, que consistiam na análise, por parte da empresa, da reincorporação ou não de alguns dos 437 demitidos. Com o tempo, a maioria dos demitidos foi reincorporada à ENTel. Mesmo assim, a sensação de derrota estava presente tanto entre os trabalhadores como na maioria da direção. Em um conflito que colocava em jogo uma série de questões políticas, que iam além da revogação das demissões, o término da greve - sem que o sindicato houvesse elaborado um plano de como continuar a luta - não poderia ser avaliado como uma vitória. A derrota dos trabalhadores nesse conflito abriu o caminho para a efetivação da privatização e para a ampliação da política neoliberal na Argentina.

Após a derrota no conflito, em 1991, boa parte da direção do FOETRA Buenos Aires que enfrentou o processo de privatização se envolveu na fundação da CTA, ou seja, no setor sindical que buscava se organizar em oposição ao neoliberalismo e ao sindicalismo de colaboração, inclusive o naquele momento secretário-geral do FOETRA Buenos Aires, Héctor Esquivel¹¹². Não obstante, essa participação de parte da direção do FOETRA

entrada dos filiados, verificando se aqueles que entravam eram realmente sindicalizados (“De La Huelga a Regreso sin Gloria”, *Página 12*, 15 de setembro de 1990).

¹¹² Claudio Marín, Fernando Montero e Juan Carlos Lavagna são exemplos de dirigentes do FOETRA Buenos Aires que participaram da fundação da CTA.

Buenos Aires na CTA, não levou o sindicato a se desligar da CGT, indicando que havia uma resistência à desfiliação da central sindical símbolo do movimento peronista.

Um aspecto importante da luta dos telefônicos, assinalado por muitos de nossos entrevistados, até mesmo por aqueles que fazem oposição à atual direção ou que fizeram oposição à *Celeste y Blanca*, é que apesar da derrota, o sindicato telefônico e seus trabalhadores, ao lutarem contra a privatização e não aceitarem as demissões com motivações políticas, mantiveram a sua organização viva e atuante, mesmo que derrotada. Isso tudo em um contexto de avanço dos governos e do capital sobre o movimento operário e popular.

Um entrevistado sintetiza aquilo que está presente na maioria das declarações:

Mas eu entendo que a tática – mesmo sabendo que íamos perder –, a tática foi correta. Porque isso nos permitiu na negação, a afirmação: - somos uma categoria. Outros sindicatos, que não enfrentaram a privatização, que disseram: - preservemos o aparato sindical, à custa de entregar direitos individuais. (...). A análise que fizeram foi: “isso [privatização, retirada de direitos e reestruturação produtiva] vem de qualquer forma, portanto, fortaleçamos o aparato, ainda que se percam direitos individuais das pessoas”. Esse é o mecanismo de raciocínio, tem um raciocínio, não é porque sim. Tem outros motivos, mas este é um. O que fizeram foi fazer desaparecer os sindicatos. O resto dos sindicatos desapareceu. Nós continuamos mantendo uma resistência ativa à privatização, à agressividade com que vinham as companhias, porque vinham de forma muito agressiva: eliminando as conquistas, os usos e costumes; depreciando absolutamente os trabalhadores, a formação que tinham os trabalhadores; considerando que havia trabalhadores que tinham que ser descartados, que eram corruptos, que tinham práticas ruins. (...). Nós geramos uma estratégia de resistência. Nós perdemos o conflito, mas ganhamos na estratégia de manter o sindicato vivo como corpo orgânico de resistência¹¹³.

Porém, a derrota na greve não deixou de ter sérios impactos na categoria. Parte dos trabalhadores sentiu de uma maneira tão forte esta derrota que passou a aceitar a privatização como um fato inevitável, diminuindo as possibilidades de resistência às transformações no trabalho implementadas pelas novas empresas do setor. Além disso, a ausência de uma estratégia que tivesse uma visão de longo prazo e uma política sindical para a nova situação de empresa privada, não permitiu dar uma resposta imediata às transformações nas relações e condições de trabalho que acompanhavam a privatização.

¹¹³ Entrevista (24/04/2012) com Claudio Marín, que entrou na empresa em 1979, foi dirigente do PST (*Partido Socialista de los Trabajadores*) e do MAS (*Movimiento al Socialismo*), antigos partidos trotskistas da Argentina, fez parte como independente da direção da *Celeste y Blanca*, é o atual secretário-adjunto do FOETRA Buenos Aires e também participou da fundação da CTA.

Dificultando ainda mais, intensificaram-se as divergências, que já apareciam na greve de 1990, no interior da direção e no conjunto de delegados sindicais, o que inviabilizava uma atuação unificada. Como consequência dessa divergência, os setores que se opuseram à privatização se dividiram em várias chapas nas eleições sindicais de 1993. Isso, sem dúvida, facilitou a vitória da chapa *Marrón* de Julio Guillán em 1993.

A *Marrón*, com Julio Guillán à frente, conjuntamente com a federação, abriram o caminho para as transformações nas relações e condições de trabalho do setor. O sindicato passou a ajudar a política das direções das empresas, incentivando as demissões “voluntárias”, negociando e conciliando com a empresa a perda de benefícios presentes no período estatal, e não resistindo ao aumento da terceirização e da subcontratação. Essa nova direção sindical retoma no sindicato a etapa caracterizada por uma estratégia de colaboração.

Paralelamente a isso, intensificou-se o processo de transformação nas condições e relações de trabalho e também no perfil dos trabalhadores, impulsionados pela *Telefónica* e pela *Telecom*, responsáveis pelos serviços de telefonia fixa após a privatização. Buscou-se, em síntese: diminuir o quadro de funcionários¹¹⁴, aumentar a produtividade e estabelecer um novo tipo de trabalhador, mais jovem e sem vínculos com o período estatal do setor (PIERBATTISTI, 2008).

Outra consequência diz respeito à própria configuração sindical do setor. Como vimos, é o Ministério do Trabalho, por meio da *personería gremial*, que estabelece o âmbito territorial e também a atividade econômica do sindicato. Por isso, com a privatização, a terceirização e o aumento de número de empresas e serviços no setor, iniciou-se uma nova situação em que os trabalhadores terceirizados, subcontratados e também de empresas que não estão ligadas diretamente à telefonia fixa passaram a ser representados por outros sindicatos. No caso dos teleoperadores e da telefonia móvel, a *Federación Argentina de Empleados de Comercio y Servicios* (FAECyS) passou a disputar legalmente a representação sindical, e no caso dos trabalhadores de reparação e instalação das linhas telefônicas, o mesmo passa a ser feito pela *Unión Obrera de la Construcción de*

¹¹⁴ O resultado dessa política de redução do quadro de funcionários é que se em 1990 a ENTel possuía cerca de quarenta mil trabalhadores, em 2011, *Telefónica* possui por volta de dez mil e *Telecom* em torno de quatorze mil. Entre as duas empresas há, portanto, por volta de vinte e quatro mil trabalhadores.

la República Argentina (UOCRA). Ambos são sindicatos que possuem convênios coletivos muito mais desfavoráveis aos trabalhadores, ou seja, com menores salários e menores benefícios que o estabelecido pelo FOETRA Buenos Aires.

No caso dos contratos coletivos estabelecidos pela UOCRA, o salário corresponde à metade do acordado por FOETRA Buenos Aires, e a jornada de trabalho corresponde a nove horas, enquanto a jornada para os trabalhadores representados pelo sindicato de Buenos Aires é de oito horas e quinze minutos (GONZALEZ, 1998: 211). Além disso, diversos pesquisadores por meio de entrevistas mostram que existem diversos casos de trabalhadores da construção civil que estão em condições ilegais de trabalho, muitos contratados por meio de acordos verbais.

Isso ocorre, pois a *personería gremial* dos sindicatos das telecomunicações na Argentina define que o âmbito de representação desses sindicatos são os trabalhadores do serviço básico telefônico que, geralmente, é interpretado como os trabalhadores das empresas de telefonia fixa¹¹⁵ (GARRO, 2010: 322).

A direção do FOETRA Buenos Aires mudou novamente em 1997, quando o setor sindical que participou da resistência à privatização e do histórico conflito de 1990 voltou a dirigir o sindicato, interrompendo a etapa de colaboração sindical. A nova diretoria era composta por um setor ligado à Moyano na CGT, representado pelo secretário geral do sindicato, Osvaldo Iadorola, um setor ligado à CTA, liderado por Cláudio Marín, secretário-geral adjunto e também um setor ligado ao *Partido Obrero*, de tendência trotskista¹¹⁶. Essa mudança na direção do FOETRA e na sua política acompanhou um período de maior resistência às políticas neoliberais na segunda metade da década de 1990 na Argentina e abriu um novo período no sindicato.

¹¹⁵ Em 2003, o Ministério do Trabalho apresentou uma resolução na qual ampliou a interpretação dos serviços básicos telefônicos abrindo a possibilidade para os sindicatos do setor representarem os trabalhadores dos diferentes serviços das telecomunicações, ressaltando a telefonia celular (GARRO, 2010: 323). No entanto, pelo que constatamos, somente em 2013, o FOETRA Buenos Aires conseguiu incluir no seu convênio coletivo os trabalhadores de algumas empresas de telefonia móvel, mas a empresa *Claro*, por exemplo, insiste em não assinar esse convênio (Comunicado 1020: *Un acto de justicia* – FOETRA Buenos Aires, 7 de novembro de 2013).

¹¹⁶ Essa nova direção eleita em 1997, com a chapa *Azul y Blanca*, continua na direção do sindicato desde este período. Em 2013, com 62% dos votos, a *Azul y Blanca* foi reeleita para seu quinto mandato consecutivo, no entanto, desde o final dos anos 2000 o *Partido Obrero* deixou de fazer parte da direção do sindicato.

Com a ascensão dessa nova diretoria começou um período de resistência à política das empresas de telecomunicações em Buenos Aires. Porém, a resistência estava marcada por uma série de empecilhos que a privatização consolidou, como a divisão da categoria, com a intervenção de novas organizações sindicais (construção e comércio); a renovação dos trabalhadores (cerca de 80% dos trabalhadores ex-ENTel foram substituídos, dando lugar a um novo tipo de trabalhador mais jovem, sem tradição sindical, e sem experiência em outros trabalhos); o aumento do número de trabalhadores não cobertos pelo Convênio Coletivo (*pasantes*, subcontrados e terceirizados); a intensificação das pressões patronais contra o sindicato e sua atuação; a diminuição dos números de delegados sindicais e a ameaça permanente de terceirização ou transferência para o interior do país dos setores que se organizam e lutam por melhores condições de trabalho em conjunto com o sindicato.

Apesar desse difícil novo panorama, FOETRA Buenos Aires pôde organizar algumas mobilizações que buscavam reverter a nova situação do trabalho no setor de telecomunicações e retomar a força do sindicato como organizador da mobilização coletiva dos trabalhadores. Afirmamos isso devido à retomada do uso de táticas sindicais combativas, tais como greves, ocupações, marchas e paralisações. A consigna da nova direção sindical já mostrava uma nova disposição: “Não à demissão de nenhum trabalhador telefônico”. O sindicato passou a resistir às massivas demissões, conseguindo, em muitos casos, impedi-las (GARRO, 2004: 7).

Um dos casos emblemáticos ocorreu em 2001, quando se iniciou uma mobilização de *passantes*, que reivindicavam sua contratação como trabalhadores abrangidos pelo Convenio Coletivo de Trabalho. Essa mobilização recebeu o apoio do sindicato e de seus delegados sindicais. Por meio de fortes paralisações e ocupações de escritórios, FOETRA e os *pasantes* conseguiram a transferência e efetivação de 50% dos trabalhadores que estavam contratados pelo sistema de *pasantía*.

A participação do sindicato e dos delegados sindicais nesse conflito mostra a tentativa de superar não somente a precarização no interior das empresas através dos diversos tipos de contratos de trabalho, mas também a separação entre os trabalhadores (*pasantes*, contratados, terceirizados), que enfraquece o sindicato e a luta coletiva.

Além desses exemplos, em 2004 e 2007, os trabalhadores e o FOETRA fizeram importantes paralisações e mobilizações para conquistar aumentos salariais. Novamente o instrumento coletivo de manifestações públicas e ocupações de prédios foi utilizado para impulsionar a luta dos trabalhadores.

Por fim, a nova diretoria buscou rearticular nacionalmente o sindicalismo do setor. Desde o conflito em 1990, FOETRA Buenos Aires havia deixado de fazer parte da Federação (FOEESITRA) que apoiou e negociou as privatizações. Assim, em 2005, FOETRA Buenos Aires, em conjunto com o Sindicato de trabalhadores telefônicos de Rosário (SITRATEL) e outros sindicatos menores, formaram uma nova federação: *Federación Argentina de las Telecomunicaciones* (FATEL).

3.3 O sindicalismo brasileiro e as políticas neoliberais: a CUT e a Força Sindical

Como na Argentina, o sindicalismo brasileiro viveu um conjunto de transformações que acompanharam o aprofundamento da política neoliberal e da reestruturação produtiva na década de 1990. Nesta parte do trabalho, sintetizaremos essas transformações e apresentaremos as principais características do sindicalismo no período de intensificação da implantação do neoliberalismo no Brasil, centrando-nos no primeiro governo FHC (1995-1998).

Como o Sintetel esteve (e está) filiado à Força Sindical (FS) durante praticamente todo o período estudado, apresentaremos abaixo com maior atenção nossa análise sobre essa central sindical¹¹⁷.

No final da década de 1970 e durante a década de 1980, a reorganização do sindicalismo combativo e o aumento da mobilização dos trabalhadores fizeram com que aumentasse a pressão sobre os sindicatos pelegos, o empresariado e o governo, obrigando-

¹¹⁷ Como a CUT e a Força Sindical são as duas centrais sindicais que mais influência quantitativa tem no setor de telecomunicações no país, dedicamo-nos a mostrar estas duas centrais, deixando de fora assim centrais como: CTB, CGTB, Nova Central, UGT e CSP-CONLUTAS. Quanto à CUT, centraremos-nos nas adaptações políticas que ocorreram nessa central durante a década de 1990, pois essas adaptações ajudam a explicar a pouca resistência do movimento sindical às políticas neoliberais e às privatizações.

os a dar uma resposta no plano sindical a esta situação. Isso foi alcançado plenamente com a fundação da central sindical, Força Sindical (FS), em 1991, que agrupou no seu interior os principais sindicatos com a estratégia de colaboração: o “sindicalismo de resultados” e diversos sindicatos pelegos que faziam parte da CGT.

A FS foi criada durante o governo Collor, com o apoio político e econômico deste governo e do empresariado¹¹⁸, o que sem dúvida ajudou a atrair diversos sindicatos pelegos para o quadro dessa central sindical. Além disso, o medo de perder suas bases para a oposição cutista levou muitas direções sindicais a impulsionarem a entrada de seus sindicatos na nova central, protegendo-se política e economicamente do avanço da CUT (TRÓPIA, 2004).

A FS além de ser uma central pelega, que, portanto, age em apoio aos diferentes governos, também defende abertamente boa parte das propostas e ideias neoliberais¹¹⁹. Ela é a síntese entre o peleguismo sindical, que se apoia na estrutura sindical corporativista e o impacto e popularização do neoliberalismo sobre as classes trabalhadoras (BOITO, 1999: 182).

Em continuidade com o “sindicalismo de resultados”, a nova central defende a parceria entre capital e trabalho, em contraposição ao sindicalismo de confrontação proposto pela CUT durante a década de 1980. Diante disso, FS enquadra-se na estratégia sindical de colaboração.

O manifesto de fundação da FS nos ajuda a caracterizá-la:

a criação de uma Central Sindical moderna e ativa – a Força Sindical – surge, nesse contexto de crise e mudanças, como uma necessidade imperiosa. Tanto os trabalhadores quanto a sociedade como um todo necessitam, precisam, exigem uma central sindical que não seja ‘revolucionarista’, de um lado, ou submissa, de outro. Uma central que não seja, de um lado apenas sustentação de algum projeto estatal ou de outro, inimiga visceral tanto do Estado quanto do empresariado. Os idealizadores da Força Sindical acreditam que neste mundo que assiste às

¹¹⁸ Trópia (2004) mostra, consultando uma reportagem da Revista *Veja* de 10 de outubro de 2001, as empresas que financiaram ilegalmente e sob a orientação do governo Collor a fundação da Força Sindical. Entre estas empresas estavam: Brasinca, Souza Cruz, Alcoa, Rhodia, White Martins, Ticket, etc.

¹¹⁹ Dizemos que a Força Sindical apoia boa parte das políticas neoliberais porque esta central não apoia o projeto neoliberal como um todo. Ela se opõe, por exemplo, à abertura comercial irrestrita e aos juros altos, que ocasionaram o aumento do desemprego em suas bases, principalmente, os metalúrgicos da cidade de São Paulo (BOITO: 1999: 186). Essa observação é importante para entendermos as mobilizações da Força Sindical pela redução das taxas de juros e pela proteção do parque industrial brasileiro. Em 2011, alguns atos e mobilizações foram impulsionados pela CUT e pela FS com estas mesmas bandeiras.

mudanças radicais nos esquemas ideológicos, políticos e econômico, é preciso lutar por **um modelo de sociedade moderna, competitiva, democrática, competente e progressista**¹²⁰.

Este modelo de sociedade “moderna, competitiva, democrática, competente e progressista” é para a FS a sociedade capitalista neoliberal com participação dos trabalhadores nos lucros e decisões das empresas. Por isso, a central defende o sindicalismo participativo, sem questionar a sociedade capitalista (GRACIOLLI, 2007).

Graciolli explica claramente em que consiste o sindicalismo participativo defendido pela FS:

o participacionismo sindical abdica de se articular com quaisquer iniciativas de superação do regime de trabalho assalariado. O horizonte máximo possível às classes trabalhadoras é o de uma remuneração compatível com o real valor de troca da força de trabalho e, se possível, de algum nível de participação no valor de troca que essa mesma força de trabalho produz e que lhe é expropriado em sua parcela excedente (GRACIOLLI, 2007:76).

A FS, além de apoiar o neoliberalismo e sua política de “Estado mínimo”, também defende em seu programa a reestruturação produtiva proposta pelo capital defendendo:

(...) elevar os níveis de produtividade e os padrões de qualidade da produção nacional, incorporando métodos mais modernos de gestão (capazes de reduzir custos e eliminar má utilização), ampliar a capacidade de geração e incorporação de novos produtos e processos produtivos e promover a especialização da produção nacional, com ênfase em áreas nas quais possam ser geradas vantagens comparativas importantes, de modo a permitir a inserção competitiva do país na nova ordem mundial (...) (GRACIOLLI, 2007:79).

Além desses pontos acima, a FS ajudou o capital a propagar nas classes trabalhadoras a ideologia neoliberal, defendendo, em diferentes meios de comunicação: as privatizações, a redução dos gastos públicos, a abertura ao capital estrangeiro e a desregulamentação dos direitos trabalhistas (GIANNOTTI, 2002: 60). Portanto, a FS constitui uma central sindical para os interesses do capital no Brasil.

A nova central teve um papel fundamental durante os processos de privatização. Já no início das privatizações durante o governo Collor, a FS cumpriu uma função ativa no convencimento dos trabalhadores acerca das supostas virtudes das privatizações propostas pelo governo¹²¹.

¹²⁰ Manifesto: *Nasce uma Nova Força - Força Sindical* apud Antunes (1995:69), grifos nossos.

¹²¹ Giannotti (2002:61) exemplifica: “Célebres, porque apresentadas longamente nas telinhas das tevês, foram as campanhas de Medeiros e sua Força a favor das privatizações da CSN de Volta Redonda e da Acesita de Itabira e de tantas outras privatizações”.

Como mostram Trópia (2004) e Graciolli (2007), a central participou ativamente da privatização da Usiminas, Cosipa, CSN¹²² e Açominas divulgando para os trabalhadores que a privatização era inevitável e que eles teriam diversas “vantagens” participando dela, como, por exemplo, por meio da compra de ações da empresa através dos clubes de investimentos criados pelos sindicatos¹²³. Esse papel é claramente demonstrado, como ressalta Trópia (2004), quando se pôde ver nos principais jornais do país a foto de Luis Antônio Medeiros, então presidente da Força Sindical, batendo o martelo no leilão de privatização da CSN.

A FS teve um papel ativo na defesa da quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações promovida pelo governo FHC. Enquanto a CUT buscava organizar diversos setores (petroleiros, telefônicos e funcionários públicos) em oposição à política do governo, a FS organizou paralisações, por meio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, para defender o fim do monopólio e a privatização das empresas do setor (CAVALCANTE, 2009:108-109).

Durante os processos de privatização foi a FS que sugeriu ao governo a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a compra das ações das empresas privatizadas, incentivando assim a participação dos trabalhadores como acionistas das empresas (TRÓPIA, 2004: 72), o que ajudou a angariar o apoio ao processo de privatização.

Além disso, esta central ajudou a impulsionar a precarização do trabalho por meio de contratos rebaixados e mecanismos como a PLR, que é uma remuneração variável de acordo com o desempenho da empresa. Isso trouxe graves consequências para os trabalhadores no Brasil, pois a PLR é, como vimos, uma remuneração por empresa vinculada à produtividade e sob a qual não incidem encargos e direitos trabalhistas. Alguns sindicatos da FS, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, antes mesmo que o

¹²² Graciolli (2007) explica o processo de privatização da CSN e o papel da Força Sindical, em conjunto com o governo e a direção da estatal, para destruir a resistência dos trabalhadores à privatização.

¹²³ Boito (1999: 189) mostra que houve uma ampla adesão dos trabalhadores aos clubes de investimento nesse período, o que indica que, além do apoio dado pela FS, a maioria dos trabalhadores sustentava a tática de não se opor à privatização e de buscar por meio da participação conseguir algumas “vantagens”.

governo regulamentasse a PLR, já faziam acordos coletivos¹²⁴ nos quais se estabelecia esse tipo de remuneração (TRÓPIA, 2004:74). Outro exemplo foi a ampliação do contrato de trabalho por tempo determinado para qualquer atividade, que foi estabelecido em um acordo coletivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo antes mesmo da sua implementação legal.

O crescimento da Força Sindical demonstrava o impacto da ideologia neoliberal nas classes trabalhadoras, indicando que amplos setores das classes trabalhadoras passaram a defender algumas das suas propostas. Esse impacto não se restringia aos setores organizados no interior dessa central e impulsionou grandes transformações no conjunto do sindicalismo, inclusive na maior central sindical do país: a CUT.

A partir da década de 1990, a CUT passou a atuar de uma forma que ficou conhecida como “sindicalismo propositivo”¹²⁵. Esta forma ou metodologia de ação sindical¹²⁶, ao invés de buscar, por meio das greves e mobilizações, impedir o avanço do modelo econômico e político neoliberal, trata de apresentar propostas que hipoteticamente poderiam trazer benefícios ao governo, aos empresários e aos trabalhadores (BOITO, 1999: 144).

Em síntese:

O sindicalismo propositivo caracteriza-se por priorizar a ação institucional, em detrimento do trabalho de organização e mobilizações das bases [característicos da CUT na década de 1980] e por negociar de maneira ‘realista’, sem se confrontar com os elementos das propostas apresentadas pelo governo e pelo patronato. As críticas que lhes são dirigidas são pontuais e não requerem a mudança da política dominante, nem a reversão das formas de gestão da força de trabalho (GALVÃO, 2003: 127).

¹²⁴ Krein (2001:67) apresenta os principais instrumentos que regem a negociação entre capital e trabalho no Brasil: “acordo coletivo de trabalho (contrato entre sindicato de trabalhadores de uma ou mais empresas de uma categoria), convenção coletiva de trabalho (contrato entre dois ou mais sindicatos de trabalhadores e empresários) e sentença normativa (contrato estipulado por processo de Dissídio Coletivo de Trabalho)”.

¹²⁵ A CUT abrigava e abriga diferentes tendências sindicais que possuem distintas posturas e estratégias sindicais. Quando nos referimos às posições da CUT estamos fazendo menção ao grupo majoritário dessa central, dirigido pela corrente Articulação Sindical.

¹²⁶ “O sindicalismo propositivo, é, estritamente falando, um método de ação sindical: elaborar propostas próprias para negociá-las com os empresários e os governos (neoliberais). Dentro desse método, é certo que o conteúdo das propostas pode variar. Contudo, o próprio método impõe, de antemão, limites importantes. Se o objetivo é participar dos fóruns decisórios com os governos (neoliberais) e empresários, é preciso ser comedido e realista nas propostas; caso contrário, desliza-se para o confronto, que é o que o método propositivo pretende evitar” (BOITO, 1999: 159). Aqui, vemos a importância de analisar as ações sindicais por meio da articulação entre sua forma e seu conteúdo, entre tática e estratégia.

Acompanhando essa mudança, o próprio discurso da direção majoritária da CUT modificou: se na década de 1980, a CUT enfatizava a oposição de interesses entre classe trabalhadora de um lado e governos e empresários do outro, na década de 1990 essa oposição desapareceu sendo centralmente ocupada pelo “conflito” entre “sociedade civil” e governos (BOITO, 1999: 159). Oculta-se, portanto, tanto a existência das classes sociais quanto a sua oposição de interesses.

Essas transformações políticas do grupo que hegemonizava a direção da CUT também afetaram as reações sindicais às privatizações. No dia 3 de maio de 1995, intensificou-se em diversos setores dos serviços públicos e empresas estatais a greve - chamada pelos sindicatos cutistas de trabalhadores estatais e de servidores públicos e apoiada pela CUT-, contra a política econômica do governo FHC e sua proposta de reforma constitucional que retirava o monopólio estatal petrolífero e do setor de telecomunicações.

Essa greve teve uma grande abrangência, envolvendo diversas categorias do serviço público e vários setores das empresas estatais, entre os quais os petroleiros, eletricitários, telefônicos, trabalhadores dos correios, ferroviários, aeroviários, e nela se mesclavam reivindicações políticas mais gerais com reivindicações econômico-corporativas das categorias.

No entanto, dois dias após o início da paralisação, a maioria da direção da CUT aceitou negociar com o governo FHC as reformas constitucionais e se negou a impulsionar uma greve geral, defendida pelos setores classistas da central, que colocasse em questão as mudanças constitucionais¹²⁷. Essa decisão marcou a ação sindical diante das privatizações do governo FHC, pois a partir daí a resistência passou a se restringir às categorias afetadas (BOITO, 1999: 179). Não se impulsionou mais nem uma resistência conjunta dessas categorias e muito menos do conjunto do movimento operário e popular. Embora, como veremos a seguir, em alguns casos particulares a resistência tenha sido maior.

No caso dos telefônicos, apesar de, nesse momento, a direção do Sintetel se opor à privatização e ao fim do monopólio no setor, o sindicato de São Paulo não aderiu a essa mobilização nacional que envolveu somente os sindicatos vinculados à FITTEL.

¹²⁷ Boito (1999: 179) afirma que essa decisão aprofundou a ação negociadora da CUT e fundamentou a sua decisão - com o presidente da central, Vicente Paulo da Silva, à frente - de negociar uma proposta de Reforma da Previdência com o governo FHC, no início de 1996.

Porém, mesmo nos sindicatos telefônicos cutistas essa importante mobilização nacional, que assumiu uma bandeira diretamente relacionada à categoria, não teve continuidade e, após dois dias de greve, os trabalhadores do setor já diminuíram significativamente sua adesão.

A decisão da direção majoritária da CUT não impediu a continuidade e combatividade da já citada greve dos petroleiros em 1995, impulsionada pelos sindicatos petroleiros cutistas. Essa greve se iniciou no dia 3 de maio, dia da paralisação nacional dos servidores públicos e trabalhadores das estatais contra as reformas constitucionais, e se manteve durante um mês. Impulsionada por questões salariais, mas também pela manutenção do monopólio estatal, a greve passou a ter contornos políticos e se confrontou diretamente com o governo FHC, que buscava, também por meio de um caso exemplar, mostrar que o governo não ia se dobrar ao movimento sindical e popular (ROMÃO, 2006).

A greve dos petroleiros esteve diante de um cerco que envolvia governo, Judiciário e a grande imprensa com o claro objetivo de derrotá-la. O governo FHC se recusou a negociar com os grevistas, demitiu dezenas de militantes sindicais e ordenou a ocupação do exército em quatro refinarias para acabar com a greve. O Judiciário, através do TST (Tribunal Superior do Trabalho), declarou a ilegalidade da greve e exigiu o retorno ao trabalho (ROMÃO, 2006: 332-407). A imprensa buscou de todas as formas estigmatizar os petroleiros como “privilegiados” e “corporativistas”, que prejudicavam com a greve toda a população, mostrando contra-cheques de trabalhadores da Petrobrás, famílias sem gás e filas para comprar gás e gasolina (TRÓPIA, 2004: 63).

Não queremos dizer com isso que a CUT tenha aderido completamente ao neoliberalismo ou que esse processo de transformações da política da central tenha sido linear. Apesar de a CUT ter modificado sua ação sindical, aproximando-se de uma posição de conciliação com algumas políticas neoliberais, essa mudança faz parte de um processo contraditório cheio de idas e vindas, avanços e retrocessos.

Isso é verificado se olhamos atentamente para as posições e ações dessa central diante das privatizações. Podemos, nesse caso, distinguir, como aponta Boito (1999: 174), três momentos.

Um primeiro momento de maior participação e ativismo da central verifica-se na luta contra as privatizações dos setores siderúrgicos e petroquímicos dos governos Collor e Itamar, no início dos anos 1990. Nesse período, a CUT participou de manifestações contrárias às privatizações, fez parte dos comitês de frente única contra a privatização e Jair Meneguelli, presidente da central, denunciou os processos de privatização (BOITO, 1999: 174-5).

No entanto, essas ações sindicais já eram marcadas por contradições, o que é demonstrado pelo caso mais emblemático de resistência à privatização desse período, impulsionado pelos trabalhadores da CSN. Nessa luta, a direção majoritária da CUT, do PT e o próprio Meneguelli não colocaram todas as forças para ajudar a greve e as mobilizações dos trabalhadores. E um setor regional da Articulação Sindical criou um clube de investimentos paralelo ao criado pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos do município filiado à FS, com o objetivo de participar da privatização através da compra das ações pelos trabalhadores¹²⁸ (GRACIOLLI, 2007: 310-21).

Essas contradições já mostravam a tendência das transformações vividas pela CUT e, mais do que isso, mostravam que mesmo em um período de maior oposição da central à privatização, não se buscou consolidar no interior da mesma uma estratégia que buscasse enfrentar a política neoliberal.

O segundo período é caracterizado pela desmobilização da CUT, sob a presidência de Vicente de Paulo da Silva. Justamente no momento em que as mobilizações pareciam ser capazes de superar as reivindicações econômico-corporativas e enfrentar o neoliberalismo, a direção da CUT aceitou negociar com o governo as reformas constitucionais que abriam o caminho para a privatização.

Por fim, um último período, no final do primeiro governo FHC (1997-1998), a CUT voltou a se mobilizar contra as privatizações, a exemplo da resistência à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Essa mudança se deve aos efeitos da política do governo, que provocou aumento do desemprego, precarização das relações e condições de trabalho e

¹²⁸ Outro exemplo, nesse período, da presença de diferentes posições diante da privatização no interior da CUT é demonstrado na privatização da Acesita. Enquanto a CUT se posicionava contra a privatização, o Sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo em Minas Gerais, filiado à central, buscou conquistar algumas “vantagens” no processo, por meio de uma ação negociadora (BOITO, 1999: 189).

precarização dos serviços públicos. A CUT contou, para isso, com o apoio do movimento popular, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que havia acumulado forças durante a década de 1990¹²⁹.

É nesse contexto que, em 1998, ocorreu a privatização do sistema Telebrás. Apesar do discurso bem fundamentado contrário à privatização, a CUT, seguindo sua tendência negociadora, não colocou suas forças para mobilizar o conjunto do movimento operário e popular contra a privatização no setor. Isso é demonstrado pela demora em debater a luta contra a privatização impulsionada pela Fittel e pelo SinTPq (Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa, Ciência e Tecnologia de Campinas e região¹³⁰) e pelo atraso em incorporar as manifestações contrárias à privatização ao calendário de lutas da central (CAVALCANTE, 2009: 155-8).

Essa postura da CUT não impediu que a central apoiasse algumas iniciativas da Fittel, entre elas a manifestação, no centro do Rio de Janeiro, no dia do leilão de privatização e as diversas ações judiciais contrárias à privatização, muitas delas até hoje não julgadas. A mobilização do dia do leilão envolveu, segundo a CUT, cerca de dez mil manifestantes do MST, das organizações estudantis e dos sindicatos cutistas¹³¹.

A reação tímida do movimento sindical brasileiro ao neoliberalismo foi também incentivada pela própria estrutura sindical corporativista do país. Isso porque, como argumenta Galvão (2002: 77), a estrutura sindical corporativa incentiva a divisão dos trabalhadores em milhares de sindicatos, o que traz sérias dificuldades de uma reação conjunta ao neoliberalismo. Além disso, ao garantir o financiamento dos sindicatos à

¹²⁹ Essa nova situação acompanhou um período no qual por conta das consequências da política do governo FHC sobre as classes trabalhadoras, retomaram-se uma série de mobilizações contrárias às políticas do governo, tendo à frente o MST com suas marchas e ocupações. Podemos notar que também nesse período e ao longo de toda a década de 1990, um dos instrumentos mais utilizados pelos sindicatos e pela CUT na luta contra a privatização foram as ações judiciais, que mostravam ilegalidades nos processos de privatização e a pressão institucional sobre os deputados e senadores.

¹³⁰ O SinTPq, filiado à CUT e à FITTEL, representa centralmente os trabalhadores do CPqD, representando majoritariamente técnicos, engenheiros e pesquisadores. Devido à passividade do Sintetel frente ao processo de privatização, o SinTPq foi o principal sindicato opositor à privatização do sistema Telebrás no estado de São Paulo e esteve à frente da ação sindical contrária à privatização impulsionada pela Federação cutista do setor (CAVALCANTE, 2009).

¹³¹ O pedido de três mil policiais militares por parte da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para garantir o andamento do leilão mostra que havia uma preocupação com os efeitos da mobilização (“Protesto contra leilão termina em conflito após PM descumprir acordo”, *Folha de São Paulo*, 30 de julho de 1998).

revelia da decisão dos trabalhadores, favorece a formação e permanência de sindicatos pelegos, que assumem posturas colaboracionistas com os governos e patrões e não buscam mobilizar seus representados.

3.4 O Sintetel diante da privatização da TELESP

No início da década de 1990, assim que surgiu a FS, o Sintetel se incorporou à nova central. Para entender a relação do Sintetel com a FS é importante recordar a defesa e a dependência do sindicalismo corporativista ao Estado, que historicamente caracterizou o sindicato paulista, e sua relação com o “sindicalismo de negócios”. Além disso, vale lembrar e destacar o medo do avanço da oposição sindical cutista sobre suas bases de representação.

No momento em que se ampliaram as discussões sobre a privatização das telecomunicações e que o governo Collor, seguido pelo de Itamar, iniciou as privatizações, o Sintetel começou em 1992 uma campanha de conscientização contra a privatização do setor.

De 1993 a 1996, o sindicato impulsionou iniciativas contrárias à privatização. As principais foram: a pressão institucional sobre os deputados e senadores, a divulgação de materiais, campanhas em algumas rádios e na televisão explicando as consequências negativas da privatização e divulgando a campanha contra a privatização¹³² e a realização de palestras e conferências. Nesse período, a privatização da *British Telecom*, na Inglaterra, a privatização do setor no Chile e a própria privatização da ENTel na Argentina eram usadas como exemplos para mostrar as consequências da privatização.

Uma das cartilhas desse período afirma que a privatização traria as seguintes consequências: má qualidade dos serviços, investimentos concentrados nas áreas mais lucrativas, ausência de garantia de investimentos futuros e modernização do sistema,

¹³² Para o financiamento dessa campanha, o sindicato decidiu, através de Assembleias, demandar a contribuição de 1% do salário dos trabalhadores (*Linha Direta*, fevereiro de 1994).

redução dos direitos dos trabalhadores, desemprego em massa, desqualificação da mão de obra, falta de perspectiva profissional, extensão da jornada de trabalho, aumento de doenças profissionais decorrentes da intensificação do trabalho, desmantelamento dos sindicatos, prejuízo à integração social e à soberania nacional do país¹³³.

Logo após a posse de FHC, o sindicato já tinha claro quais eram as intenções do novo governo, como demonstra o seguinte boletim do sindicato:

Mas já de antemão devemos abrir os olhos para os acenos do novo governo. Certamente as estatais serão um dos principais alvos dessa nova gestão e voltaremos a conviver e ter que lutar contra o fantasma da privatização. A grande imprensa já divulga a imensa vontade do governo em privatizar as telecomunicações e a voracidade de alguns grupos em abocanhar este grande filão¹³⁴.

Durante esse período, apesar da oposição e das iniciativas citadas acima, o Sintetel não buscou mobilizar efetivamente os telefônicos de São Paulo através de grandes mobilizações, paralisações ou greves. E tampouco buscou propor um instrumento de frente única que agrupasse outros setores do movimento operário e da sociedade contra a privatização. Nem mesmo buscou uma unificação com os sindicatos organizados na Fittel que, paralelamente, organizavam-se e se mobilizavam para deter a privatização, através, por exemplo, da já citada greve geral dos setores públicos e estatais no dia 3 de maio de 1995. Este setor impulsionava iniciativas muito parecidas com as efetuadas pelo Sintetel, como campanhas nas rádios e canais de televisão e também um instrumento de pressão institucional, a “Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público das Telecomunicações” (CAVALCANTE, 2009: 107).

Entretanto, o sindicato já dava indícios da tática que seguiria posteriormente. João Guilherme Vargas Neto, assessor sindical do Sintetel, já em 1995 escrevia em uma publicação do sindicato:

Ao mesmo tempo [em que se luta contra a privatização] deve-se preparar desde já, um esquema mínimo de propostas a serem discutidas – e, mais forte ainda, levadas em conta – no caso de se desenvolver o processo de privatização, em suas etapas constitucional-legislativa, econômico-financeira e político-sindical¹³⁵.

Preparar-se para um possível cenário de avanço da privatização era importantíssimo, e a questão colocada era como e através de quais métodos fazer isso: a

¹³³ *Sistema Telebrás: S.O.S Brasil – Privatizar é Entregar*. Sintetel, s/d, p.22.

¹³⁴ *Linha Direta*, janeiro de 1995.

¹³⁵ *Linha Direta*, janeiro de 1995, p.3.

mobilização para acumular forças ou a negociação submetida à busca de supostas “recompensas” e “garantias”? Um aspecto importante a ser ressaltado na definição dessa estratégia é a relação distante entre a direção sindical e os trabalhadores nos locais de trabalho, em conformidade com as características do sindicalismo brasileiro. Segundo Rombaldi (2007: 82), antes da privatização havia 36 delegados sindicais vinculados ao Sintetel, isso enquanto na TELESP, empresa que concentrava a base do sindicato no período estatal, havia por volta de vinte mil trabalhadores¹³⁶.

Com a preparação do fim do monopólio e da privatização do setor e o posicionamento contundente da FS em defesa dessas medidas, o Sintetel se desfiliou temporariamente da FS, pois discordava da posição da central. Almir Munhoz¹³⁷, presidente do Sintetel desde 1998, ainda antes da privatização, explica o que ocorreu neste momento:

Primeiro, éramos independentes, depois nos filiamos à Força. Com o comprometimento da Força, na época, de que eles defenderiam a não privatização do setor de telecomunicações, assim como do petróleo, assim como alguns setores considerados estratégicos para o país. E, na verdade, a nossa posição, como eu disse, não era só nossa, da direção, era dos trabalhadores. E nos deparamos com a Força, através dos seus dirigentes, aparecendo nos programas políticos, na época, dizendo ser favoráveis à privatização. Então os trabalhadores nos impulsionaram a desfiliação, com toda razão, porque como que a gente pode estar filiado a uma Central que não tem a nossa linha de pensamento? Então realmente nessa época nós nos desfiliamos da Força e depois acabamos voltando¹³⁸.

No entanto, esse distanciamento foi breve e, já em 1996, o Sintetel estava novamente filiado à Força Sindical. Em 1997, a possibilidade da oposição cutista derrotar a chapa da diretoria do sindicato movimentou o Sintetel. Isso às vésperas da privatização do sistema Telebrás, quando uma mudança na direção do maior sindicato do setor no país, em um contexto de maior desgaste do governo, possivelmente traria algumas alterações na

¹³⁶ Atualmente, o sindicato busca aumentar a representação no local de trabalho e, em 2007, o Sintetel possuía 100 delegados (ROMBALDI, 2007: 42), isso para uma base que, segundo o próprio sindicato, representava 150 mil trabalhadores. No entanto, esses delegados não são eleitos pelos trabalhadores, são, na verdade, selecionados pela direção do Sintetel (“Sinetel apresenta 52 novos delegados sindicais”, disponível em: <http://www.sinetel.org/novo/new/noticias.php?id=2478>, acesso em 28 de fevereiro de 2013).

¹³⁷ Almir Munhoz iniciou sua militância sindical quando era metalúrgico do ABC, onde participou das greves de 78/79. Entrou na Telesp em 1981, é presidente do Sintetel desde 1998 e está na diretoria do sindicato desde 1989. Foi também presidente da Fenattel (Entrevista feita pelo autor em 10 de julho de 2012).

¹³⁸ Nossos entrevistados com frequência citaram o papel dos trabalhadores para exigir da direção do sindicato a desfiliação da FS, por conta da posição dessa central com relação à privatização. Isso indica que havia uma posição contrária à privatização na categoria.

ação sindical da categoria diante da privatização. Porém, o setor cutista foi derrotado nessas eleições marcadas por denúncias de fraudes e de agressões físicas¹³⁹.

Não temos condições de apurar essas denúncias, mas Almir Munhoz admite que realmente foi uma eleição disputada e conturbada. O presidente do sindicato, diante da pergunta de qual havia sido o momento mais difícil de ser superado pelo sindicato, responde:

Foi a eleição de 98. Eram três chapas. Fazer eleição assim no estado inteiro é desgastante. Os companheiros José Luiz [José Luiz Passos Jorge, jornalista, assessor do Sintetel e da FENATTEL] e Branca de Neve foram fundamentais. Eles ajudaram a resistir à pressão das outras chapas. Quando a oposição ameaçou invadir o sindicato, o Branca de Neve foi até a porta e espantou todo mundo sozinho¹⁴⁰.

Nesse período, o sindicato e a FENATTEL participaram, através da representação de Almir Munhoz, da Comissão Especial de Telecomunicações na Câmara dos Deputados, que discutia a nova regulamentação e a privatização do setor. A FENATTEL apresentou nessa Comissão uma proposta, elaborada pelo economista Márcio Wohlers. A característica principal dessa proposta era a manutenção da Telebrás como empresa única, pública e nacional, que pudesse competir no novo panorama de mercado aberto e também pudesse exportar e vender serviços em outros países, ou seja, que “participasse de forma mais ativa” nas mudanças no setor.

A proposta apresentada por Almir Munhoz tinha os seguintes eixos: a) reformulação com respeito aos trabalhadores; b) órgão regulador independente e voltado ao interesse público; c) implementação de contrato de gestão e fim das amarras burocráticas; e d) formação de uma empresa única com atuação internacional ativa.

Quanto ao respeito ao trabalhador, Munhoz enfatizou a necessidade de estabelecer na nova lei, algo que garantisse qualidade nas condições de trabalho do setor, por meio de qualificação e treinamento, além de alguma proteção para que não ocorresse uma evasão da mão de obra qualificada do setor.

¹³⁹ SinTPq *informa*, 28 de maio de 1997, ano 7, nº 17.

¹⁴⁰ *Linha Direta* em Revista, maio 2012, ano VI. Pelas informações que coletamos, depois dessas eleições, não se apresentaram mais chapas de oposição às eleições no Sintetel. O que é, como vimos, bem diferente do FOETRA Buenos Aires, no qual há a participação, não somente nas eleições mas também na vida diária do sindicato, de diversas chapas.

A proposta de empresa única, semelhante à defendida pela FITTEL, é assim resumida pelo projeto apresentado por Munhoz:

a nova operadora brasileira deveria permanecer sob controle público (contando com a participação privada tanto no capital como em empreendimentos estratégicos) até que a densidade telefônica nacional atingisse o patamar necessário para a constituição de uma infraestrutura capaz de proporcionar condições para que a economia brasileira viesse a se tornar, de fato, internacionalmente mais competitiva (índice em torno de 30-40 linhas/100 habitantes). Quando o índice estivesse perto dessa meta, a privatização, se necessária, poderia ocorrer de forma planejada e coordenada, como está previsto nos países da Europa Continental¹⁴¹.

Nota-se aí uma mudança de posição que acompanhou todo o sindicalismo do setor, inclusive a Fittel. Deixou-se de lado a campanha contra a privatização e buscou-se consolidar uma outra forma de abertura do mercado e de privatização.

Cavalcante (2009) explica em detalhes as transformações das estratégias da FITTEL, sob a liderança do SinTPq, diante da privatização. O autor mostra que, em um contexto de avanço das propostas privatistas, as organizações cutistas passaram a defender, como a FENATTEL, a não fragmentação do sistema Telebrás e a sua transformação em uma empresa pública, “Brasil Telecom”, com direção do Estado e presença de capitais nacionais.

Porém, essa proximidade nesse momento específico, não demonstrava uma unificação completa de estratégias. O presidente do Sintetel mostra sua opinião sobre essa questão:

Os sindicatos que eram da CUT¹⁴², que eram de outros estados, tomaram uma outra linha de trabalho, uma outra linha de atuação. Obviamente, não tiveram êxito também, tiveram menos êxito do que a gente porque não participaram do processo. Além de não conseguir evitar a privatização, não participaram do processo. Isso é extremamente ruim¹⁴³.

Como se pode notar, antes das eleições de 1997, a direção do sindicato já havia modificado sua tática diante da privatização, em um contexto no qual o governo aprovara o fim do monopólio, a concessão da telefonia celular e a LGT, o Sintetel, com o argumento da inevitabilidade da privatização, abandonou a campanha contra a privatização e passou a

¹⁴¹ Documento da 7ª reunião da Comissão Especial – Telecomunicações da Câmara dos Deputados, realizada em 19 de março de 1997, página 16.

¹⁴² Uma das publicações do Sintetel refere-se aos sindicatos cutistas do setor como aquelas entidades “que ficaram envolvidas no movimento de cercar a Bolsa de Valores, chutar os acionistas, e brigar contra o processo sem oferecer alternativas” (*Linha Direta* em Revista, maio de 2009, 5ª edição, Ano III

¹⁴³ Entrevista com Almir Munhoz em 10 de julho de 2012.

se pautar por uma tática negociadora e participacionista, que buscava supostas compensações para os trabalhadores: “Depois de construir uma empresa exemplar, com o nosso suor e sacrifício, não poderemos assistir passivamente sua entrega ao capital privado sem a nossa **participação ativa nesse processo**”¹⁴⁴.

A tática, portanto, não era buscar acumular forças que possibilitassem uma melhor posição da categoria frente ao novo panorama de terríveis e conhecidas consequências para os trabalhadores. A ação do Sintetel tinha como primeiro objetivo a manutenção da estrutura do sindicato, colocada em risco pela privatização das empresas estatais e pela diversificação tanto da categoria como das empresas do setor, em detrimento da luta contra privatização e contra a precarização das relações e condições de trabalho no setor. Para cumprir esse objetivo era necessário, na visão do sindicato, *participar ativamente do processo*. Mas o que significava isso?

Almir Munhoz mostrou qual era a posição do sindicato naquele momento:

Não adiantava você fazer greve, esse tipo de mobilização não conseguiria, não atrairia o trabalhador para essa luta. Por isso, que quando nós não conseguimos deter através dos projetos, nós fizemos questão de participar da transição. E aí defender os direitos dos trabalhadores com mais condição para que ele perdesse menos nessa transição¹⁴⁵.

Ele mesmo nos explica alguns desses “direitos” dos trabalhadores defendidos pelo sindicato:

E fizemos questão da participação junto com a empresa predominante, no caso, a Telefônica. Estou falando de São Paulo. Então, negociamos com a empresa: fizemos parte da **negociação da saída do pessoal, troca de trabalhadores, colocando melhores condições de saída para os trabalhadores**, colocando primeiro a saída dos aposentados, depois o... Enfim, para minimizar os prejuízos para os trabalhadores¹⁴⁶.

Neste caso, era a negociação dos Planos de Demissão Voluntária (PDV), Planos de Demissão Incentivada (PDI) ou Planos de Aposentadoria Incentivada, que faziam parte do plano empresarial de redução do número de trabalhadores e mudança do perfil do trabalhador¹⁴⁷.

¹⁴⁴ Grifos nossos. *Linha Direta*, ano V, nº 48, agosto de 1997.

¹⁴⁵ Entrevista com Almir Munhoz em 10 de julho de 2012.

¹⁴⁶ *Idem*.

¹⁴⁷ Uchima (2004), por meio de dados fornecidos pelo SINTETEL e o Relatório anual das empresas, mostra de forma detalhada a quantificação dessas demissões: segundo este autor em 1998, antes de ser privatizada, a TELES P possuía 22.782 empregados, já no segundo semestre de 1998, depois da privatização, a Telefônica demite cerca de 3.000 trabalhadores, mas as demissões continuam e em 2004 o quadro de empregados da

Outra das “compensações” impulsionadas pelo Sintetel, em total consonância com a política da FS, foi a criação do “Fundo de Ações Teleações”, que dava a possibilidade dos trabalhadores, ativos e aposentados comprarem através desse Fundo as ações das empresas privatizadas.

Fora essas questões, algumas das principais modificações nas relações e condições de trabalho nas principais empresas do setor do estado de São Paulo foram estabelecidas a partir de acordos com o Sintetel. Dentre elas destacam-se: a já explicada PLR; o Banco de Horas, que permite que as horas excedentes da jornada de trabalho não sejam remuneradas como horas extras, ao invés disso, são compensadas com redução da jornada ou com folgas durante o ano¹⁴⁸; a ausência de especificação do horário de trabalho, que permite o seu estabelecimento de acordo com o interesse e conveniência da empresa; e o fim do adicional por tempo de serviço (OLIVEIRA, 2004).

Confirma-se, assim, no maior sindicato de trabalhadores em telecomunicações do país, uma estratégia de colaboração que não buscou mobilizar os trabalhadores para resistir à privatização, nem para deter as medidas que aceleravam a precarização do trabalho no setor, e tampouco mobilizou sua base para enfrentar as demissões massivas após a privatização. Decidiu-se, ao contrário disso, participar de forma ativa e conciliadora do processo de privatização para manter e, como veremos, ampliar a estrutura e a base de representação do sindicato, a despeito da deterioração das condições de trabalho após a privatização no setor.

Na visão dos seus dirigentes, a tática do sindicato de se antecipar à privatização e participar ativamente do seu processo de forma “negociadora, moderna, competente e profissionalizada” fez com que o sindicato ampliasse enormemente sua base de representação após a privatização da Telebrás, o que constitui um movimento contrário ao

Telefônica era de 7.008. Atualmente, o sindicato estima que o quadro de trabalhadores seja de 6.000, já que em junho de 2008, 1.000 trabalhadores aderiram a um novo plano de demissão.

¹⁴⁸ Esta medida intensifica o ritmo de trabalho, já que possibilita à empresa aumentar a jornada semanal em momentos de alta da demanda e diminuir a jornada ou conceder folgas (não remuneradas) em momentos de baixa na demanda. Nos acordos coletivos anteriores do setor em São Paulo, os trabalhadores podiam escolher entre a remuneração das horas extras trabalhadas com a adicional de 50% para os dias úteis e de 100% para domingos e feriados, ou sua compensação por meio de folgas (OLIVEIRA, 2004).

verificado na maioria dos sindicatos do setor na América Latina¹⁴⁹, nos quais, em um contexto de fragmentação e terceirização, houve um processo de diminuição do número de representados após a privatização.

Outro fator importante nesse processo foi a mudança no estatuto do sindicato, abrindo a representação para o conjunto dos trabalhadores em telecomunicações. Após a privatização, ao invés de simplesmente “Sindicato de Trabalhadores Telefônicos” representando telefonistas e trabalhadores de manutenção, infra-estrutura e instalação de linhas telefônicas, o Sintetel, passou a representar, como mostra Rombaldi:

trabalhadores pertencentes às empresas de telecomunicações inclusive bandas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” de telefonia móvel celular, das indústrias de equipamentos de telecomunicações e operadoras de mesas telefônicas, telefonistas em geral, serviços troncalizados de comunicação, radio chamada e telemarketing, serviços provedores de sistemas de internet, trabalhadores em empresas revendedoras, instaladoras reparadoras, beneficiadoras, mantenedoras de equipamentos e sistemas de telecomunicações na base territorial do Estado de São Paulo (Rombaldi, 2007:102).

Porém, outros fatores estão envolvidos na ampliação da base de representação do Sintetel. No Brasil, como vimos, os sindicatos reconhecidos pelo Estado detêm o monopólio de representação plena de uma categoria e a definição de qual sindicato é o representante legal dos trabalhadores é feito pela Justiça do Trabalho e não pelos próprios trabalhadores. Além disso, para as novas empresas, a atuação de um sindicato com as características de moderação e colaboração do Sintetel traz maior garantia de sucesso na implementação das mudanças nas condições e relações de trabalho propostas pelas gerências e possibilita um cenário de poucos conflitos entre a empresa e os trabalhadores.

Esses três fatores em conjunto – a investidura sindical, ou seja, a necessidade de reconhecimento estatal do sindicato para seu pleno funcionamento, o monopólio de representação e a estratégia colaboradora do Sintetel – parecem ter facilitado a ampliação da base de representação sindical.

¹⁴⁹ Segundo o próprio sindicato, a sua base de representação atual é de aproximadamente 250 mil trabalhadores, em diversos tipos de empresas, como: Telefônica, Vivo, Embratel, Claro, Tim, Atento, Contax e Tivit (Disponível em www.sinetel.org, acesso em 1 de setembro de 2012). É importante ressaltar que a maioria dos representados pelo Sintetel são trabalhadores em *call center*. Em 2007, 57,3% dos trabalhadores que eram legalmente representados pelo Sintetel eram de empresas de *call center*. Pelas contas do sindicato, em 1998, antes da privatização, o sindicato representava 45 mil trabalhadores (ROMBALDI, 2007: 36).

A própria publicação do sindicato aponta a importância da unicidade sindical para a ampliação da base de representação do Sintetel:

Outro aliado do Sintetel foi a legislação brasileira. O sistema sindical unitário, também chamado de Unicidade Sindical, (...). Países nos quais também houve a quebra do monopólio estatal são regidos pelo sistema de pluralidade sindical, ou seja, existe a possibilidade de mais de uma entidade numa mesma base sindical, ou seja, existe a possibilidade de mais de uma entidade numa mesma base territorial e até mesmo numa mesma categoria.

A unicidade sindical foi um dos fatores que favoreceu ao Sintetel responder os desafios pós-privatização em relação a outros países¹⁵⁰.

Essa avaliação expressa a visão consolidada no sindicalismo de Estado brasileiro, segundo a qual os trabalhadores não se unificariam em organizações sindicais únicas e fortes se tivessem a liberdade de escolher sua organização sindical. Porém, como assinala Boito Jr. (1991: 29): “Todos os países que conhecem o pluralismo sindical na lei e nos fatos, como a França, a Espanha ou a Itália, evidenciam que o pluralismo não leva à pulverização, já que enseja, sempre a afirmação de um sindicato como o sindicato dominante”.

Essas transformações ocorridas no Sintetel afetaram o conjunto do sindicalismo do setor e impulsionaram a ampliação da Fenattel, tendo como modelo a ação sindical do sindicato paulista. A Fenattel agrupou, em 2009, 11 sindicatos cutistas, passando a representar 92% da categoria no país, com 19 sindicatos que representam aproximadamente 630 mil trabalhadores¹⁵¹.

Essa federação é definida da seguinte forma pela revista do Sintetel:

A Fenattel fez um movimento transparente e deixou claro que nunca foi filiada a qualquer central sindical. Ela é uma entidade da categoria dos trabalhadores em telecomunicações com caráter unitário, pluralista e classista. ‘Não condicionamos a entrada de um sindicato à entidade por estar vinculado ou não a um determinado modelo político, e foi assim que agrupamos sindicatos da Força, CUT e UGT. Conseguimos apresentar um programa de reivindicações unitário, em favor dos direitos dos trabalhadores, e respeitamos a autonomia de cada entidade’, completa Gilberto Dourado [ex-presidente da Fenattel].

Nota-se, portanto, que os sindicatos não se desfilaram das centrais para se associar à Fenattel. No interior dessa federação convivem sindicatos de diferentes centrais. Depois de mais de uma década da privatização, a maioria dos setores cutistas e o Sintetel se unificam em uma mesma federação.

¹⁵⁰ *Linha Direta* em Revista, dezembro 2013, 19ª edição, Ano VII.

¹⁵¹ *Linha Direta* em Revista, maio de 2009, 5ª edição, Ano III.

Considerações finais

Neste trabalho analisamos a ação sindical do FOETRA Buenos e do Sintetel-SP diante da privatização das empresas de telecomunicações. Vimos que mesmo inseridos em contextos políticos neoliberais e diante de estruturas sindicais que apresentam as características gerais do corporativismo de Estado, os sindicatos analisados enfrentaram de diferentes formas o processo de privatização.

Na Argentina, o FOETRA Buenos Aires foi protagonista de um dos maiores enfrentamentos de uma categoria à agenda neoliberal de Menem. Vimos que esses conflitos se iniciaram com mobilizações contrárias à privatização. No entanto, seu auge foi causado por uma paralisação por aumento salarial, a qual o governo respondeu com força através da demissão de centenas de envolvidos na greve, da suspensão da *personería gremial* do sindicato, da declaração da ilegalidade da greve e da intervenção das Forças Armadas. Por mais que a pauta da greve tenha se tornado a defesa do emprego dos demitidos, ela se apresentou como uma resistência política ao projeto de privatização de Menem.

No Brasil, o Sintetel apresentou posturas contrárias à privatização do sistema Telebrás assim que apareceram as primeiras propostas de privatização, em 1992. Sua oposição se deu por meio de campanhas publicitárias que buscavam conscientizar a população e os trabalhadores das consequências da privatização e de pressão institucional sobre os deputados e senadores. No entanto, o sindicato não recorreu a métodos combativos como as greves, paralisações e grandes mobilizações de rua.

Com o fim do monopólio do setor em 1996, o sindicato, acompanhando o sindicalismo do setor, passou a apresentar propostas de manutenção de uma única empresa sob controle público. Mas, vendo o avanço da privatização, o Sintetel passou também a adotar uma estratégia de participação e colaboração com a privatização. Buscava-se com isso, antecipando-se ao novo contexto de diversificação das empresas e categorias após a privatização, manter a estrutura do sindicato e conseguir algumas “compensações” para os trabalhadores. Isso tudo sem se opor às mudanças nas condições e relações de trabalho do setor e sem resistir ao processo de enxugamento do quadro de empregados das empresas.

Tratamos de entender e comparar essas diferentes posturas sob dois olhares principais: as tradições e a estrutura do sindicalismo em cada país, articuladas às experiências e tradições dos sindicatos estudados, e o reflexo do contexto sindical na atuação do FOETRA Buenos Aires e do Sintetel-SP.

Quanto às tradições sindicais de cada país, o movimento sindical argentino é marcado historicamente por ser um sindicalismo de massas e também pela forte presença da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. No Brasil, o sindicalismo é caracterizado por envolver uma minoria das classes trabalhadoras e também por não apresentar uma relação mais próxima entre direção sindical e os trabalhadores representados.

Essas características estiveram presentes nas ações dos sindicatos. De um lado, o FOETRA Buenos Aires seguiu, durante boa parte de sua história, um modelo de movimento sindical no qual há grande participação dos trabalhadores e no qual os delegados sindicais assumem um importante papel de mobilização e organização nos seus locais de trabalho. Vimos que isso aparece de diversas formas na atuação do sindicato diante da privatização, principalmente na importância que o Plenário de delegados e os próprios delegados sindicais tiveram durante a greve telefônica em 1990 e no envolvimento da categoria nas mobilizações.

O Sintetel historicamente teve sua atuação marcada pelo sindicalismo de Estado brasileiro, segundo o qual não há relação orgânica com a base de representação. Portanto, não está inserido nos locais de trabalho, não envolve a maioria dos trabalhadores nas atividades sindicais e, no geral, não utiliza métodos combativos, como greves, ocupações e grandes mobilizações de rua. Isso não é uma particularidade do sindicato paulista e se deve às características e efeitos do sindicalismo de Estado brasileiro. Vimos que durante o processo de privatização há uma continuidade dessa forma de atuação, pois o sindicato não buscou mobilizar efetivamente a categoria contra a privatização e, à medida que avançou o projeto de venda das empresas do setor, o Sintetel priorizou a manutenção e ampliação de sua estrutura por meio de uma estratégia de participação e colaboração.

Articulado a isso, também ressaltamos as experiências históricas das categorias e dos sindicatos, sobretudo seu vínculo com o caráter estatal da empresa. Pode-se observar

que a história do FOETRA Buenos Aires está ligada à luta por uma empresa estatal, pois antes mesmo da estatização, realizada no governo Perón, a bandeira de “nacionalização” das empresas do setor era levantada pelo sindicato. Com a efetivação da estatização, o sindicato continuou lutando tanto contra as tentativas de privatização quanto contra os contratos com multinacionais do setor. No caso brasileiro, a luta por uma empresa estatal não assumiu essa importância e, até a década de 1980, o sindicato tinha uma atuação pautada pelo assistencialismo, típica do sindicalismo pelego.

Apesar dessas diferenças, a estrutura sindical argentina e brasileira possuem importantes semelhanças. Como apontamos, a base da estrutura sindical corporativista está presente nos dois países e isso não poderia deixar de produzir efeitos sobre a atuação dos dois sindicatos. A investidura sindical, o monopólio de representação e a presença de contribuições compulsórias, características presentes nos dois países, condicionam e limitam os movimentos sindicais no Brasil e na Argentina.

No FOETRA Buenos Aires, foi essa base da estrutura sindical que deu apoio jurídico para a declaração da ilegalidade da greve e para a demissão de centenas de trabalhadores no conflito de 1990. Além disso, foi a regulação do Estado sobre os sindicatos que fez com que, nesse mesmo período, o sindicato portenho perdesse a possibilidade de pleno funcionamento, pois, por decisão do Ministério do Trabalho, foi retirada a *personería gremial* do sindicato. Deste modo, o governo Menem se utilizou dessas características da estrutura sindical corporativista argentina para limitar as possibilidades de resistência à privatização.

No Brasil, essas mesmas características da estrutura sindical corporativista deram maior sustentação para uma ação sindical historicamente distante da mobilização e organização do conjunto dos trabalhadores representados pelo Sintetel. Ademais, o apego da direção do Sintetel a essas características também ajudou para que o sindicato assumisse, em determinado momento, uma atitude de colaboração com a privatização, pois a tática de participação e colaboração permitiria a manutenção da estrutura e da base de representação do sindicato. Isso tudo, como vimos, porque essa estrutura permite a criação, o funcionamento e o financiamento do sindicato independentemente da vontade dos trabalhadores representados.

Quanto ao contexto econômico e político-ideológico de cada país, verificamos que o neoliberalismo produziu, durante a década de 1990, configurações sindicais diferentes no Brasil e na Argentina. Enquanto a maior parte do sindicalismo brasileiro ligado à CUT assumiu aos poucos uma postura mais negociadora diante da política neoliberal e da privatização das empresas estatais e deixou de buscar mobilizar massivamente os trabalhadores para enfrentar essa nova política. Outro setor, agrupado em torno do “sindicalismo de resultados”, fundou a FS, central sindical que defendeu boa parte das políticas neoliberais e assumiu um grande papel nos processos de privatização, tornando-se um ponto de apoio para o sindicalismo pelego, ameaçado pelo avanço da CUT.

Como vimos, foi ao lado desse setor sindical defensor do neoliberalismo que o Sintetel se colocou. Já desde a década de 1980, o sindicato se aproximou do autoproclamado “sindicalismo de resultados” ao entrar na CGT de Luis Antônio Medeiros. Na década de 1990, com a pressão da ampliação da CUT, o sindicato se filiou à recém-fundada FS. Ainda que o sindicato tenha se desligado momentaneamente da FS, pois esta central fazia uma defesa intransigente do fim do monopólio e da privatização. Com o avanço do projeto privatista, é através da tática de negociação e na busca por algumas vantagens (método típico dessa central sindical e do próprio “sindicalismo de resultados”) que o Sintetel decidiu se posicionar diante da privatização e da nova configuração do setor.

Na Argentina, parte do sindicalismo também se adaptou ao neoliberalismo, tanto para manter sua estrutura no novo contexto quanto para intervir empresarialmente. Porém, já no início do governo Menem, um setor sindical ligado aos servidores públicos e trabalhadores estatais, ou seja, aqueles que sofriam as consequências imediatas da política neoliberal, unificou-se e buscou resistir ao arrocho salarial, às privatizações e à precarização do serviço público. Parte significativa desse setor iniciou o processo de formação de uma central sindical alternativa à CGT: a CTA. O FOETRA Buenos Aires se insere nesse setor que resistiu à política de Menem, tendo protagonizado uma grande mobilização – ainda que derrotada – contra a privatização.

Bibliografía

ABELES, M.; FORCINITO, K.; SCHORR, M. *El oligopolio telefónico argentino frente a la liberalización del mercado*. Buenos Aires: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Universidad Nacional de Quilmes, 2001.

ABÓS, Alvaro. *La columna vertebral*. Sindicatos y peronismo. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.19, 2002.

ANDERSON, Perry. “Além do neoliberalismo” In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo. *Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático*. Paz e Terra, São Paulo, 1995.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho, São Paulo, Boitempo, 2000.

_____. *O novo sindicalismo no Brasil*, Campinas, Pontes, 1995.

_____. *A rebeldia do trabalho*: o confronto operário no ABC paulista, as greves de 1978/80. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

ARUGUETE, Natalia; DUARTE, Marisa. Las estrategias sindicales de los trabajadores telefónicos: las distintas lógicas de la acción colectiva. In: VII Congreso Nacional de Estudios del Trabajo, ASET, Buenos Aires, 2005.

AZPIAZU, D; BASUALDO, E. Las privatizaciones en Argentina: génesis, desarrollo y los impactos estructurales. In: PETRAS, James e Henry Veltmeyer (orgs). *Las privatizaciones y la desnacionalización de América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

BASUALDO, Eduardo. *El proceso de privatización en la Argentina*: la renegociación con las empresas privatizadas: revisión contractual y supresión de privilegios y de rentas extraordinarias. FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Sede Argentina. Area de Economía y Tecnología, 2002.

BASUALDO, Victoria. *Los delegados y las comisiones internas en la historia argentina*. Buenos Aires: DGBB, FES, CTA, FETIA, 2009.

BARANCHUK, Mariana. La privatización de ENTEL (1989-2001): triunfo y fracaso del neoliberalismo vernáculo. In: Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, vol. VIII, n.6, sep-dic.2005.

BATTISTINI, Osvaldo Rubem. *La negociación colectiva y la estructura sindical argentina (1988-1998)*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Centro de Estudios Avanzados, Maestría en Ciencias Sociales del Trabajo, 2000.

BENÍTEZ, Alicia; XIMÉNEZ, Daniel. *Modernización y respuesta sindical: la privatización de Entel y los trabajadores telefónicos de Buenos Aires*. Universidad del Salvador, Tesis de Licenciatura en Sociología, 1992.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

BOITO JR., A. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas/ São Paulo: Editora Unicamp/ Hucitec, 1991.

_____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Campinas, Xamã, 1999.

_____. “Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical”. In: *Crítica Marxista*, n. 12. São Paulo: Boitempo, 2001.

BORÓN, Atilio; THWAITES REY, Mabel. La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina. In: PETRAS, James; VELTMEYER, Henry (orgs). *Las privatizaciones y la desnacionalización de América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

BOSOER, Fabián; GONZALEZ, Santiago S. *El sindicalismo en tiempos de Menem*. Buenos Aires: Ed. Corregidor, 1999.

CARDOSO AQUILES, A. *Telecomunicações no Paraná: terceirização e novo perfil dos trabalhadores em telefonia fixa*. Monografia, Universidade Federal do Paraná, 2007.

CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização das telecomunicações*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____, Estado, capital estrangeiro e burguesia interna no setor de telecomunicações nos governos FHC e Lula. In: BOITO JR.; GALVÃO, A. *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.

CRUZ, Carlos Sebastião Velasco e. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países de periferia*. Editora Unesp: São Paulo, 2007.

CUPEIRO, J. B. *Una aproximación al problema de la constitución de fuerzas sociales desde la perspectiva del conflicto de los trabajadores telefónicos porteños*. Cátedra: “Teoría del conflicto social”, 2000.

DANINI, Claudia. “El sistema de Obras Sociales y la complementariedad con el sistema público. Modelo vigente o necesidad de cambio? In: *El modelo sindical en debate*, Serie Aportes. Buenos Aires: ASET, Friederich Ebert, pp. 51-70, ISSN 1853-1113, 2011.

DEVOTO, Fernando J., FAUSTO, Boris. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo, Ed. 34, 2004.

DONADIO, Alejandro. *Las 3 etapas de la privatización telefónica y su repercusión en el ámbito laboral*. Buenos Aires, 1997.

DOYON, Louise M. *Perón y los trabajadores: los orígenes del sindicalismo peronista, 1943-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2006.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. In: *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro: Revan, nº 18, pp. 11-36, 2004.

FIGUEIREDO, Mariana L. *Uma alternativa sindical? A negação do “propositivismo” no sindicalismo metalúrgico paulista*. Campinas, Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2007.

GALVÃO, A. *Neoliberalismo e Reforma trabalhista no Brasil*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Campinas, 2003.

_____. Reformas ou contra-reformas? O caráter regressivo das reformas sindical e trabalhista. *Adunicamp 30 anos. Universidade e Sociedade*. Campinas, Adunicamp, 2007.

GALVÃO, A; ZARPELON, Sandra. *A flexibilização trabalhista na Argentina*. Relatório de pesquisa. Cesit/Unicamp, 2006.

GARRO, Silvia. “Entre el hecho y el derecho: flexibilidad laboral y call centers en la Argentina postdevaluación”. In: *IX Jornadas de Estudiantes de Postgrado en Humanidades, Artes, Ciencias Sociales y Educación*. Universidad de Chile, janeiro de 2008.

_____. “Desarrollo de las telecomunicaciones, sindicatos telefónicos y modelos sindicales en el Río de la Plata”. In: FERNANDEZ, A.; GONZÁLEZ, S.C. Estado, instituciones laborales y acción sindical en países del MERCOSUR frente al contexto de la crisis mundial. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

GILLY, Adolfo. “La anomalía argentina (Estado, corporaciones, trabajadores)”. In: *El Estado en América Latina: teoría y práctica*. México: Siglo XXI, 1985.

GODIO, Julio. *Historia del movimiento obrero argentino: 1870-2000*. 2 v. La época de hegemonía del sindicalismo peronista (1943-2000). Buenos Aires: Corregidor, 2000.

GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical: a central neoliberal de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GONZALEZ, Senén Cecilia. Privatización, relaciones laborales y respuesta sindical en el sector de telecomunicaciones: el caso de Argentina. In: CASTRO, Maria Silvia Portella de; WACHENDORFER, Achin (orgs.). *Sindicalismo y Globalización: la dolorosa inserción en un mundo incierto*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1998.

GONZALEZ, Santiago Senén; BOSCHER, F. *Breve historia del sindicalismo argentino*. Buenos Aires: El Ateneo, 2009.

GRACIOLLI, E. J. *Privatização da CSN: da luta de classes à parceria*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

GRAMSCI, A; BORDIGA, A. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: El peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946- 1976*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

KREIN, José Dari. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

LARANGEIRA, S. M. Guimarães. “Reestruturação das telecomunicações e os sindicatos”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, 52, 2003.

LEITE, Márcia de Paula. *O que é greve*. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1988.

LENIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Editora HUCITEC, 1978

_____. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LEVITSKY, Steven. *La transformación del justicialismo: del partido sindical al partido clientelista*. 1983-1999. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

LOSOVSKY, A. *Marx y los sindicatos*. México: Editorial Grijalbo, 1969.

MARCELINO, Paula R. P. *Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil*. Campinas: IFCH, Tese de doutorado, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. *Sindicalismo*. São Paulo, Ched Editorial, 1980, p.13

MONTES CATÓ, Juan. *Dominación y resistencia en los espacios de trabajo: estudio sobre las relaciones de trabajo en empresas de telecomunicaciones*. Buenos Aires, Tesis de Doctorado, UBA, 2006.

MURILLO, M. Victoria. La adaptación del sindicalismo argentino a las reformas de mercado en la primera presidencia de Menem. In: *Desarrollo Económico* (Revista de Ciencias Sociales), n. 147, vol.37, oct-dic, 1997.

MURMIS, M.; PORTANTIERO, J.C. *Estudos sobre as origens do peronismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

NOGUEIRA, C. M. A feminização do trabalho no Mundo do Telemarketing. In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Boitempo, 2006

_____. As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (orgs.). *Infoproletários: a degradação real do trabalho manual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

OLIVEIRA, S. M. *Reestruturação das telecomunicações no Brasil: uma (re)visão das estratégias de gestão da produção e das relações de trabalho na cadeia produtiva (estudo do caso da telefonia fixa em São Paulo – 1990-2003)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia na Universidade de São Paulo, 2004.

PALOMINO, Héctor. Los sindicatos en la Argentina contemporánea. In: *Revista Nueva Sociedad*, 169, septiembre – octubre, 2000.

_____. *Los cambios en el mundo del trabajo y los dilemas sindicales*. In: SURIANO, Juan. *Nueva Historia Argentina*, Tomo X, Dictadura y democracia (1976 - 2001). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.

PIERBATTISTI, D. *La privatización de los cuerpos*. La construcción de la proactividad neoliberal en el ámbito de las telecomunicaciones, 1991-2001. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

_____. *La privatización de ENTel y las transformaciones de las identidades en el trabajo: génesis del dispositivo neoliberal en Argentina*. 1990-2001, Instituto de Investigación Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales – UBA, Buenos Aires, 2006.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PIÑARANDA, Fabiana G. *Las condiciones de trabajo en el sector de telecomunicaciones de Buenos Aires*. La forma que asume el consentimiento y las resistencias de los operadores en una empresa privatizada. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Sociologia, IUPERJ, 2007.

ROMÃO, Frederico Lisboa. *A greve do fim do mundo: Petroleiros*, 1995. A expressão fenomênica da crise fordista no Brasil. Campinas: IFCH/Unicamp, Tese de Doutorado, Unicamp, 2006.

ROMBALDI, Maurício. *Os sindicalistas nas entrelinhas: o caso do Sintetel pós-privatizações*. São Paulo, FFLCH, USP, Dissertação de Mestrado, 2007.

SOUZA, Davisson C. C. DE. *Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002: unidade e fratura entre o exército de operários ativo e de reserva*. São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2010.

_____. “Movimento operário e sindical no Brasil e na Argentina: apontamentos para uma análise comparativa”. In: *Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina*, Documentos y Publicaciones, 2008/2009.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. *O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

UCHIMA, Ricardo K. *O processo de flexibilização das relações de emprego no setor de telecomunicações no estado de São Paulo: o caso da empresa Telefônica*. Campinas, Prêmio IPEA-CAIXA, Monografia, Cesit/Unicamp, 2004.

VARELA, Paula; LENGUITA, Paula. “Una reflexión sobre el rol de las comisiones internas en el sindicalismo argentino. In: CATÓ, Juan M.; FIGARI, Claudia; LENGUITA, P. *El movimiento obrero en disputa*. La organización colectiva de los trabajadores, su lucha y resistencia en la Argentina del siglo XX. Buenos Aires: Colección Textos del Bicentenario, CICCUS/CEIL-PIETTE, 2010.

VENCO, Selma Borgui. *Telemarketing nos bancos: o emprego que desemprega*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

XIMÉNEZ SAEZ, D. Privatización y reconversión: los trabajadores en la mira. In: MARTINEZ, O. A. *Pensando la reconversión: una visión crítica de la flexibilidad y de la calidad total*. Buenos Aires: CIPES, 1994.

WOLFF, S. *Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos programas de qualidade total*. Campinas-SP: Editora da Unicamp; Londrina-PR: EDUEL, 2005.

Jornais

Clarín

Página 12

Folha de S. Paulo

Documentos

CTA, *Declaración de Buzarco*, Encuentro de organizaciones y dirigentes sindicales reunido en la localidad de Burzaco, Provincia de Buenos Aires, el 17 de diciembre de 1991.

FOETRA, *Estatuto de FOETRA Sindicato Buenos Aires*. In: http://www.foetra.org.ar/wp-content/uploads/2011/05/Estatuto_FOETRA_Bs_As.pdf.

OIT, *Queja contra el gobierno de Argentina presentada por la Federación de Obreros y Empleados Telefónicos de la República Argentina – Sindicato Buenos Aires (FOETRA)*. Informe n. 279 Caso(s) Núm(s):1532, 1991. In: <http://white.oit.org.pe/spanish/260ameri/oitreg/activid/proyectos/actrav/sindi/casos/arg/arg02.html>

Lista Celeste y Blanca de FOETRA Sindicato Buenos Aires, *Carta abierta al presidente Menem*, s/d.

Lista Celeste y Blanca de FOETRA Sindicato Buenos Aires, *Propuestas*, 1989.

Linha Direta, fevereiro de 1994; janeiro de 1995; agosto de 1997.

Linha Direta em Revista, julho 2010 – Ano IV; maio 2012, ano VI; maio de 2009, Ano III

Sistema Telebrás: S.O.S Brasil – Privatizar é Entregar. Sintetel, s/d.

Documento da 7ª reunião da Comissão Especial – Telecomunicações da Câmara dos Deputados, realizada em 19/03/1997.

Sites

www.foetra.org.ar

www.sintetel.org

www.telefonica.com.br

http://www3.mte.gov.br/cnes/painel_atualizacao.asp#